

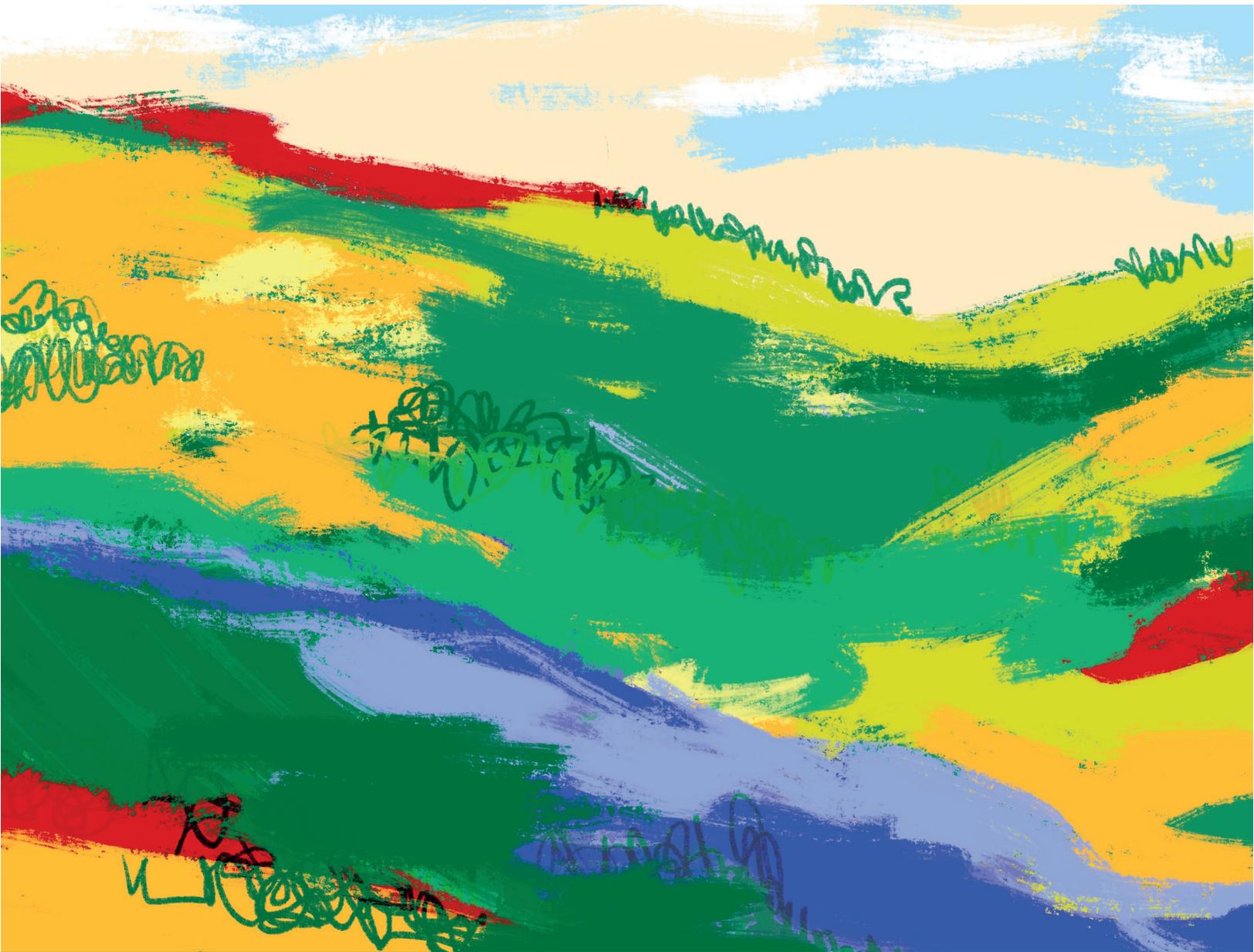
XXV CURSO DE VERÃO

DINÂMICAS TERRITORIAIS EM TEMPOS DE INCERTEZA

2025 | 24 A 28 DE JUNHO



CURSO de
verão



Creditado pela Universidade de Salamanca
Certificado pela Universidade de Coimbra com o apoio PRR



Siga-nos!



Apresentação

O XXV Curso de Verão, que se realiza entre 24 e 28 de junho de 2025, decorre entre Coimbra, Guarda e Salamanca, subordinado ao tema genérico *Dinâmicas territoriais em tempos de incerteza*. O Centro de Estudos Ibéricos (CEI) reforça, com esta iniciativa, o diálogo entre instituições e investigadores de aquém e de além-fronteiras, cumprindo uma missão que aposta no Conhecimento, na Cultura e na Cooperação e no compromisso com os espaços mais débeis e fronteiriços. Reforça-se ainda a articulação entre redes de investigação e as parcerias com instituições do espaço ibérico, europeu, africano e latino-americano, onde relevam os Países de Língua Portuguesa.

O estímulo à troca de saberes continua a afirmar o CEI como plataforma de difusão e centro de transferência de conhecimento oriundo de diferentes proveniências, geográficas e disciplinares, missão que assume maior relevância num momento tão sombrio e incerto como o que estamos a viver. Há que explorar novos caminhos e encontrar janelas de esperança que mitiguem as consequências que estão a impactar negativamente o nosso futuro coletivo, derivadas das mudanças aceleradas e das transições profundas que estão a acontecer nos domínios climático, energético, digital, laboral, ecológico, demográfico, migratório e, consequentemente, socioeconómico.

O Curso de Verão, que funciona num sistema híbrido, consta de Conferências, Trabalhos de Campo, Mesas Redondas e Painéis de apresentação de Comunicações, sendo pautado pelos seguintes objetivos:

- I. identificar e valorizar os recursos do território, naturais e humanos, materiais e intangíveis, enquanto fatores críticos e estratégicos do desenvolvimento (paisagem, património, cultura, etc.);
- II. analisar comparativamente dinâmicas económicas e sociais em diferentes contextos espaciais, estimulando a apresentação e o debate de programas, iniciativas e boas práticas que concorram para a coesão económica, social e territorial;
- III. incentivar o diálogo entre saberes e investigadores com o intuito de alargar redes e consolidar parcerias;
- IV. valorizar o trabalho de campo como estratégia pedagógica, de conhecimento e promoção do património natural e cultural e de espaço de diálogo para comparar a raia portuguesa com outras geografias e contextos regionais.

Eixos temáticos

Partindo do tema genérico *Dinâmicas territoriais em tempos de incerteza*, e independentemente de outros apartados que se venham a considerar, as apresentações e os debates serão organizados em torno dos seguintes eixos estruturantes:

1. *Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local* (p. ex.: ambiente e biodiversidade; riscos e ordenamento do território; recursos, mudanças climáticas e gestão sustentável dos recursos naturais; etc.).
2. *Agricultura e desenvolvimento rural* (p. ex.: oportunidades e desafios do espaço rural, etc.).
3. *Cidade e dinâmicas do espaço urbano* (p. ex.: comércio e organização das cidades; mobilidade sustentável; pobreza urbana; etc.).
4. *Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas em diferentes contextos territoriais* (p. ex.: dinâmicas demográficas; turismo, património e sustentabilidade, etc.).
5. *Arte, cultura e leituras do território*.
6. *Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial*.

Visitas de Estudo e Trabalhos de Campo

O Curso integra visitas de estudo e dois dias de trabalho de campo onde são apresentados temas e debatidas problemáticas relacionadas com as paisagens, os patrimónios e os territórios fronteiriços entre Portugal e Espanha.

Certificação e Creditação do Curso

O Curso é certificado pela Universidade de Coimbra (UC) e creditado pela Universidade de Salamanca, através do Centro de Formação Permanente, desde que os participantes cumpram as regras definidas pelas respetivas instituições:

- creditado pela Universidade de Salamanca com 40 horas presenciais/15 horas online. (A creditação de 40 horas presenciais é concedida se houver participação nos dias dos trabalhos de campo e a 85% do número total de horas nos restantes dias; na modalidade on-line, a creditação de 15 horas é concedida se houver participação de 85% do número total de horas).
- certificado pela Universidade de Coimbra (UC) com 3 ECTS (25h) com o apoio do PRR para os participantes elegíveis (residentes e com morada em Portugal e com NIF português). Tipo de Curso: Curso Não Conferente de Grau. Qualificação Atribuída: Diploma/Certificado.

Coordenação

Rui Jacinto – CEI; CEGOT – Universidade de Coimbra

María Isabel Martín Jiménez – CEI; Universidade de Salamanca

Organização

Centro de Estudos Ibéricos

Contactos

Alexandra Isidro (cei@cei.pt)

Ana Proença (ana.proenca@cei.pt)

Sofia Martins (sofia.martins@cei.pt)

Telefone: (+351) 271220212 / (+351) 969770983

Datas

Inscrições: até 02/06/2025

Submissão de comunicações até: 21/05/2025

Curso: de 24/06/2025 a 28/06/2025

XXV Curso de Verão

Programa Geral - 24 a 28 de junho de 2025

Dias Horas	24 de junho - terça-feira Coimbra FLUC – Anfiteatro III	25 de junho - quarta-feira Trabalho de Campo	26 de junho - quinta-feira Guarda (BMEL)	27 de junho - sexta-feira Trabalho de Campo	28 de junho - sábado Trabalho de Campo																																			
9h30	Abertura Curso de Verão do CEI: 25 anos de Conhecimento, Cultura, Cooperação	7h45 - Saída do Largo D. Dinis, Coimbra Trabalho de Campo Roteiro 2 Geopatrimónio e desenvolvimento local: Serra da Estrela Enquadramento; paisagem Aldeias de Montanha: Sabugueiro Geopark Estrela: geopatrimónio e biosfera A Cova da Beira	9h15 – Intervenção de: Sérgio Costa Presidente da Câmara Municipal da Guarda 9h30 - Apresentação de Comunicações <table border="1" style="width: 100%;"><thead><tr><th></th><th>Mesa 1</th><th>Mesa 2</th><th>Mesa 3</th><th>Mesa 4</th></tr></thead><tbody><tr><td>9h30</td><td>E1.1</td><td>E 2.1</td><td>E 4.1</td><td>E 6.1</td></tr><tr><td>10h45</td><td>E1.2</td><td>E 2.2</td><td>E 4.2</td><td>E 6.2</td></tr><tr><td>12h00</td><td>E 1.3</td><td>E 3.1</td><td>E 4.3</td><td>E 6.3</td></tr></tbody></table> <table border="1" style="width: 100%;"><thead><tr><th></th><th>Mesa 1</th><th>Mesa 2</th><th>Mesa 3</th><th>Mesa 4</th></tr></thead><tbody><tr><td>15h00</td><td>E 1.4</td><td>E 3.2</td><td>E 5.1</td><td>E 6.4</td></tr><tr><td>16h15</td><td>E 1.5</td><td>E 3.3</td><td>E 5.2</td><td></td></tr></tbody></table> 17h45 - As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa Eixos temáticos 1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local 2. Agricultura e desenvolvimento rural 3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano 4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas em diferentes contextos territoriais 5. Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial 6. Arte, cultura e leituras do território Mesa 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia Mesa 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro Mesa 3 – CEI: Sala I Mesa 4 – CEI: Sala 2		Mesa 1	Mesa 2	Mesa 3	Mesa 4	9h30	E1.1	E 2.1	E 4.1	E 6.1	10h45	E1.2	E 2.2	E 4.2	E 6.2	12h00	E 1.3	E 3.1	E 4.3	E 6.3		Mesa 1	Mesa 2	Mesa 3	Mesa 4	15h00	E 1.4	E 3.2	E 5.1	E 6.4	16h15	E 1.5	E 3.3	E 5.2		8h00 - Saída da Sede do CEI, Av. Alexandre Herculano, Guarda Trabalho de Campo Roteiro 4 Arte e Natureza Fundación Cristina Masaveu Peterson Município de Morasverdes Paisagens da Serra de Francia e do Campo Charro	9h00 – Saída da Residência Campus Bravo, Salamanca Trabalho de Campo Roteiro 6 Património cultural no mundo rural Município de Juzbado Museo de la Falla Miradores de la Peña del Castillo Programa Libro Abierto y Centro Botánico
	Mesa 1	Mesa 2	Mesa 3	Mesa 4																																				
9h30	E1.1	E 2.1	E 4.1	E 6.1																																				
10h45	E1.2	E 2.2	E 4.2	E 6.2																																				
12h00	E 1.3	E 3.1	E 4.3	E 6.3																																				
	Mesa 1	Mesa 2	Mesa 3	Mesa 4																																				
15h00	E 1.4	E 3.2	E 5.1	E 6.4																																				
16h15	E 1.5	E 3.3	E 5.2																																					
10h15	Conferência I A ideia de mundo e a atualidade de Luís de Camões - José Augusto Cardoso Bernardes Geo(Foto)grafia: leituras do território – Lúcio Cunha; Rui Jacinto Mostra fotográfica: Geo(Foto)grafia ler os rumores do mundo [1]	Roteiro 3 Arte e renovação urbana WOOL Covilhã Urban Art Festival Covilhã, um museu a céu aberto: percurso urbano Concerto	17h45 - As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa Eixos temáticos 1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local 2. Agricultura e desenvolvimento rural 3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano 4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas em diferentes contextos territoriais 5. Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial 6. Arte, cultura e leituras do território Mesa 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia Mesa 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro Mesa 3 – CEI: Sala I Mesa 4 – CEI: Sala 2	Trabalho de Campo Roteiro 4 Arte e Natureza Fundación Cristina Masaveu Peterson Município de Morasverdes Paisagens da Serra de Francia e do Campo Charro	Roteiro 6 Património cultural no mundo rural Município de Juzbado Museo de la Falla Miradores de la Peña del Castillo Programa Libro Abierto y Centro Botánico																																			
12h30	Pausa para Almoço	Pausa para Almoço	Pausa para Almoço	Pausa para Almoço	Pausa para Almoço																																			
14h15	Saída do Largo D. Dinis, Coimbra Trabalho de Campo Roteiro 1 Paisagens vitivinícolas e termas Natureza, História, Cultura Mealhada, Bairrada, Buçaco	Saída do Largo D. Dinis, Coimbra Trabalho de Campo Roteiro 1 Paisagens vitivinícolas e termas Natureza, História, Cultura Mealhada, Bairrada, Buçaco	17h45 - As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa Eixos temáticos 1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local 2. Agricultura e desenvolvimento rural 3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano 4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas em diferentes contextos territoriais 5. Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial 6. Arte, cultura e leituras do território Mesa 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia Mesa 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro Mesa 3 – CEI: Sala I Mesa 4 – CEI: Sala 2	15h00 – Inauguração e visita à Exposição La Raya Hispano-Lusa. Castilla y León – Centro y Norte de Portugal [3] Conferência 2 La Raya como destino turístico. ¿Qué tipo de público se puede esperar: geógrafos/académicos ciudadanos sin formación explícita? - Jan Mansvelt Beck Roteiro 5 Geografia urbana Centro urbano e Universidade de Salamanca	14h00 - Regresso à Guarda																																			
19h30	Coimbra	Coimbra	19h00 - Teatro Municipal da Guarda. Café Concerto . Transversalidades. Diálogos imagéticos entre Portugal e o Brasil [2] - <i>Visita à Exposição . Momento cultural</i>	Coimbra	Coimbra																																			

[1] **Geo(Foto)grafia: ler os rumores do mundo** Fotografias de: Lúcio Cunha; Manuela Vaz; Manuel Ferreira; Carla Mota; Bruna Gaspar; Rui Jacinto

[2] **Transversalidades. Diálogos imagéticos entre Portugal e o Brasil** Fotografias dos concorrentes do Transversalidades: Fotografias sem Fronteiras

[3] **La Raya Hispano-Lusa. Castilla y León – Centro y Norte de Portugal** - Org.: Alfonso Hortelano Minguéz

Programa Geral

24 de junho - terça-feira

Coimbra – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Anfiteatro III

09.30 horas - **Abertura**

10.15 horas - **Conferência I**

A ideia de mundo e a atualidade de Luís de Camões - José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)

11.15 horas - **Geo(Foto)grafia**

leituras do território – Lúcio Cunha; Rui Jacinto (CEGOT; Universidade de Coimbra)

12.00 horas - **Mostra fotográfica: Geo(foto)geografia ler os rumores do mundo**

Fotografias de: Lúcio Cunha; Manuela Vaz; Manuel Ferreira; Carla Mota; Bruna Gaspar; Rui Jacinto.

Pausa para Almoço

14.15 horas - *Trabalho de Campo*

(Saída do Largo D. Dinis, Coimbra)

Roteiro I

Paisagens vitivinícolas e termais. Natureza, História, Cultura

Mealhada, Bairrada, Buçaco

15.00 horas - Casino do Luso

- Produtos turísticos locais e sua integração regional

Filomena Pinheiro (Vice-Presidente da Câmara Municipal da Mealhada)

- A Paisagem da Bairrada e sua transformação – António Campar de Almeida (Universidade de Coimbra)

- Arquitetura e urbanismo da Vila Termal do Luso – Joana Capela (Investigadora da Universidade de Coimbra)

- As Termas do Luso: saúde e bem-estar

16.30 horas - Cruz Alta

- Serra do Buçaco: enquadramento; geomorfologia – Lúcio Cunha (Universidade de Coimbra)

- História e Património: Museu, Via Sacra

- Mata Nacional do Buçaco: de património natural a floresta terapêutica (trilho pedestre)

(Câmara Municipal da Mealhada)

19.00 horas - Visita às Caves Messias

25 de junho - quarta-feira

Trabalho de Campo

07.45 horas - saída do Largo D. Dinis, Coimbra

Roteiro 2

Geopatrimónio e desenvolvimento local: Serra da Estrela

- Enquadramento geomorfológico – Lúcio Cunha (Universidade de Coimbra)

- Paisagem e biodiversidade – António Campar de Almeida (Universidade de Coimbra)

- Aldeias de Montanha: Sabugueiro – ADIRAM - Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha

- Geopark Estrela: geopatrimónio e biosfera – Geopark Estrela

- A Cova da Beira – Rui Jacinto; Lúcio Cunha (CEGOT; Universidade de Coimbra)

16.30 horas - Covilhã

Roteiro 3

Arte e renovação urbana. WOOL | Covilhã Urban Art Festival

- Covilhã, um museu a céu aberto: percurso urbano

- Concerto

20.00 horas - Guarda

26 de junho - quinta-feira

Guarda (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço)

09.15 horas - Intervenção de Sérgio Costa (Presidente da Câmara Municipal da Guarda)

09.30 horas - Apresentação de Comunicações: Eixos Temáticos, Mesas e Comunicações

Eixos temáticos

E 1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local

E 2. Agricultura e desenvolvimento rural

E 3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano

E 4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas em diferentes contextos territoriais

E 5. Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial

E 6. Arte, cultura e leituras do território

Comunicações: Organização das Mesas em Anexo

Manhã

Mesa Horas	Mesa 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia	Mesa 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro	Mesa 3 – CEI: Sala I	Mesa 4 – CEI: Sala 2
9.30	E 1. 1 Moderação: António Campar de Almeida (UC)	E 2. 1 Moderação: María Isabel Martín Jiménez (USAL)	E 4. 1 Moderação: Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)	E 6. 1 Moderação: Rosário Santana (IPG)
10.45	E 1. 2 Moderação: Lúcio Cunha (UC)	E 2. 2 Moderação: José Sampaio de Mattos Junior (UEMA)	E 4. 2 Moderação: Valentín Cabero (USAL)	E 6. 2 Moderação: Leila de Oliveira Lima Araujo (UFF – NUREG)
12.00	E 1. 3 Moderação: Rafael Albuquerque Xavier (UEP)	E 3. 1 Moderação: José Borzacchiello da Silva (UFC-PUC)	E 4. 3 Moderação: María Isabel Martín Jiménez (USAL)	E 6. 3 Moderação: Pedro Salvado (Museu Arq. Fundação)

Tarde

Mesa Horas	Mesa 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia	Mesa 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro	Mesa 3 – CEI: Sala I	Mesa 4 – CEI: Sala 2
15.00	E 1. 4 Moderação: Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS-UFP)	E 3. 2 Moderação: Joana Capela (UC)	E 5. 1 Moderação: Jadson Porto (Universidade Federal do Amapá)	E 6. 4 Moderação: Rui Jacinto (CEI/CEGOT)
16.15	E 1. 5 Moderação: Claudete Oliveira Moreira (UC)	E 3. 3 Moderação: Reinaldo Paul Pérez Machado (USP)	E 5. 2 Moderação: Valentín Cabero Diéguez (USAL)	

17h45 horas - As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa

19h00 horas - Visita à Exposição *Transversalidades. Diálogos imagéticos entre Portugal e o Brasil*

Café Concerto – Teatro Municipal da Guarda

19h30 horas - Momento cultural

Café Concerto – Teatro Municipal da Guarda

27 de junho - sexta-feira

Trabalho de Campo

08.00 horas - Saída da Sede do CEI, Av. Alexandre Herculano, Guarda

Roteiro 4 *Arte e Natureza*

- Visita à *Fundación Cristina Masaveu Peterson*. Município de Morasverdes

- Paisagens da *Sierra de Francia* e do Campo Charro

16.00 horas - Museo del Comercio y la Industria de Salamanca

Inauguração e visita à Exposição *La Raya Hispano-Lusa. Castilla y León – Centro y Norte de Portugal* - Alfonso Hortelano Mínguez (USAL)

Conferência 2

La Raya como destino turístico. ¿Qué tipo de público se puede esperar: geógrafos/académicos ciudadanos sin formación explícita? - Jan Mansvelt Beck (Universidade de Amsterdão)

18:00 horas - Roteiro 5. *Geografia urbana:*

- Passeio pelo Centro urbano de Salamanca

- Universidade de Salamanca

28 de junho - sábado

Trabalho de Campo

09.00 horas - Saída da *Residencia Campus Bravo*, Salamanca

Roteiro 6

Património cultural no mundo rural

- Receção no Município de Juzbado

- *Proyectos y programas de recuperación del patrimonio local material e inmaterial* - Valentín Cabero Diéguez (Universidade de Salamanca)

- Museo de la Falla, Miradores de la Peña del Castillo, Programa Libro Abierto y Centro Botánico

13.15 horas - Encerramento e almoço (Salón de Actos de Juzbado)

14.00 horas - Saída de Juzbado e regresso à Guarda

16.00 (hora prevista) - Chegada à Guarda

*O horário a considerar é o de Lisboa, exceto na tarde do dia 27 e no dia 28, que é o horário de Madrid.

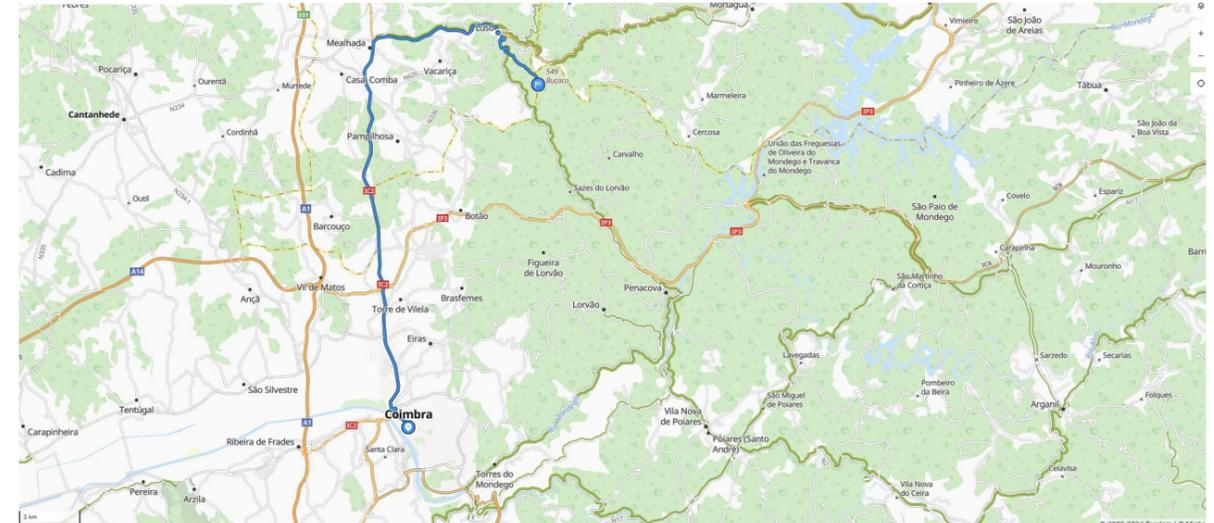
TRABALHOS DE CAMPO ROTEIROS

ROTEIROS

Roteiro 1

Paisagens vitivinícolas e termais. Natureza, História, Cultura.

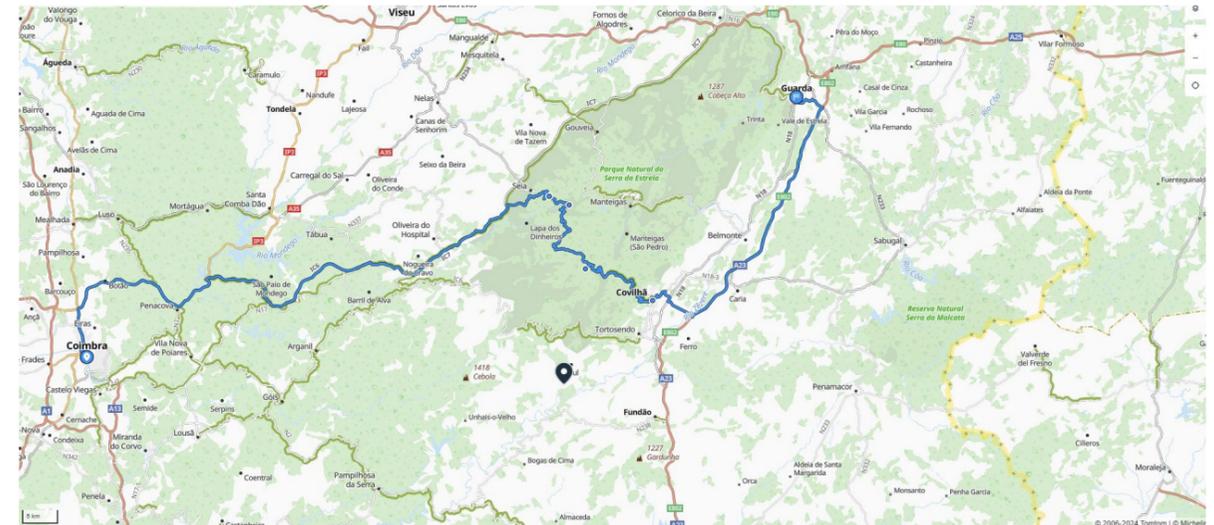
Coimbra – Mealhada – Bairrada – Buçaco – Coimbra



Roteiro 2

Roteiro 2: Geopatrimónio e desenvolvimento local: Serra da Estrela

Coimbra – Sabugueiro – Torre – Covilhã – Guarda



Roteiro 3

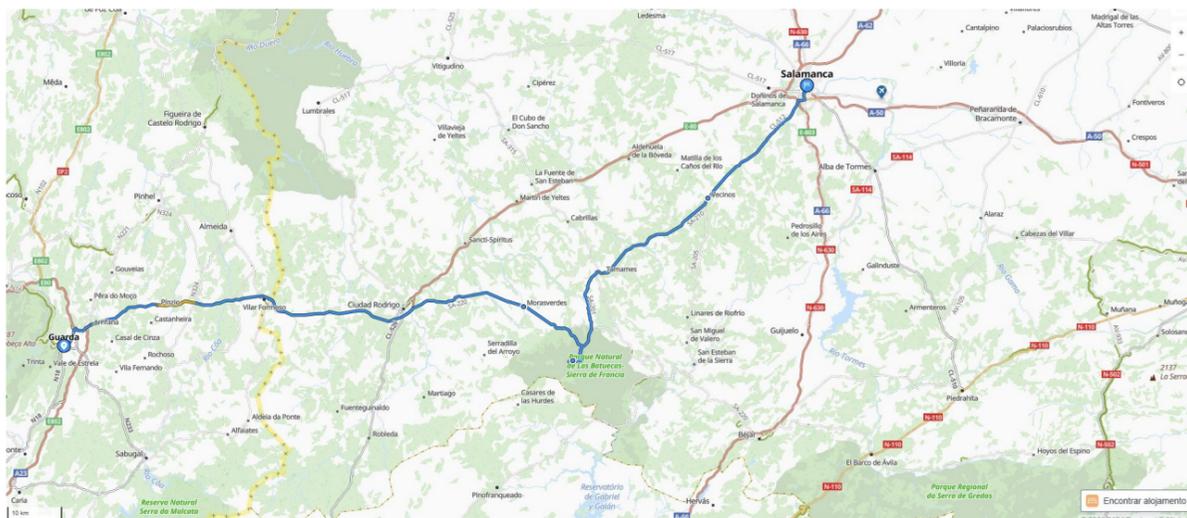
Arte e renovação urbana. WOOL | Covilhã Urban Art Festival

Covilhã

Roteiro 4

Arte e Natureza

Guarda – Morasverdes – Sierra de Francia – Salamanca



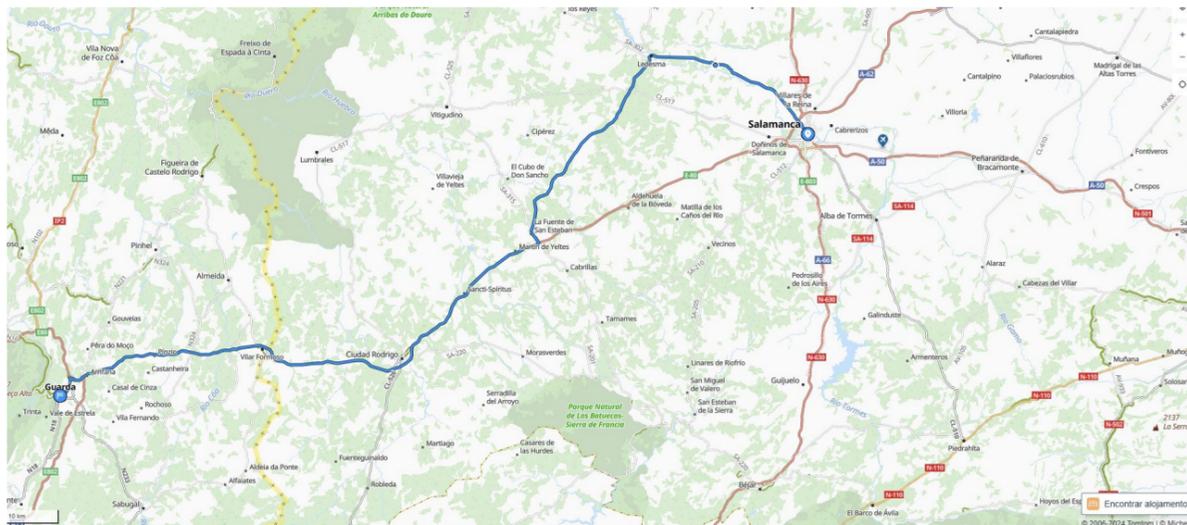
Roteiro 5

Geografia urbana: Salamanca

Roteiro 6

Património cultural no mundo rural

Salamanca – Juzbado – Guarda



COMUNICAÇÕES EIXOS TEMÁTICOS

EI
XOS
TE
MA
TI
COS

ÍNDICE

E I

Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local

E I.1

Moderação: António Campar de Almeida (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

Análise da dinâmica de unidades de paisagem da Calha do Rio Amazonas - *Messias Modesto dos Passos e Diogo Gonçalves* (FCT-UNESP - Campus de Presidente Prudente/SP)

Patrimônio Três Bocas- visibilidade e invisibilidade de forma e significado - *Humberto Yamki* (Laboratório de Paisagem)

Avaliação diagnóstica da Vegetação da Área de Proteção Ambiental do Cariri Paraibano – Semiárido Nordeste - *Viviane Vitória Queiroz Ferreira dos Santos* (UEPB)

Compartimentação morfoestrutural do município de Mineiros (GO)- *Adalto Moreira Braz, Lucas Costa de Souza Cavalcanti, Ivanilton José de Oliveira, Paola Vicentini Boni, Rafael Martins Brito* (Grupo de Pesquisas Geografia de Paisagens Tropicais - PAISAGEO)

Revitalização de fundo de vale e arborização: para a emergência do pensamento sustentável sobre a importância da água - *Claudia Lopes Nascimento, Dalva Dias Batista, Irene Carniatto* (Universidade Estadual de Londrina)

Diagnóstico da Suscetibilidade à Desertificação em Esperança - PB com Base em Dados de Uso e Cobertura da Terra (2009–2022) – *Dayane Engracio Clementino dos Santos, Viviane Vitória Queiroz Ferreira dos Santos, Elias dos Santos Silva, Rafael Albuquerque Xavier* (Universidade Estadual da Paraíba)

Implicações das Variabilidades Climáticas na Biodiversidade de Ecossistemas no Semiárido da Paraíba, Nordeste, Brasil - *Rosilene Barros Gomes, Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Denilson de Oliveira Silva* (Universidade Federal de Campina Grande /Universidade Estadual da Paraíba)

O GTP: um novo paradigma? - *Messias Modesto dos Passos e Diogo Gonçalves* (FCT-UNESP - Campus de Presidente Prudente/SP)

E I.2

Moderação: Lúcio Cunha (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

As Mudanças Climáticas em Angola no Contexto da Geografia Física: Análise do índice de precipitação atmosférica nos anos Bissexto e Bissexto- *Eugénio Calei Lucamba e Domingos Fortunato da Silva* (Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo, Angola)

Estudo dos eventos climáticos extremos e seus efeitos no Município de Rosana-SP - *Thais Helena Gonçalves e Diogo Laercio Gonçalves* (Unesp Presidente Prudente -Unesp Ourinhos)

Impactos das Secas e da Variabilidade Climática sobre a Hidrografia do Município de Serra Redonda – Paraíba - *Viviane Vitória Queiroz Ferreira dos Santos* (UEPB)

Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC): o protagonismo das mulheres no acesso água no Semiárido da Paraíba - *Josiedna Góis dos Santos, Valéria Raquel Porto de Lima, Ângela Maria Cavalcante Ramalho* (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Dinâmica Climática da Bacia do Guaporé: Análise Multivariada a Partir de Dados Observacionais - *Paulo César de Godoy Junior e Nara Luísa Reis de Andrade* (Universidade Federal de Rondônia)

Análise da superfície de água e das estatísticas gerais de corpos hídricos no Cerrado do Sudeste Goiano a partir da plataforma Mapbiomas Água (1985-2024) - *Ana Paula Novais Pires Koga; Flávia Fernanda Borges de Oliveira Diniz; Rebeca Vieira Barbosa dos Santos* (Universidade Federal de Catalão)

Mudanças climáticas e crise hídrica na Amazônia brasileira: recuperação de nascentes no estado de Rondonia - *J.Theodoro, M. M Ferreira, Lúcio Cunha* (Governo de Rondonia; Gepe - Fronteiras - CEGOT. UC.PTNIR)

E I.3

Moderação: Rafael Albuquerque Xavier (Universidade Estadual da Paraíba)

Intervenções:

Rios Invisíveis: A canalização do Córrego Pirapitinga e a sinalização ambiental - *Bruno Serafim dos Reis e Ana Paula Novais Pires Koga* (UFU/UFCAT)

Análise espaço-temporal das superfícies impermeabilizadas e das ocorrências de inundação na bacia hidrográfica do córrego Jacu (2015-2025), Zona Leste do município de São Paulo - *Leticia Roberta Amaro Trombeta, Larissa Roberta Trombeta, Júlio César da Costa* (Universidade Federal de São Paulo)

Cidadania e desenvolvimento por meio de monitoramento participativo de corpos hídricos - *Rita de Cassia Almeida da Costa e Renata Fraga Heizer* (Universidade de Coimbra / Emater-Rio)

A imposição da condição de deslocados *in situ* aos homens e mulheres das águas - *Leticia Aparecida Rocha* (UFMG)

Ecossistema e território Ribeirinho - Enchente de 2014 (uma percepção fenomenológica) - *Edilene Chagas De Oliveira, Jucicleide Theodoro, Maria Madalena Ferreira* (Universidade de Coimbra)

Abastecimento de água no agreste do semiárido nordestino (Brasil): urbanidades sob o desafio da dessentação - *João Domingos Pinheiro Filho* (PPGEcoH/UNEB; SEE/PE e SEDUC/ Caruaru)

Mondego limpo tem mais encanto: um meio de abrir corações e mentes para minimizar o pranto - *Rita de Cassia Almeida da Costa* (Universidade de Coimbra)

E I.4

Moderação: Dirce Maria Antunes Suertegaray (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFP)

Intervenções:

Injustiça Energética e Ecologia Política: Energia renovável como parte de um sistema capitalista - *Fernando Heleno Fernandes de Souza Freire e Andrea Maria Narciso Rocha de Paula* (Universidade Estadual de Montes Claros)

Economia circular como alternativa na reutilização de latas de aço em Porto Velho – Rondônia - *Vera Lúcia de*

Almeida, Raduan Krause Lopes e Jayne Carlos Piovesan (Centro Universitário São Lucas)

A Educação Ambiental como Eixo de Análise da Estrutura dos Parques Estaduais em Campo Grande (MS) - Paola Vicentini Boni, Mauro Henrique Soares da Silva, Maria Helena Mesquita Pina (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade do Porto)

Educação Ambiental como ferramenta terapêutica em Porto Velho Rondônia Brasil - João Batista Almeida Silva, Elisete Maria da Silva Moreira, Ionara Ferreira Sanches, Maria Ludiana Pedroza Pinheiro (Centro Universitário Aparício Carvalho)

(IN)certezas nas “narrativas ambientais” da Comunidade da Vila Dois Rios – Ilha Grande – Angra dos Reis-Rio de Janeiro - Carla Taciane Figueiredo, Maria Monikelle da Silva Targino, Gelsom Rozentino, Ana Caroline Figueiredo Moitinho (Universidade Federal de Alagoas)

Geoparques como Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Uma análise comparativa entre o Estrela Geopark (Portugal) e o Geopark Bodoquena-Pantanal (Brasil) - Regiane Silvestrini; Lúcio José Sobral da Cunha; Mauro Henrique Soares da Silva (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade de Coimbra)

Comunidades Ribeirinhas - AM/BR. Território da natureza: meio ou ambiente? - Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS/UFPB)

E 1.5

Moderação: Claudete Oliveira Moreira (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

O potencial do turismo de natureza no Município de Campina Grande, Paraíba: o caso do Parque Natural Municipal Serra da Borborema - Elias dos Santos Silva, Dayane Engracio Clementino dos Santos, Rafael Albuquerque Xavier e Valéria Raquel Porto de Lima (UFPB)

O turismo como vetor de desenvolvimento do Vale das Espinharas no semiárido da Paraíba, Brasil - Erik Manoel Farias de Brito e Rafael Albuquerque Xavier (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Turismo e desenvolvimento local no Distrito do Marinho, Boqueirão, Paraíba, Brasil - Edriano Serafim de Araujo e Rafael Albuquerque Xavier (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Brasil como destino mundial do Astroturismo - Caíque da Conceição dos Santos (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Percepções etnoambientais de impactos ocorridos na última década que influenciaram o turismo como renda complementar em comunidades tradicionais no Vale do Jari – Amazônia Oriental, Brasil – Nubia Caramello, Irene Carniatto, Lúcio Cunha, Norberto Santos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra)

Geodiversidade e potencial para criação de Geoparques na Paraíba, Brasil - Rafael Albuquerque Xavier, Patrícia da Conceição Dornellas da Silva Xavier e Inocência Oliveira Borges Neto (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Mudanças climáticas e turismo: impactos da variação dos níveis de conforto climático no destino turístico Portugal - Claudete Oliveira Moreira, Rui Ferreira, Tiago Santos, Germana Torres, Andreia Martins (Universidade de Coimbra, CEGOT)

E2

Agricultura e desenvolvimento rural

E 2.1

Moderação: María Isabel Martín Jiménez (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Regularização fundiária de terras no médio São Francisco no Norte de Minas Gerais (MG) -Brasil - Bruna Monique Machado Simões e Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Gestão em pequenas propriedades rurais no Município de Presidente Médici - Rondonia - Gustavo Henrique de Souza; Monica Gomes Monteiro Feitosa e Maria Madalena Ferreira (Universidade Federal de Rondônia-UNIR)

Fordlândia e Belterra: uma análise geográfica sobre os projetos da Ford Company na Amazônia brasileira - Diogo Laércio Gonçalves, Messias Modesto dos Passos (Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação)

Agricultura Urbana em Contexto Metropolitano: Desafios e Potencialidades no Município de Aquiraz, CE - Francisco Moacir de Saboia Filho (Universidade Federal do Ceará)

Estado da arte sobre a agricultura familiar sustentável no Brasil: uma revisão sistemática com análise de conteúdo - Marisete dos Santos Brandalize, Irene Carniatto de Oliveira e Rafael Venturin Piacentini (PGDR; DT, do CNPq - Ministério da Educação do Brasil; Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PGDR))

E 2.2

Moderação: José Sampaio de Mattos Junior (UEMA)

Intervenções:

Os desafios para a segurança alimentar no campo maranhense: uma análise das políticas públicas de desenvolvimento territorial - Ariane Silva Costa, José Sampaio de Mattos Junior e Paulo Ricardo Martins de Souza (Universidade Estadual do Maranhão)

1º Plano Municipal de segurança alimentar e nutricional de Fortaleza/ CE: a distribuição espacial das políticas alimentares implementadas na cidade - Maiara Colares Bezerra e Iara Rafaela Gomes (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Desconectadas na Igualdade: Desafios Digitais em Meio Rural – Um Estudo Exploratório no Côa Parque e Parque Natural da Serra da Estrela - Helena Antunes, Vera Mendonça e José Luis Domínguez (USAL e CETRAD/UTAD)

Incerteza Institucional e Desenvolvimento Territorial: Desafios para o Planejamento e a Execução de Políticas Públicas no Espaço Agrário Maranhense - José Sampaio de Mattos Junior, Paulo Ricardo Martins de Souza e Ariane Silva Costa (Universidade Estadual do Maranhão)

Políticas Públicas e Coesão Territorial: Desafios e Perspetivas para o Desenvolvimento Rural -Tiago Santos (Universidade de Aveiro)

E3

Cidade e dinâmicas do espaço urbano

E 3.1

Moderação: José Borzacchiello da Silva (Universidade Federal do Ceará - PUC)

Intervenções:

A Cidade que Educa e Transforma - Isabel Baltazar (ISEC Lisboa e NOVA FCSH)

Produção do espaço e reprodução do capital e o tempo social de Henri Lefebvre - Lucia Maria de Baère Naegeli (Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio)

As cidades locais na Geografia Urbana brasileira: a centralidade do pensamento de Milton Santos - Dhiego Antonio de Medeiros (Universidade Estadual de Alagoas)

Feições da modernização no contexto do circuito inferior: uma análise dos permissionários do mercado público de Sobral, Ceará, Brasil - Irisdora Cunha dos Santos e Luiz Antonio Araújo Gonçalves (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA)

Neoliberalização da Política Urbana e Mercantilização dos Bens Públicos em Fortaleza - Henrique Eder Cavalcante Araújo, Tiago Estevam Gonçalves, Maria Clelia Lustosa Costa (UFC)

Espaço e economia urbana: o ramo de supermercados na cidade de Fortaleza - Maria Eduarda Oliveira de Lima e Alexsandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará – UFC)

A Formação Urbana de Fortaleza – Brasil - José Borzacchiello da Silva (Universidade Federal do Ceará /PUC-Rio)

E 3.2

Moderação: Joana Capela (Universidade de Coimbra (FLUC - CEGOT); investigadora integrada HTC-CFE NOVA)

Intervenções:

O patrimônio como objeto de exploração turística: o centro histórico de São Luís (Brasil) - Matheus Andrade Marques e Eustógio Wanderley Correia Dantas (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) - Brasil/ Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil)

O artesanato como produção do espaço público em Alcântaras/CE - Maria da Conceição de Jesus Araújo Carmo, Luiz Antônio Araújo Carmo (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA)

Reestruturação urbana: impactos no comércio na centralidade tradicional do bairro Montese, Fortaleza (CE) - Francisco Gabriel da Silva Neto e Alexsandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará)

Nas trilhas da Normalista: espaço urbano do centro de Fortaleza - Emanuelton Antony Noberto de Queiroz, Alexsandra Maria Vieira Muniz, Maria Edivani Silva Barbosa, Claudiana Viana Godoy (Universidade Federal do Ceará)

Mobilidade e Metropolização em Rede: entre a coesão e a fragmentação sob os trilhos do espaço metropolitano de Fortaleza – CE - Francisco Thalvany Marques Duarte (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Vertportos - Mobilidade Aérea Urbana - Sara Videira (Universidade de Coimbra)

E 3.3

Moderação: Reinaldo Paul Pérez Machado (Universidade de São Paulo)

Intervenções:

Impactos e resiliência numa cidade costeira: estudo de caso de São Luís do Maranhão – Nordeste do Brasil - Reinaldo Paul Pérez Machado e Ulisses Denache Vieira Souza (Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Maranhão)

O fenómeno migratório na cidade metropolitana de Génova (Itália): um estudo sobre as necessidades de saúde da população migrante – Giampietro Mazza, Elvira Massaro, Donatella Panatto, Nicoletta Varani (Universidade Génova)

Periferias e Periferias: entre o Planejamento Urbano e a Vivência Cotidiana - Leila de Oliveira Lima Araujo (Universidade Federal Fluminense – NUREG)

Planejamento urbano na perspectiva da logística e da circulação de mercadorias na Região Metropolitana de Fortaleza - Carlos Wesley Freire da Silva, Maria Clélia Lustosa Costa (Universidade Federal do Ceará)

O planejamento urbano de Fortaleza no século XXI: a influência do discurso higienista na proposta de revisão do Plano Diretor Participativo 2009 - Juliana Oliveira Andrade (Universidade Federal do Ceará)

[DES]ARQUIVO: Castelo Branco, cidade imaginada – projetos não construídos em exposição - João Pedro Antunes Dias (UBI - iA* - Unidade de Investigação em Artes)

E4

Sociedade e território: dinâmicas socioeconômicas em diferentes contextos territoriais

E 4.1

Moderação: *Andréa Maria Narciso Rocha de Paula* (Universidade Estadual de Montes Claros)

Intervenções:

Colonialidade em Tempos de Crise: A Disputa pelos Territórios Tradicionais no Brasil - *Andrea Maria Narciso Rocha de Paula* (Universidade Estadual de Montes Claros)

Nova Cartografia Social: A migração e os saberes locais nas Comunidades Tradicionais do Médio Rio São Francisco - *Thays Malveira Ruas* (Universidade Estadual de Montes Claros)

Dossiê Povos Originários: o Maranhão na Cartografia dos Séc. XVI- XVII - no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro -RJ - *Grete Soares Pflueger* (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA)

Vida que segue: identidade e níveis dinâmicos na comunidade negra do Moreira - *Francisco José Araujo* (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA)

Mulheres quilombolas em movimento: entre apanha das flores e a luta por direitos - *Andreia Ferreira dos Santos, Andréa Maria Narciso Rocha de Paula* (Unimontes)

Entre a formalidade e a omissão: os limites dos termos de ajustamento de conduta (TACS) na reparação de danos a comunidades tradicionais - *Lara Mendes Saraiva/ Andrea Maria Narciso Rocha de Paula* (Universidade Estadual de Montes Claros)

Ordenação territorial de comunidades tradicionais: um estudo de caso da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde/Beberibe/Ceará/Brasil - *Sarah Carneiro Araújo Fermanian e Sheila Cavalcante Pitombeira* (URCA e UNIFOR)

E 4.2

Moderação: *Valentín Cabero Diéguez* (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Da Legislação à Ação: A Resposta das Políticas Públicas à Pobreza Energética em Contexto de Transição Verde - *Tiago Mesquita, Ana Horta, Luísa Schmidt, Helena Nogueira* (Centro de Investigação em Antropologia e Saúde - Universidade de Coimbra; Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa)

Estudo comparativo entre Vila Nova de Poiares (Região Centro, Portugal) e Rio Preto da Eva (Amazonas, Brasil) o envelhecimento ativo em territórios de baixa densidade populacional: desafios e perspectivas” - *Ralcilene Santiago da Frota* (Universidade de Coimbra)

O Caminhar do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho na luta pelos direitos e saúde das mulheres - *Virgínia da Silva Corrêa, Gislei Siqueira Knierim, Luiza Dutra Garcia, Fátima Cristina Cunha Maia Silva e André Luiz Dutra Fenner* (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Brasília)

Saúde pública e gestão de riscos nas cidades brasileiras: considerações sobre a Região Metropolitana de

Campinas-SP. - *Aline Pascoalino* (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP))

Tráfico de drogas ilícitas e dinâmicas territoriais em um mundo globalizado - *Tiago Batista Moreira e Maria Clélia Lustosa Costa* (Universidade Federal do Ceará)

Capítulos de Prevenção: A construção normativa da segurança na medicação - *Bárbara Monteiro, Isabel Lopes, Daniel Riso* (ULS Guarda)

E 4.3

Moderação: *María Isabel Martín Jiménez* (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Integridade da Pesquisa e Desigualdades Globais: Impactos das Fraudes Científicas nas Dinâmicas Territoriais - *Livia de Oliveira Lima Cavalcanti de Araujo* (Universidade Federal Fluminense)

Formação geográfica no Estado do Ceará: reflexões sobre a Universidade Aberta do Brasil - *Francisco Samuel Gomes de Araújo e José Borzacchiello da Silva* (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Trajetórias Urbano-Industriais e a Geografia Escolar - *Alexsandra Maria Vieira Muniz e Leticia de Sousa Pinheiro* (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL: contributos de um espaço de produção de conhecimentos territoriais no processo ensino/ aprendizagem de geografia no nordeste do Brasil - *Renan Rubert Rosas Neto e Antonio Alfredo Teles de Carvalho* (Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Alagoas)

Uma história da geografia na Província das Alagoas à luz dos compêndios de Antonio Joaquim de Moura (1844) e Thomaz do Bomfim Espíndola (1871) - *Pedro Henrique Nunes Silva e Renan Rubert Rosas Neto* (Universidade Federal de Alagoas)

E5

Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial

E 5.1

Moderação: *Jadson Porto* (Universidade Federal do Amapá)

Intervenções:

O processo histórico da definição das fronteiras africanas - *Joel António Lameco* (Universidade do Minho)

A Tradição Geo-Espacial Ibero-Americana e Lusófona: A criação de um legado na América Latina e na Ásia - *Carlos J. L. Balsas* (BSABE, Ulster University, Belfast, UK)

Política estatal e planejamento territorial: notas a partir das regionalizações oficiais no estado de Alagoas – Brasil - *Clevisson José da Silva* (Universidade de São Paulo)

Deslocamento compulsório, megaempreendimentos minerários e a luta das comunidades tradicionais - *Matheus Silveira de Souza e Andrea Maria Narciso Rocha de Paula* (UNIMONTES)

Identidade Canaense, Migração: Urbanização e Exclusão em Canaã dos Carajás - *Maria Clara Souza Sanches* (UNIMONTES)

Universidade e Inovação no Interior do Ceará: Uma Análise dos Campi da UFC em Quixadá, Russas e Crateús - *Antonia Helaine Veras Rodrigues, Maria Clélia Lustosa Costa e Mariana Brito de Lima* (Universidade Federal do Ceará)

Configurações e interações espaciais transfronteiriças na região das Guianas - *Jadson Porto* (Universidade Federal do Amapá)

E 5.2

Moderação: *Valentín Cabero Diéguez* (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

COMOVIMENTO – Corpo em ação, natureza em evolução - *Marcelo Castilho da Silva e Renan Alves Pereira* (Faculdade Metropolitana de Rondônia)

Lazer, esporte e cultura como estrutura de oportunidades: os Cucas em Fortaleza - *Galadriel Pereira da Silva* (Universidade Federal do Ceará)

Formação profissional e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza/CE - *José Átila Abreu de Sousa, Alexandra Maria Vieira Muniz* (Universidade Federal do Ceará)

A importância das metodologias colaborativas nos projetos de inovação em transformação governamental na perspectiva da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) no Brasil - *Thais de Oliveira Queiroz, Patricia Siqueira de Medeiros, Rachel Pereira Dorneles e Cecília Chachamovitz* (Escola Nacional de Administração Pública)

Cooperação Internacional na Segurança Marítima da Amazônia Azul: Desafios e Perspectivas para a Defesa Nacional - *Ana Júlia França Monteiro, Nathalia Braga dos Santos, Ana Caroliny Silva Melo, Tainá Camila de Bessa Mattos e Kelly Lorraine Soares da Silva* (Universidade Federal de Goiás)

Dinâmicas territoriais em terras tradicionalmente ocupadas no Brasil e em Portugal - *Maria Cecília Cordeiro Pires; Andréa Maria Narciso Rocha de Paula* (Universidade Estadual de Montes Claros)

Dinâmica Territorial e Pluralidade Epistemológica: Um olhar crítico sobre Ciência e Território em Ilha Grande, Rio de Janeiro – Brasil – *Menandro Minhain Figueiredo Moitinho, Carla Taciane Figueiredo e Gelsom Rozentino* (Universidade Federal De Sergipe – UFS) - *Diogo Miguel Pinto, Helena Pina* (Universidade do Porto, CEGOT / Universidade do Porto, CEGOT)

E6

Arte, cultura e leituras do território

E 6. 1

Moderação: *Rosário Santana* (Instituto Politécnico da Guarda)

Intervenções:

Sete Canções Castelhana-Portuguesas de Rio-de-Onor de Fernando Lopes-Graça: quando a criação de obra se manifesta nos limites de uma região sem barreiras linguísticas ou territoriais - *Rosário Santana e Helena Santana* (Instituto Politécnico da Guarda; Universidade de Aveiro)

Mar de Setembro de Fernando Lopes-Graça: soslaio sonoro e musical em Eugénio de Andrade - *Rosário Santana e Helena Santana* (Instituto Politécnico da Guarda; Universidade de Aveiro)

Os impactos da pandemia nas Bandas Filarmónicas Portuguesas - *Diogo Miguel Pinto e Helena Pina* (Universidade do Porto, CEGOT)

Devoção franciscana no Ceará: Canindé e a construção do franciscanismo tropical Sertanejo - *Eustógio Wanderley Correia Dantas e Odilon Monteiro da Silva Neto* (Universidade Federal do Ceará - UFC)

La Serenísima Señora D. Juana De Castilla: contextualização do retrato Joana de Castela da coleção José Relvas - *Pedro Manuel Pereira da Silva Tavares* (CHAIA)

E 6. 2

Moderação: *Leila de Oliveira Lima Araújo* (Universidade Federal Fluminense - NUREG)

Intervenções:

Entre peçonha e veneno: saberes naturalistas e ameaças animais na América Espanhola do século XVI - *Anelisa Mota Gregoleti e Wellington Bernardelli Silva Filho* (Universidad Nacional Autónoma de México)

Ponzoña e socorro: terapêuticas coloniais diante dos animais nocivos na América Espanhola do século XVII - *Raiza Aparecida da Silva Favaro e Maria Regina Cotrim Guimarães* (Universidade Estadual de Maringá)

A utilização de licores alcoólicos nas culturas presentes durante o Brasil Holandês - *Ana Paula Barco da Silva* (Universidade Estadual de Maringá)

Sabores e saberes do Cerrado: a sociobiodiversidade na cultura alimentar Goiana - *Bianca Barros da Silva* (Universidade Federal de Catalão)

As esculturas da Infância no Campo Santo – *Alana Yara Cristina Ribeiro Mafra* (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Entre Ruas e Sabores: A Comida de Rua no Rio de Janeiro Oitocentista segundo Debret - *Nathália Moro, Christian Fausto Moraes dos Santos* (Universidade Estadual de Maringá)

E 6. 3

Moderação: *Pedro Salvado* (Museu Arqueológico do Fundão)

Intervenções:

O tempo e o espaço do património cultural: do valor ao uso - *Joana Capela de Campos* (Universidade de Coimbra (FLUC - CEGOT); investigadora integrada HTC-CFE NOVA)

O projeto Quadragésima e a ativação patrimonial em comunidades rurais do Fundão - *Pedro Salvado, Pedro Mendonça e José Paulo Duarte* (Museu Arqueológico do Fundão)

Viver no território, morrer na paisagem: práticas funerárias alto-medievais no Riba-Côa - *André Lopes Pereira* (Investigador Independente)

Biografia de um Património Cultural - Trechos Seleccionados: entre a Rememoração, o Apagamento e a Potência das Ruínas de Um Sítio Arqueológico de Ouro Preto (MG) - *Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca* (Universidade de Brasília / CMD)

El valor patrimonial de los núcleos fortificados fronterizos: analogías y diferencias entre Almeida y Valença - *Lía Fernández Sangrador, Ana Lago Saavedra e Carmen del Río Acobi* (Universidad de Salamanca)

Paisajes y patrimonios transfronterizos: Las calzadas romanas como recursos de diálogo en los territorios rurales gallego-portugueses – *Patricia Ana Argüelles Álvarez, Diego Piay Augusto, Laura Casal Fernández* (Universidad de Santiago de Compostela, Universidad de Oviedo, Museo Provincial Orense)

A Rede de Museus da Cova da Beira – uma análise retrospectiva, comparativa e projetiva - *Pedro Salvado; André Mota Veiga; Jean Marques* (Museus Arqueológico Municipal José Monteiro)

E 6. 4

Moderação: *Rui Jacinto* (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Centro de Estudos Ibéricos)

Intervenções:

Mudanças climáticas e a gestão sustentável dos recursos naturais: reuso de água em escola do Semiárido Brasileiro - *Jaqueline de Araújo Oliveira e José Irivaldo Alves Oliveira Silva* (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)

Arturo Lema (1874 - 1956): Um artista e um território - *Diana Sofia Neto Duarte Rodrigues Salvado* (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos do Território, Mobilidades e Património)

Conhecer para transformar: como a literatura de cordel e a questão ambiental se entrelaçam? - *Kenia Diógenes* (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

“Um Judas para Malhação” de Augusto César Proença: um conto não geográfico? - *João Carlos Nunes Ibanhez* (Universidade Federal da Grande Dourados)

Escritores, espírito dos lugares, itinerários literários: roteiros poéticos em Goiás e Coimbra - *Valéria Cristina Pereira da Silva; Rui Jacinto* (Universidade Federal de Goiás; Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Centro de Estudos Ibéricos)

Panorama da Geoliteratura em Portugal e no Brasil: o tempo e os modos de dialogar entre Geografia e Literatura - *João Carlos Nunes Ibanhez; Jones Dari Goettert; Rui Jacinto* (UFGD; UFGD; Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Centro de Estudos Ibéricos)

Resumo das Comunicações

EI

Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local

EI

E I. I

Análise da dinâmica de unidades de paisagem da Calha do Rio Amazonas

Messias Modesto dos Passos

mmpassos86@gmail.com

FCT-UNESP - Campus de Presidente Prudente/SP

Diogo Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

FCTE/UNESP, campus de Ourinhos/SP

O recorte geográfico - esta área recebe influência da cidade de Santarém, sede do município, e das rodovias Santarém/Cuiabá (BR-163) e Santarém/Curuá-Una (PA-370). Corresponde aos ecossistemas que sofreram ação antrópica, pelo uso com agricultura itinerante de derruba e queima e para implantação de pastagem. As unidades de paisagem, aqui apresentadas, foram definidas a partir de observações sistemáticas, efetuadas em três expedições de campo, do mapeamento a partir de imagens de satélite e de tomadas de fotos com Drone. Observo que, este artigo foi extraído do Relatório Científico Final do processo FAPESP nº 2023-00210-7, de título: Diagnóstico-Prognóstico das Transformações Paisagísticas na Calha do Rio Amazonas e no Assentamento INCRA Corta Corda/PA, cuja vigência se estendeu de 01/05/2023 a 30/04/2025.

Os procedimentos teórico-metodológico se atêm à aplicação do modelo GTP – Geossistema, Território e Paisagem. O geossistema, é um conceito de inspiração naturalista que leva em consideração as massas, os volumes e os funcionamentos bio-físico-químicos. Ele está estreitamente ligado com as linguagens, os conceitos e os métodos das ciências da natureza. O território, conceito central da ciência geográfica, é considerado aqui apenas na sua dimensão natural. Ele é de alguma forma a interpretação socioeconômica do geossistema, como o agrossistema é aquela do ecossistema. A paisagem, noção mais que conceito, permite aqui ao geógrafo aceder ao mundo das representações sociais da natureza assegurando ao mesmo tempo um elo com os objetos naturais em sua dimensão geossistêmica.

A análise da dinâmica paisagística das unidades de terreno, definidas por nós, partiu de uma tipologia dinâmica que classifica o geocomplexo em função de sua evolução e que engloba através disso todos os aspectos das paisagens. Ela leva em conta três elementos: o sistema de evolução, o estágio atingido em relação ao clímax, o sentido geral da dinâmica (progressiva, regressiva, estabilidade):

(a) Os geossistemas em biostasia – unidades de paisagens em que a atividade geomorfogenética é fraca ou nula. O potencial ecológico é, no caso, mais ou menos estável. O sistema de evolução é dominado pelos agentes e os processos bioquímicos: pedogênese, concorrência entre as espécies vegetais etc.

(b) Os geossistemas em resistasia – unidades de paisagem onde a geomorfogênese domina a dinâmica global das paisagens. Partindo dos elementos fornecidos pela pesquisa, é possível uma classificação das unidades componentes da paisagem, dessa parcela do território amazônico, em função de uma tipologia dinâmica e da fragilidade dos equilíbrios morfo-pedogenéticos, nos seguintes tipos: (a) área de agricultura mecanizada com dinâmica estável/ em biostasia subclimática e paraclimática (b) área de agricultura mecanizada intensiva com dinâmica estável; (c) áreas de pastagens artificiais extensivas com dinâmica regressiva (geofácies degradados em mosaico);

(c) áreas de usos intensivos com minifúndios em dinâmica estável. Finalmente, o diagnóstico da dinâmica das unidades de paisagem nos permite prognosticar o futuro próximo e, notadamente, dar subsídios à implantação de políticas públicas que buscam um modelo de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Amazônia – Unidades de Paisagem – Geossistema – Território- Paisagem.

Patrimônio Três Boccas- visibilidade e invisibilidade de forma e significado

Humberto Yamki

yamaki@ymail.com

Três Boccas (Laboratório de Paisagem)

O artigo trata do resgate do Patrimônio Três Boccas no Norte do Paraná, esquecido há um século na frente de colonização. Permite identificar a instabilidade de forma e significados.

Em contraponto ao discurso oficial da CTNP, a colonização do Norte do Paraná foi resultado da aplicação sistemática de Planos de Viação, Decretos de Concessão de Terras Devolutas, de Colonização e de Concessão de Ferrovias. Essas condicionantes foram ocultadas. O resultado do planejamento era considerado parte da “inventividade” dos empreendedores.

O Patrimônio Três Boccas foi projetado pela CFSPP no Limite de Terras CTNP. Assim era estratégico na delimitação do território. Entre 29-31, a CTNP projeta dois patrimônios, sedes de Núcleo Colonial conforme Decreto de Colonização. Foram rapidamente silenciados pela CTNP. Na pioneira Planta Parcial de Colonização das Glebas Três Boccas, Jacutinga e Vermelho (1930-32), o Patrimônio Três Boccas (1930) já havia desaparecido como legenda. Nas plantas cadastrais seguintes o lugar “Patrimônio Três Boccas” não foi mais citado como bairro ou rua. Parte dos limites, nascentes, relevo e o platô onde ainda continuam reconhecíveis num estudo de sobreposição.

A forma do Patrimônio Três Boccas inicial era um quadrado. Simbólico com rigidez encontrada em outros patrimônios da região. Um dos lados era o Limite de Terras, o fundo era a cota da faixa 550m. O acesso era a partir da reta a 1800m da futura Sede Central. Incorpora quatro nascentes. A largura foi reduzida para ajuste da ferrovia e o projeto de colonização. Diminui para duas nascentes. O platô permitia vista do conjunto. Foram instalados o Hotel e o Escritório da CTNP. Servia como acesso e defesa.

Podemos observar, portanto, a instabilidade de forma e significado. Nos relatos da CTNP, o Patrimônio Três Boccas foi denominado “Chácara”. Todavia, teve importância significativa como primeiro patrimônio projetado na linha da CFSPP (1928-32). Um plano visa preservar o conjunto.

Avaliação diagnóstica da Vegetação da Área de Proteção Ambiental do Cariri Paraibano – Semiárido Nordeste

Viviane Vitória Queiroz Ferreira dos Santos

vivianequeiroz.01@gmail.com

UEPB

A Área de proteção Ambiental do Cariri Paraibano, que fica localizada no semiárido da Paraíba, entre os limites dos municípios de Cabaceiras, Boa Vista e São João do Cariri, apresenta uma diversidade biológica que revela uma dinamicidade complexa entre conservação e degradação ambiental. Estudos indicam que, ao longo de 24 anos, houve variações significativas na cobertura vegetal, influenciadas por fatores climáticos e atividades humanas, como a agricultura e a pecuária. O objetivo deste estudo é analisar as alterações do vigor vegetativo com as ferramentas de geoprocessamento de imagens, a pesquisa também investigou os impactos causados pelas ações dos seres humanos e como o uso insustentável do solo ocasiona a degradação da área. A metodologia adotada envolve o levantamento bibliográfico sobre a vegetação da APA do Cariri Paraibano, teve uma abordagem quali-quantitativa e a análise do uso e cobertura da área estudada utilizando dados geoespaciais processados no software QGIS. Os resultados desta pesquisa revelaram que ocorreu uma redução na cobertura vegetal como também o processo de desertificação que vem ocorrendo na área estudada, e por fim um aumento da degradação do solo o que reflete os impactos das ações antrópicas para práticas da agricultura de subsistência. Conclui-se que a vegetação da Área de proteção Ambiental do Cariri Paraibano apresenta uma rica diversidade, mas enfrenta sérios desafios devido à degradação ambiental, a implementação de estratégias e de um plano de manejo é importante para garantir a sustentabilidade ecológica da região.

Compartimentação morfoestrutural do município de Mineiros (GO)

Adalto Moreira Braz

adaltobraz.geografia@gmail.com

Lucas Costa de Souza Cavalcanti

Ivanilton José de Oliveira

Paola Vicentini Boni

Rafael Martins Brito

Grupo de Pesquisas Geografia de Paisagens Tropicais (PAISAGEO)

A morfoestrutura da paisagem corresponde à combinação entre o elemento estável, representado pela estrutura geológica pré-existente, e os elementos dinâmicos que modelam a superfície terrestre. O presente trabalho teve como objetivo realizar o mapeamento morfoestrutural do município de Mineiros, no estado de Goiás, com a finalidade de definir seus respectivos compartimentos e unidades morfoestruturais.

O mapeamento foi conduzido considerando duas hierarquias principais: os compartimentos, que representam divisões homogêneas de maior escala, e as unidades morfoestruturais, que são subdivisões mais específicas e heterogêneas. A análise envolveu aspectos geológicos, processos morfogenéticos do relevo, tipos de solo, falhas geológicas e densidade de drenagem. Foram utilizadas imagens SRTM-X, com resolução espacial de 30 metros, para a geração de modelos hipsométricos e de elevação. Além disso, foram considerados dados pedológicos em nível de subordem. O processamento das informações foi realizado nos módulos ArcCatalog e ArcMap do software ArcGIS 10.4.1, por meio da sobreposição de variáveis em bases cartográficas digitais e verificação final com base em regras de topologia.

A morfoestrutura do município de Mineiros é composta por três compartimentos principais: chapadas sobre a Formação Cachoeirinha, variação faciológica entre planaltos e depressão na Formação Aquidauana, e um compartimento interpatamar sobre a Formação Botucatu. A partir desses compartimentos, foram identificadas seis unidades morfoestruturais, definidas com base em critérios geológicos, geomorfológicos, topográficos, pedológicos e de drenagem. Essas unidades expressam diferenças marcantes na gênese, no relevo, na litologia e no uso do solo ao longo do território municipal.

Conclui-se que a compartimentação morfoestrutural de Mineiros foi essencial para oferecer uma visão abrangente e integrada das paisagens naturais, reunindo diversos aspectos físicos em uma abordagem hierárquica e sistêmica. Essa interpretação permite uma articulação entre geologia, relevo, solos e formas do terreno, superando análises isoladas e contribuindo para uma compreensão mais completa e coerente do espaço geográfico.

Revitalização de fundo de vale e arborização: para a emergência do pensamento sustentável sobre a importância da água

Claudia Lopes Nascimento

cln_saito@uel.br

Dalva Dias Batista
Irene Carniatto

Universidade Estadual de Londrina

As propostas das Políticas Públicas de Educação Ambiental- PNEA (Brasil 1999) e ProNEA (Brasil, 1999) fundamentam as prescrições apresentadas nos Parâmetros Curriculares para Educação Ambiental (Brasil, 2003) e na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Nessa perspectiva, buscamos articular a concepção de multiletramentos (Rojo, 2009; Rojo & Moura, 2012) e seu desdobramento para o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa para a educação básica no Brasil. Neste trabalho, pretendemos apresentar os resultados de uma ação pedagógica implementada em escola pública de periferia, do município de Londrina, localizado no estado do Paraná, região sul do Brasil. Buscando adaptar o tema importância da água e crise hídrica a um Projeto Didático, alunos de 9º ano do ensino fundamental, inserindo-se a oficinas de sustentabilidade ministradas por graduandos de Geografia, Direito e Letras, foram levados à construção de um pensamento científico e crítico em relação à importância das Áreas de Proteção Permanente (APP), à potabilidade da água e às interferências antrópicas em fundos de vale da região leste da cidade. Este trabalho é resultado de uma parceria com o Pacto Global dos Jovens pelo Clima, do Instituto Edgar Morin, Paris França, com universidades do Brasil, tendo a participação dos jovens da Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática – RIPERC, coordenada pela UNIOESTE.

Palavras-chave: Emergência Climática; Revitalização e Arborização do Fundo de Vale; Crise Hídrica; Letramento Ambiental

Diagnóstico da Suscetibilidade à Desertificação em Esperança-PB com Base em Dados de Uso e Cobertura da Terra (2009–2022)

Dayane Engracio Clementino dos Santos

dayaneengracil06@gmail.com

Viviane Vitória Queiroz Ferreira dos Santos

vivianequeiroz.01@gmail.com

Elias dos Santos Silva

eliasgeosantos@gmail.com

Rafael Albuquerque Xavier

rafaelxavier@servidor.uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba

Este trabalho tem como objetivo central avaliar os processos de degradação ambiental e a evolução da desertificação no município de Esperança, localizado no Agreste da Paraíba, entre os anos de 2009 e 2022. A região estudada apresenta características típicas do semiárido brasileiro, com baixa pluviosidade, vegetação típica de caatinga e forte dependência da agricultura familiar, o que torna o município vulnerável aos impactos ambientais. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, integrando análises quantitativas, com uso de dados geoespaciais do MapBiomas e imagens de satélite processadas no Google EarthEngine, e qualitativas, por meio de revisão bibliográfica e análise de políticas públicas. A interpretação dos dados foi realizada utilizando o software QGIS, com foco na variação do uso e cobertura da terra, especialmente nas categorias de caatinga, agropecuária, área urbanizada, corpos d'água e áreas não vegetadas. Os resultados demonstraram uma redução significativa da vegetação nativa (caatinga) em 13,85%, uma expansão urbana acelerada de 82,69% e um declínio alarmante dos corpos d'água em 72,22%, revelando pressões severas sobre os recursos naturais locais. Entre os fatores causadores da degradação destacam-se o desmatamento, sobrepastoreio, manejo inadequado do solo e a urbanização desordenada. A pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas estratégicas, sustentáveis e integradas, voltadas à recuperação ambiental e ao planejamento urbano. Além de contribuir para o entendimento do fenômeno da desertificação em Esperança, o estudo serve como base para ações que visem à preservação ambiental e à sustentabilidade em outras áreas do semiárido brasileiro.

Implicações das Variabilidades Climáticas na Biodiversidade de Ecossistemas no Semiárido da Paraíba, Nordeste, Brasil

Rosilene Barros Gomes

rosilenebgomes2018.2@gmail.com

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho

angelamcr@uepb.edu.br

Denilson de Oliveira Silva

denilson.oliveira.silva@aluno.uepb.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande /Universidade Estadual da Paraíba

Os efeitos das mudanças climáticas impactam diretamente os ecossistemas, acelerando a perda da biodiversidade e comprometendo o equilíbrio ambiental em escala global. As alterações no clima têm provocado mudanças nas dinâmicas ecológicas, nos padrões de distribuição das espécies e na estabilidade dos ambientes naturais. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo analisar como as interferências das mudanças climáticas estão afetando a biodiversidade na região do Cariri Oriental, no estado da Paraíba, Brasil. A pesquisa foi desenvolvida em três municípios dessa região: Barra de Santana, Riacho de Santo Antônio e Alcantil, abrangendo o período de 2012 a 2022. A metodologia adotada foi de caráter exploratório e descritivo, baseou-se na análise de dados secundários, obtidos por meio de instituições oficiais e bases de dados geoespaciais, como o WorldClim. Foram extraídos arquivos shapefiles disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, em seguida, os dados foram processados em formato raster, contemplando informações sobre precipitação, temperatura máxima e mínima. Adicionalmente, foram coletados dados sobre a cobertura vegetal, utilizando a plataforma MapBiomas. Constatou-se que, as mudanças climáticas no Cariri Oriental configuram um desafio multidimensional e complexo. Seus impactos transcendem os aspectos ambientais, afetando diretamente a flora e conseqüentemente a fauna local, as espécies nativas, intensificam a fragmentação de habitats e aumentam o risco de extinção, comprometendo profundamente o equilíbrio ecossistêmico. Neste sentido, é essencial adotar medidas como a restauração de áreas degradadas, aplicação de práticas agrícolas sustentáveis e criação de unidades de conservação. A abordagem integrada, que articule ciência, políticas públicas e participação social, é essencial para enfrentar os impactos das mudanças climáticas no semiárido paraibano e, conseqüentemente, preservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.

Palavras-Chave: Cariri Paraibano; Semi-Árido; Mudanças Climáticas; Biodiversidade; Conservação Ambiental.

O GTP: um novo paradigma?

Messias Modesto dos Passos

mmpassos86@gmail.com

FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente/SP

Diogo Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

FCTE/UNESP - Campus de Ourinhos/SP

A revolução cultural, científica e social, dos anos 1968-1970, que mexeu com as ciências, notadamente ao propor a Análise Sistêmica e que, na Geografia, foi praticada a partir da chamada “interdisciplinaridade” ou ‘multidisciplinaridade necessária’: um autêntico ‘quebra-galho’, pois, na verdade, as análises integradas, praticadas na Geografia Física, consistiram na formação de equipes de geógrafos de diferentes subáreas – climatologia, biogeografia e geomorfologia – da Geografia. No entanto, a verdadeira interdisciplinaridade só acontece quando trabalhamos com culturas diferentes: psicólogos, agrônomos, arquitetos etc.; A crise contemporânea do meio ambiente encontra a pesquisa numa situação de complexidade e de urgência. Este artigo é destinado, de uma parte, a definir o objeto da pesquisa (o meio ambiente geográfico no seu sentido amplo) e, de outra parte, a ferramenta científica para a sua análise (um novo paradigma).

A interdisciplinaridade, o globalismo, o ambientalismo e a análise dialética da natureza e da sociedade não puderam se desenvolver senão num ambiente científico dominado pelo espírito de sistema. Era o fim de uma longa tradição de setorização da pesquisa, ao curso da qual, os elementos, isolados de um sistema de referência, conheceram longas derivas. A recentragem em torno dos conceitos de estrutura e de sistema, e do princípio de auto-organização, relançou a Ecologia em torno do conceito renovado de ecossistema e, a Geografia Física, em torno do conceito de geossistema. A questão do meio ambiente não é mais apenas uma questão de pesquisa e de método. Face à mudança global, material e imaterial, é preciso inventar um paradigma. Até o momento nós temos um sistema de referência tripolar que nós demonstraremos no texto completo.

O meio ambiente na sua concepção atual e cada vez mais inserido no desenvolvimento sustentável demanda um “método de complexidade” às vezes solidamente construído, mas dinâmico e aberto. Dos conceitos unívocos ao GTP: (a) Ecossistema - um conceito biocêntrico e unívoco (tem como referência maior a biodiversidade); (b) Geossistema - um conceito naturalista antropizado e unívoco (tem como referência maior a geodiversidade). Não é possível abordar o meio ambiente – complexo e com diversidade –, a partir de um conceito unívoco, (ecossistema e/ou geossistema).

O geossistema, o território, a paisagem/GTP são três maneiras de se considerar um objeto único que é o espaço que nos cerca, em uma palavra o meio ambiente. Estas são três entradas construídas num objeto único, três entradas e, pois, três finalidades diferentes. Os aproximar sem os confundir num sistema tripolar permite introduzir a diversidade e de flexibilizar num sistema complexo (para não dizer confuso). Estas são três entradas complementares e interativas. Estas três coordenadas abertas em um mesmo sistema geográfico traçam três caminhos autônomos que correspondem a três categorias espaço-temporal diferentes, mas complementares: o geossistema (melhor dizendo: o geocomplexo) - fonte, o território-recurso, a paisagem-identidade.

Qual é o impacto deste paradigma sobre as aplicações para o ordenamento do território e para o “desenvolvimento sustentável”?

Palavras chave: meio ambiente – geossistema – território – paisagem – paradigma.

E 1.2

As Mudanças Climáticas em Angola no Contexto da Geografia Física: Análise do índice de precipitação atmosférica nos anos Bissextos e Bissextos

Eugénio Calei Lucamba

lucambacalei@gmail.com

Domingos Fortunatos da Silva

Instituto Superior de ciências de Educação do Huambo, Angola

As mudanças climáticas vêm causando uma crise múltipla no medida em que afetam os recursos da Terra, meio ambiente e sociedade, mas também causam um impacto econômico que ainda não pode ser quantificação.

Com o efeito, o propósito desta investigação é de analisar as mudanças climáticas em Angola no Contexto da Geografia Física, buscando compreender os dados comparativos das precipitações atmosféricas da cidade do Huambo nos anos Bissextos e não Bissextos no período entre 2018-2024. Nesta investigação traz-se o ponto de vista da Geografia Física (Natural) a questão, tentando desta forma contribuir ao debate.

Estudo dos eventos climáticos extremos e seus efeitos no Município de Rosana-SP

Thais Helena Gonçalves

thais.helena@unesp.br

Diogo Laercio Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

Faculdade de Ciências e Tecnologia- Unesp Presidente Prudente

Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação- Unesp Ourinhos

Com o avanço das tecnologias, aliado às ferramentas de medição de temperatura e umidade, bem como à análise de eventos decorrentes do clima, facilitou-se a análise de eventos extremos. No entanto, explicar a complexidade do clima e suas múltiplas interações torna-se um desafio, especialmente porque estes ocorrem em diferentes partes do planeta, muitas vezes com origens diversas. Além disso, a falta de informação leva parte da população a encarar esses fenômenos como fatalidades inevitáveis, quando, na realidade, a má gestão urbana e a ausência de uma relação harmoniosa entre sociedade e natureza frequentemente agravam cenários de devastação. Embora a dinâmica climática seja influenciada por fatores globais, ela também depende das escalas regional e local, considerando as estações do ano, fenômenos naturais, variabilidade climática e as ações humanas sobre o ambiente. Nesse contexto, o estudo propõe apresentar e comparar as cheias dos rios Paraná e Paranapanema nos anos de 1983 e 2016, explorando, por meio da climatologia, os fatores que levaram a esses episódios. Ademais, busca evidenciar como a população ribeirinha enfrentou e superou os desafios impostos por essas intempéries e como a cidade de Rosana-SP, consolidou-se ao longo do tempo diante dessas adversidades.

Impactos das Secas e da Variabilidade Climática sobre a Hidrografia do Município de Serra Redonda – Paraíba

Viviane Vitória Queiroz Ferreira dos Santos

vivianequeiroz.01@gmail.com

UEPB

Este estudo aborda os impactos das secas e da variabilidade climática sobre a hidrografia do município de Serra Redonda, localizado no semiárido nordestino. A pesquisa analisa dados históricos de precipitação e o comportamento dos corpos d'água na região, evidenciando como os eventos climáticos têm afetado a disponibilidade de recursos hídricos. O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos das secas e da variabilidade climática sobre a hidrografia do município de Serra Redonda, buscando compreender como esses fenômenos alteram a disponibilidade e a dinâmica dos recursos hídricos locais. A metodologia adotada envolve o levantamento bibliográfico sobre clima, seca e hidrografia no semiárido nordestino, com foco em Serra Redonda e região; e a análise do uso e cobertura do açude no município de Serra Redonda, utilizando dados geoespaciais processados no software QGIS. Os resultados da pesquisa revelaram que os períodos de seca prolongada e a variabilidade climática têm causado sérios impactos na hidrografia de Serra Redonda. Os dados históricos de precipitação mostram uma tendência crescente de eventos de seca, com uma redução considerável nas chuvas médias anuais nos últimos 20 anos. Conclui-se que a variabilidade climática e as secas têm um impacto direto na disponibilidade hídrica do município de Serra Redonda, comprometendo a dinâmica dos corpos d'água da região.

Palavras-Chave:

Climatologia, QGIS, Geografia Física da Paraíba, Semiárido, Nordeste

Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC): o protagonismo das mulheres no acesso água no Semiárido da Paraíba

Josiedna Góis dos Santos

josiednasantos95@gmail.com

Valéria Raquel Porto de Lima

valeriaraquelportodelima@servidor.uepb.edu.br

Ângela Maria Cavalcante Ramalho

angelamcr@uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

O Semiárido, historicamente, enfrenta desafios relacionados à escassez hídrica, com implicações na dinâmica social, econômica e ambiental. Os efeitos da seca recaem de forma mais acentuada sobre as mulheres, que tradicionalmente acumulam responsabilidades ligadas ao trabalho doméstico, familiar e, principalmente, à gestão da água para consumo. Nesse contexto, o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) surge como uma política pública estruturante, que objetiva promover a convivência com o Semiárido. Assim, o papel das mulheres torna-se fundamental na construção, manutenção e uso das cisternas, além da gestão do uso da água em caso de falta. Destarte, o estudo tem como objetivo analisar o protagonismo das mulheres no acesso e gestão da água das cisternas de placas no Semiárido da Paraíba, tendo como fonte basilar o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC). A metodologia adotada foi quanti-qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas, visitas de campo, observação direta e aplicação de questionários a mulheres beneficiadas pelo programa, residentes na comunidade Feijão, município de Picuí-PB. Os resultados evidenciam que o programa garantiu acesso à água de qualidade, reduzindo o esforço das mulheres, permitindo maior dedicação à produção agroecológica e a geração de renda. Além disso, o fortalecimento da autonomia feminina, uma vez que muitas mulheres passaram a atuar de forma mais ativa nas associações comunitárias. O estudo também aponta desafios na participação das mulheres em espaços de decisão, ainda marcados por práticas patriarcais e desigualdades de gênero. Soma-se a isso a crescente preocupação com a irregularidade das chuvas e as limitações orçamentárias que comprometem a continuidade e a expansão do programa. Como considerações finais assinalamos que o PIMC representa uma estratégia de resistência e fortalecimento comunitário, cuja efetividade está diretamente associada à articulação entre organizações da sociedade civil, como o Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e os governos locais e federal, que juntos têm sido fundamentais para enfrentar os efeitos da escassez hídrica, promover práticas sustentáveis, gerar autonomia e fortalecer os laços de solidariedade e coletividade no Semiárido paraibano. Palavras Chave – Gestão da água, Cidadania, Escassez Hídrica, Desenvolvimento Social, Gênero.

Dinâmica climática da Bacia do Guaporé: análise multivariada a partir de dados observacionais

Paulo César de Godoy Junior

paulocesardegodoy@gmail.com

Nara Luísa Reis de Andrade

Núbia Caramello

Irene Carniato

Universidade Federal de Rondônia

Este estudo analisou a variabilidade interanual e sazonal da temperatura média, da umidade relativa do ar e da precipitação na bacia do rio Guaporé, localizada na Amazônia Ocidental, entre os anos de 1981 e 2020. Utilizaram-se dados do reanálise ERA5/DAILY para a temperatura e a umidade relativa, e da biblioteca CHIRPS para a precipitação. A metodologia envolveu a extração dos valores médios anuais das variáveis a partir de séries temporais, o cálculo de tendências e a análise de correlação entre temperatura e umidade relativa. Os resultados indicaram uma tendência de aumento gradual das temperaturas médias a partir da década de 2000, associada a uma redução da umidade relativa e a alta variabilidade da precipitação interanual. A correlação moderada entre temperatura e umidade ($R^2 = 0,306$) evidencia que o aquecimento regional pode contribuir para a redução da umidade atmosférica, potencializando estresses hídricos. Esses achados reforçam a necessidade de monitoramento climático contínuo e de estratégias de adaptação, considerando a crescente vulnerabilidade da Amazônia Ocidental frente às mudanças climáticas e às alterações do uso da terra.

Análise da superfície de água e das estatísticas gerais de corpos hídricos no Cerrado do Sudeste Goiano a partir da plataforma Mapbiomas Água (1985-2024)

Ana Paula Novais Pires Koga

anageografa@gmail.com

Flávia Fernanda Borges de Oliveira Diniz

dinizflavia@discente.ufcat.edu.br

Rebeca Vieira Barbosa dos Santos

rebecavieira@discente.ufcat.edu.br

Universidade Federal de Catalão

O Cerrado é conhecido como Savana brasileira, sendo o segundo maior bioma da América do Sul, abrangendo 23,9% do território nacional, em uma área com grande potencial aquífero, sendo considerada a savana com maior biodiversidade do Planeta, entre formações florestais, campestres e savânicas (WWF, s.d.).

De acordo com o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN, s.d.), o Cerrado, não tem só uma importância geopolítica por estar localizado na porção central do Brasil, mas também significância em relação ao potencial natural, pois o bioma tem geomorfologia marcada por Planaltos e é conhecido popularmente como “berço das águas” ou “caixa d’água do Brasil”.

Nesse sentido, ressalta-se o potencial hídrico do bioma, pois entre as 12 regiões hidrográficas brasileiras definidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), oito têm laços diretos com o Cerrado, incluindo a bacia Amazônica (rios Xingu, Madeira e Trombetas) e a bacia hidrográfica do São Francisco (rios São Francisco, Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaiá, Paracatu, Urucua, Carinhanha, Corrente e Grande). Nesse sentido, justifica-se a necessidade de maiores pesquisas sobre o bioma, pois o Cerrado já perdeu 50% de sua área original em virtude da expansão do agronegócio e, como problemática de maior escala, resultará em alterações no regime de chuvas na região. Além disso, o desmatamento do Cerrado interfere na agenda internacional do Brasil quanto às Convenções do Clima e de Biodiversidade. Dessa forma, esta pesquisa objetiva analisar a superfície de água e as estatísticas gerais de corpos hídricos no Cerrado do Sudeste Goiano a partir da plataforma Mapbiomas Água, tendo como recorte temporal os anos de 1985 a 2024.

A escolha do recorte espacial dentro do bioma Cerrado, ou seja, dos municípios do Sudeste goiano, se justifica pela importância da atuação da Universidade Federal de Catalão na região, assim como a forte abrangência do agrohídronegócio nos 22 municípios do Sudeste goiano.

Mudanças climáticas e crise hídrica na Amazônia brasileira: recuperação de nascentes no estado de Rondonia

J.Theodoro

jucitheodoro@hotmail.com

M. M Ferreira

madhafer2024@gmail.com

Lúcio Cunha

luciogeo@ci.uc.pt

Governo de Rondonia; Gepe-Fronteiras-CEGOT.UC.PTNIR

As atividades humanas, na busca do desenvolvimento econômico, têm provocado grandes impactos ambientais. A pressão sobre ecossistemas frágeis, como a Amazônia, é crescente. A degradação ambiental, decorrente de atividades agropecuárias e agrícolas (em larga escala no caso o Agrobussines), contribuem para a expansão do desmatamento, compactação do solo e soterramento de nascentes — causando sérios danos ao meio ambiente. A remoção da vegetação impacta a biodiversidade e afeta profundamente o ciclo hidrológico, comprometendo o transporte de umidade (Fenomeno Conhecido como Rios Voadores) que as florestas fornecem para importantes áreas agrícolas do Sul e Sudeste DO Brasil, e outras regiões da América do Sul. Além disso, eventos climáticos como a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), responsáveis por extremos de precipitação, são influenciados pelas condições climáticas, e a floresta amazônica desempenha um papel essencial nas monções sul-americanas e, conseqüentemente, na ZCAS. A perda dessa floresta afeta negativamente a circulação atmosférica continental, afetando os padrões regionais de chuva e até mesmo para outras regiões da América do Sul. A literatura científica enfatiza a necessidade de estudos sobre as ZCAS, as mudanças climáticas e os desastres naturais, identificando os condicionantes no entendimento dos impactos das secas e enchentes outros, eventos extremos, como chuvas intensas, estiagens prolongadas e secas severas, gerando impactos alarmantes sobre ecossistemas, agricultura, infraestrutura e disponibilidade hídrica. potencializado pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE), resultado do uso excessivo de combustíveis fósseis.

Essa crescente pressão sobre a Amazônia representa um desafio constante ao Poder Público. Apesar da legislação ambiental brasileira ser considerada uma das mais completas do mundo, sua implementação enfrenta sérias deficiências: há falhas na fiscalização e impunidade diante de crimes ambientais, o que reforça a necessidade urgente de fortalecer as instituições de governança ambiental e aprimorar os mecanismos de controle através do fortalecimento das geotecnologias remotas.

Nesse contexto, a escassez hídrica torna-se uma questão cada vez mais relevante, agravada tanto pela crise climática quanto pelos impactos das ações humanas, consolidando um cenário preocupante de insegurança hídrica. Diante dessa realidade, observada em muitos municípios amazônicos, é essencial que tanto a Academia quanto o Poder Público tratem com seriedade a complexa relação entre as mudanças climáticas, a crise hídrica na Amazônia brasileira e a importância da restauração dos mananciais, através da gestão compartilhada dos recursos hídricos, envolvendo os setores públicos, privados, sociedade civil organizada e povos tradicionais.

A Região Hidrográfica Amazônica com 64% em território brasileiro e responsável por 73,5% da vazão hídrica nacional e na última década tem enfrentado desafios relacionados à gestão dos recursos hídricos. Os principais problemas envolvem quantidade, qualidade, usos múltiplos e conflitos pela água.

A gestão hídrica na Amazônia encontra grandes obstáculos, incluindo a baixa implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH, 1997). Muitos municípios da região sequer possuem planos municipais de recursos hídricos — o que representa a etapa inicial da gestão eficiente da água. As Secretarias

de Meio Ambiente dos estados amazônicos enfrentam dificuldades para atender plenamente seus vastos territórios, devido à extensão geográfica, carência de infraestrutura, escassez de mão de obra especializada e desafios logísticos. Isso impede, inclusive, a participação de vários municípios instalar seus comitês de bacia — muitos dos quais ainda nem foram criados —, revelando a fragilidade organizacional dos órgãos municipais e a falta de articulação com agências e instituições parceiras para a formalização das PPP (parcerias público privadas).

Os desafios da gestão pública, especialmente no nível municipal, diante dos eventos extremos e das mudanças climáticas, são múltiplos. Envolvem problemas institucionais, falta de articulação de saberes, limitações técnicas e operacionais, escassez de recursos humanos e financeiros, além de falhas no planejamento e na execução de projetos e ações.

Diante disso, a busca por modelos de gestão sustentáveis e eficientes para lidar com os problemas ambientais, sociais e econômicos torna-se imperativa. A gestão integrada dos recursos hídricos surge como um paradigma necessário. Avaliar a sustentabilidade hídrica de bacias é essencial para embasar decisões de gestão, mas muitos estudos ainda se restringem ao abastecimento e à regulação, deixando de lado aspectos mais amplos do sistema hídrico, o que reforça a necessidade de metodologias integradas.

Para preservar os recursos hídricos, é fundamental compreender o comportamento da água no ambiente. Nesse sentido, a abordagem morfopedológica constitui um importante subsídio para entender a dinâmica hídrica em nascentes de cabeceira, dentro do contexto das bacias hidrográficas. Essa abordagem considera as características do relevo, do solo e da cobertura vegetal, permitindo interpretar o funcionamento hídrico e entender as interações entre esses fatores. Tal compreensão pode ser aplicada diretamente ao manejo e à gestão desses ambientes.

Compreender os eventos que determinam o fluxo de energia e de água numa bacia hidrográfica é essencial para garantir o uso e gestão sustentáveis dos recursos naturais. O que torna necessário disciplinar o uso e a ocupação considerando a aptidão do solo (valorizando o Zoneamento Socio Econômico e Ambiental) por município enfatizando as potencialidades das bacias hidrográficas, a cobertura vegetal remanescente, as Terras Indígenas, os Quilombos e áreas protegidas entre outros recursos e serviços ambientais. A crise hídrica e as mudanças climáticas no Brasil, com reflexos diretos na Amazônia, exigem ações que ultrapassem os modelos convencionais de gestão. A vulnerabilidade das populações e ecossistemas diante desses impactos demanda estratégias de adaptação. A proteção e a recuperação de nascentes são medidas essenciais para a manutenção da dinâmica hídrica, o que inclui disciplinar o uso do solo, proteger matas ciliares e Áreas de Preservação Permanente (APPs), além de promover a integração de saberes e ações.

A implementação efetiva de políticas públicas e a superação dos desafios institucionais e financeiros são cruciais para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos diante das pressões causadas pelas mudanças climáticas e pelas atividades humanas na Amazônia brasileira.

Nesse contexto de crise hídrica e intensificação das mudanças climáticas causadas pelo desmatamento, é necessário voltar a atenção aos componentes essenciais do ciclo da água, como as nascentes. A conservação dessas áreas está diretamente ligada à proteção de seu entorno, especialmente das APPs. Soluções baseadas na natureza e o uso de infraestruturas verdes mostram-se eficazes na proteção e recuperação desses ambientes.

A recuperação das nascentes e a revitalização da capacidade de recarga dos mananciais são fundamentais para mitigar a crise hídrica e garantir a disponibilidade de água a longo prazo. No bioma amazônico, essa prática ganha ainda mais importância, diante da relevância dos serviços ecossistêmicos relacionados à regulação climática.

Dessa forma, é possível afirmar que existe uma estreita conexão entre as mudanças climáticas provocadas pelo desmatamento, os impactos no ciclo hidrológico regional, a crise hídrica na Amazônia e a importância das nascentes. O caminho a ser seguido passa pela construção de uma gestão pública da água eficiente e integrada. Para tanto, é essencial promover o diálogo e a articulação entre os diversos atores sociais, setores público e privado, e entre as esferas federal, estadual e municipal, como estratégia para enfrentar os antigos e persistentes problemas da gestão hídrica e do saneamento básico.

E 1.3

Rios Invisíveis: A canalização do Córrego Pirapitinga e a sinalização ambiental

Bruno Serafim dos Reis
bruno.serafim.bs@gmail.com

Ana Paula Novais Pires Koga

UFU/UFCAT

A presente pesquisa aborda a relação histórica entre a apropriação dos rios pela sociedade e as transformações resultantes na paisagem urbana, especialmente considerando o impacto direto e negativo da urbanização acelerada nas médias e grandes cidades brasileiras. O processo de urbanização, muitas vezes desordenado, tem levado à invisibilização de rios no ambiente urbano, prejudicando não apenas a sua visibilidade, mas também suas funções ecológicas. Focando no caso do Córrego Pirapitinga, localizado em Catalão (GO), a pesquisa dialoga com o “Projeto Rios Invisíveis”, visando colaborar na elaboração de materiais didáticos que ajudem a conscientizar sobre a relevância dos rios como elementos fundamentais da paisagem das cidades. O estudo foi desenvolvido em duas etapas principais. A primeira etapa consistiu em uma revisão teórica e documental sobre o tema. A segunda incluiu a coleta de dados empíricos por meio de trabalho de campo, envolvendo registros fotográficos e anotações em diário de campo. Utilizando-se bases de dados do IBGE e do Sistema Integrado de Geoprocessamento do Estado de Goiás (SIEG), foi possível elaborar mapas por meio do software QGIS, ilustrando trechos invisíveis do rio, pontos de lançamento de efluentes, além de indicadores como mau cheiro, enchentes e assoreamento. A pesquisa revelou que a falta de um planejamento urbano integrado agrava problemas socioambientais, resultando em consequências como erosão das margens e danos econômicos e sociais. Esse cenário ressalta a necessidade de intervenções sustentáveis, como a criação de unidades de conservação, que incluem áreas como o Pasto do Pedrinho e a Mata do Setor Universitário, além de parques lineares que não se restrinjam aos trechos de rios, mas se espalhem pela cidade, ajudando na criação de microclimas urbanos mais agradáveis e mitigando os passivos ambientais. Por fim, o estudo destaca a importância da educação ambiental como ferramenta de sensibilização da população, promovendo uma maior consciência sobre a necessidade de preservação dos rios urbanos. O “Projeto Rios Invisíveis”, que orienta esta pesquisa, busca não apenas evidenciar a relevância dos rios, mas também promover a integração entre os cursos d’água e a paisagem urbana, mostrando que é possível diminuir os impactos ambientais e sociais por meio de um planejamento que considere a natureza como parte integrante do espaço urbano. Dessa forma, espera-se a formação de cidadãos mais críticos e ativos na gestão dos recursos hídricos, fomentando cidades mais sustentáveis e harmônicas com seu ambiente natural.

Análise espaço-temporal das superfícies impermeabilizadas e das ocorrências de inundação na bacia hidrográfica do córrego Jacu (2015-2025), Zona Leste do município de São Paulo

Letícia Roberta Amaro Trombeta
leticia.trombeta@unifesp.br

Larissa Roberta Trombeta
larissa.trombeta@unesp.br

Júlio César da Costa
julio.c.costa@unesp.br

Universidade Federal de São Paulo

O aumento das superfícies impermeáveis, sobretudo a partir da substituição de áreas verdes, tem sido um grande desafio das áreas urbanizadas em diversas cidades, sendo fundamental acompanhar sua dinâmica para pensar em formas de ocupação mais eficientes e que ofereçam melhor qualidade ambiental e de vida para a população.

Esse fato tem se relacionado diretamente com a intensificação dos episódios de alagamentos e inundações nas cidades, já que a relação entre a água que escoar na superfície e a água que infiltra, depois uma chuva, tem ficado cada vez mais em desequilíbrio.

É notável, ao andar nas cidades, perceber diferenças das paisagens construídas, seja pela localização e pelo padrão de urbanização ou pelas tipologias das construções, tornando essas áreas, em relação ao seu posicionamento terrestre, mais ou menos vulneráveis aos riscos hidrológicos (Castro et al., 2024).

O objetivo deste trabalho foi verificar as mudanças espaço-temporais, entre os anos de 2015 e 2025, nas superfícies impermeáveis na bacia hidrográfica do córrego Jacu, afluente da margem esquerda do rio Tietê, localizada na Zona Leste do município de São Paulo, com aproximadamente 447 mil habitantes (IBGE, 2022) e a existência de uma relação (ou não) com as ocorrências de inundação.

Para tanto, foram processados, utilizando imagens do satélite Landsat 8, três índices espectrais (NDVI, NDBI e BU), a partir de técnicas de sensoriamento remoto e utilização do Sistema de Informações Geográficas Qgis e os dados de ocorrências de inundação na bacia hidrográfica, disponíveis no Portal Geosampa.

Após o tratamento das informações e análises, embora não tenha havido grandes mudanças neste período, os índices apresentaram resultados significativos. Foi possível observar que não houve aumento substancial da área impermeabilizada e a vegetação também apresentou melhora em seu aspecto, não sendo esta a causa do aumento das ocorrências de inundação nos últimos anos, mas, provavelmente, obras de drenagem.

Cidadania e desenvolvimento por meio de monitoramento participativo de corpos hídricos

Rita de Cassia Almeida da Costa

rita.costa@uc.pt

Renata Fraga Heizer

renataheizer@outlook.com

Universidade de Coimbra / Emater-Rio

O complexo sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil exige dos envolvidos muito conteúdo na área, além de maturidade pessoal e coletiva na administração de conflitos. A cada ano, as demandas dos usos múltiplos da água geram conflitos a exigir capacidade técnica e discernimento para fazer cumprir os fundamentos da Lei 9.433/97. Esta comunicação lança luz sobre a necessidade de a educação ambiental ser extramuros, em processo sistemático a médio e longo prazo, aliando o conhecimento específico à vivência local. A experiência do Monitoramento Participativo de Corpos Hídricos - Rio Macabu em Ação: História, Conhecimento e Vida, em Trajano de Moraes, RJ, é utilizada para esta validação. Apoiada-se, também, em vários teóricos interdisciplinares, integrando a compreensão acadêmica às visões daquela realidade. A combinação entre informação e experimentação produziu resultados consistentes, mesmo depois de uma década do lançamento do projeto para monitorar os parâmetros físico-químicos do rio Macabu em 11 pontos - em escala proporcional ao saber do ensino fundamental e médio. As escolas diretamente ligadas à agricultura foram um meio de promover uma comunicação efetiva com os trabalhadores rurais, quanto à relação entre a qualidade/quantidade de água e o manejo do solo. A participação de diversas comunidades na estruturação do projeto – desde a construção do diagnóstico, foi essencial como viés de apropriação dos patrimônios simbólicos existentes e afloramento de memórias. Com a identidade coletiva ativada, surgiram novas atitudes em relação à produção de alimentos, preservação ambiental e melhorias nas atividades curriculares dos alunos. As ações desenvolvidas permitiram o enraizamento de valores na comunidade escolar e nos técnicos envolvidos. Hoje, o projeto tem reconhecimento internacional como meio eficaz para enfrentamento da crise hídrica, alguns participantes atuam em Comitês de Bacias Hidrográficas com solidez. Portanto, pode-se dizer que a educação ambiental deve existir via projetos consolidados, com clareza das etapas a serem cumpridas, sempre alinhados às necessidades do desenvolvimento local e preservação ecossistêmica. Dessa forma, a comunidade é preparada para o trabalho, estimulada a perceber a dinâmica do seu ambiente. Cidadãos conscientes poderão intervir nos desafios de mitigação e comunicação de riscos, decidir meios de lidar com o desequilíbrio dos recursos hídricos, seja por secas ou cheias, tendo em vista os eventos extremos que assolam o planeta.

A imposição da condição de deslocados in situ aos homens e mulheres das águas

Letícia Aparecida Rocha

leticia.rochaidp@gmail.com

UFMG

Os homens e mulheres das águas, frente ao cenário da era do “Capitoceno”, no Brasil, lidam continuamente com a desconstrução de seus modos de vida tradicional frente a lógica desenvolvimentista econômica que norteia horizontes de uso contraditórios dos corpos d’água em relação ao uso das comunidades tradicionais pesqueiras, configurando assim os conflitos ambientais, os quais, envolvem situações de disputas sobre a apropriação dos recursos e serviços ambientais que impõem condições de desproporcionalidade no acesso às condições naturais.

Os coletivos tradicionais da pesca artesanal, ao longo dos percursos das águas, lidam com a falta deste “poder de enunciação” frente as transgressões que os diversos empreendimentos causam em seus modos de vidas, principalmente quando não se enquadram dentro da categoria de ‘atingidos diretos’. Consideramos como características da condição de deslocados in situ (ZHOURI et al, 2013) a modificação da posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco. Nessa medida, o deslocamento compulsório diz respeito não ao movimento físico em si, mas às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social.

As comunidades pesqueiras tradicionais, nos rios e mares, experimentam os deslocamentos compulsórios, ainda que permanecem em seus espaços tradicionais, todavia, lidando com o comprometimento de seus recursos e formas de reprodução social pelos empreendimentos econômicos diversos, ao longo dos cursos d’água. Nesta perspectiva, são lhes imposto a condição de deslocados in situ, considerando que, ainda que em algumas situações, não são removidas dos seus espaços tradicionais, têm seus modos de existência significativamente alterados.

**Ecossistemas do espaço e território 5Ribeirinho - enchente de 2014
(uma percepção fenomenológica)**

Edilene Chagas de Oliveira
ecopvh@gmail.com

Jucicleide Theodoro
jucitheodoro@hotmail.com

Maria Madalena Ferreira
madhafer2024@gmail.com

Lúcio Cunha
luciogeo@ci.uc.pt

Universidade de Coimbra/Centro de Estudos do Ordenamento do Território – CEGOT

A grande enchente de 2014 em Rondônia afetou devastadoramente as comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, transformando o espaço vivido por seus moradores. Este artigo reflete sobre esses impactos, considerando aspectos materiais e experienciais das mudanças no ambiente, cotidiano e sobrevivência dessas populações. A análise busca compreender como a enchente afetou os ribeirinhos, captando suas percepções sobre um espaço antes previsível que foi drasticamente alterado pela água. A inundação modificou não apenas o território físico, mas também a relação dos moradores com seu espaço, afetando seu modo de vida e identidade territorial. O conceito de “espaço vivido” de Edward Relph (1979) é fundamental para esta compreensão. Este não é apenas o espaço físico, mas aquele com significado, onde experiências e memórias estão entrelaçadas. A fenomenologia de Relph ajuda a entender como a enchente alterou o cotidiano dos ribeirinhos, que vivenciaram perdas, deslocamentos forçados e modificações profundas em seu ambiente. A água, antes elemento benéfico, tornou-se ameaça, e o território familiar ficou imprevisível, colocando em risco vidas e práticas culturais. A enchente representou uma ruptura na relação profunda com o território, num contexto de vulnerabilidade dessas comunidades isoladas e com infraestrutura precária. O impacto foi físico, psicológico e social, alterando paisagens e relações comunitárias. A enchente forçou adaptações rápidas, desde busca por refúgio até modificação de práticas de subsistência. Apesar das adversidades, essas comunidades buscaram reorganizar seu cotidiano, num processo de reconstrução física e ressignificação identitária. Este estudo revela a complexidade das relações humanas com o espaço, destacando a necessidade de políticas públicas que considerem a preservação das relações territoriais e busquem alternativas sustentáveis de convivência ambiental.

Abastecimento de água no agreste do semiárido nordestino (Brasil): urbanidades sob o desafio da dessedentação

João Domingos Pinheiro Filho
fecobhpe@gmail.com

SEE/PE e SEDUC/Caruaru

A disponibilidade hídrica no Brasil ocorre de maneira desigual, especificamente no Semiárido Brasileiro (SAB). Três das maiores cidades localizam-se na mesorregião do Agreste: Campina Grande (PB), Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA). Apresentamos um estudo comparativo, hipotético-dedutivo com análise histórica crítica qualitativa, analisando diversos registros documentais acerca das trajetórias das citadas cidades, discutindo as relações urbanas com as primeiras fontes de abastecimento de água. Buscamos observar as transformações das estratégias ao desafio da dessedentação das cidades, em percursos de longo período até os tempos recentes, identificando características em comum caracterizadas por uma política de hidrodependência progressivamente assentada em sistemas de abastecimento importadores de água.

A característica tem proporcionado uma distensão longitudinal entre as fontes de captação e as comunidades consumidoras. Os diálogos entre aportes teóricos diligentes ao decurso da História Ambiental desses distanciamentos constituíram para aspectos de força na análise das repercussões que influenciaram nas relações das comunidades com as fontes de captação. A perda da centralidade originária dos ambientes de captação reconfigurou os espaços urbanos das águas, fazendo pensar que estas mudanças tenham incidido como fator de permissividade aos contextos de degradação. Ainda, as proeminências na redução e ou perdas de usos de proximidades das águas, enquanto espaços coletivos de sociabilidades diversas, evidenciaram um processo de depreciação patrimonial histórico-institucional das municipalidades envolvidas com a setorialidade do abastecimento, contribuindo favoravelmente para a transferência administrativa e de execução para outras esferas governativas dos bens públicos edificados, a exemplo de adutoras, de chafarizes e os próprios reservatórios.

Mondego limpo tem mais encanto: um meio de abrir corações e mentes para minimizar o pranto

Rita de Cassia Almeida da Costa

rita.costa@uc.pt

Universidade de Coimbra

Décadas de desenvolvimento acelerado e transformações culturais vertiginosas, com exploração desenfreada dos nossos recursos naturais, alteraram substancialmente as exigências da vida contemporânea e, consequentemente, as paisagens culturais. Cabe-nos agora olhar para a casa que é nossa e cuidar dela como uma extensão saudável da nossa própria existência. Como sublinha Ulrich Beck, não estamos a colher os resultados dolorosos dos nossos fracassos, mas sim das grandes vitórias que alcançámos enquanto sociedade pós-moderna. A complexidade das relações que constituem o presente coexiste com o passado e as dimensões do futuro a construir. As catástrofes naturais ou tecnológicas estão a colocar todos numa situação de vulnerabilidade. Por isso, a iniciativa de limpeza de um troço urbano do rio Mondego, objetiva sensibilizar pessoas para o que é comum, chamando-as a atenção para intervenções realizadas nas paisagens, que são, também, propriedade das gerações futuras. Promovida pela Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, não se resume à recolha de resíduos sólidos - que seria mais bem realizada por uma equipa profissional. Ela é uma escolha estratégica de se tirar uma manhã para vivenciar o parque situado nas margens do rio Mondego, com o anseio de reunir sentidos para se pensar sobre limpeza e ordenamento do território, segurança do local como espaço de lazer e como ambiente ecossistémico. Nesta experiência, importa realçar o papel da água na diversidade da vida. As mediações lúdicas provocam reflexões sobre o significado da água como o maior património da humanidade. Enquanto recurso hídrico, chamam a atenção para sua função de abastecer cidades, irrigar solos para cultivo e produzir energia. Consequentemente, manter este ambiente limpo é uma responsabilidade cidadã. As acções de sensibilização pretendem acrescer valor à limpeza simbólica do rio Mondego. Alertam para os custos do desenvolvimento desenfreado aliado à negligência para com este bem insubstituível e fundamental à permanência do ser humano na Terra. Primeiramente, a abordagem foi da água como “Património e Sustentabilidade”. Em segundo lugar, como “O Nosso Maior Património”, na perspetiva deste rio que, para além de encantador, tem a responsabilidade de conduzir dinâmicas territoriais. Por fim, “Ontem, Hoje e Amanhã”, reconhece características, potencialidades, fragilidades e ameaças do nosso Mondego, a fazer pensar no que temos e no que queremos para o futuro, proposto nos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, com a visão de que necessitamos contribuir na edificação de vidas plenas, em lugares limpos e seguros, para muito além de 2030. Em oito edições, várias alterações comportamentais já foram percebidas no local.

E 1.4

Injustiça Energética e Ecologia Política: Energia renovável como parte de um sistema capitalista

Fernando Heleno Fernandes de Souza Freire

fernandohfernandes8@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes Claros

A expansão de megaempreendimentos no Sertão Norte mineiro tem sido apresentada como símbolo de desenvolvimento sustentável e modernização. No entanto, como aponta Henri Acselrad (2009), a lógica de mercado contribui para desigualdades ambientais, afetando principalmente populações vulneráveis, sistematicamente colocadas em zonas de sacrifício. Malcolm Ferdinand (2019) reforça que os custos da crise ambiental recaem desigualmente sobre quem resiste ao modelo de desenvolvimento imposto, revelando que a exposição desproporcional a danos ambientais tem especificidades raciais (Acselrad, 2009). Esta pesquisa busca avaliar como megaempreendimentos associados à sustentabilidade podem aprofundar disparidades dentro da lógica capitalista. Krenak (2018) vê esse processo como espoliação, rompendo laços coletivos com o território e transformando projetos de vida comum em alvo de injustiça socioambiental. A abordagem é qualitativa, com análise documental e revisão de literatura baseada em autores como Acselrad, Ferdinand e Krenak. Fontes como o Observatório da Mineração ajudam a mapear casos atuais em territórios tradicionais. A análise articula ecologia política e justiça energética, que envolve acesso equitativo à energia, participação democrática e reconhecimento cultural. Ao contrário do que ocorre em outros contextos, comunidades tradicionais do Sertão Norte mineiro demonstram forte organização frente aos impactos socioambientais. A expansão energética, como no caso da extração de lítio em Araçuaí e Itinga (MG) e no Decreto nº 48.893/2024, revela violações legais e negligência ambiental. Apesar das ameaças, essas comunidades resistem, mobilizam-se e denunciam as desigualdades no acesso e controle dos recursos naturais. A justiça energética exige mais que acesso: requer controle democrático, respeito cultural e repartição justa de impactos e benefícios.

Economia circular como alternativa na reutilização de latas de aço em Porto Velho – Rondônia

Vera Lúcia de Almeida
engvera3@gmail.com

Raduan Krause Lopes

Jayne Carlos Piovesan

Centro Universitário São Lucas

Dentre os principais desafios enfrentados pelas cidades, destaca-se a problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), cuja gestão inadequada causa impactos ambientais e sociais significativos. Este trabalho tem como objetivo analisar a economia circular como alternativa viável para a reutilização de latas de aço em Porto Velho – RO. A pesquisa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamenta-se em autores e instituições relevantes da área ambiental e de resíduos sólidos. Observou-se que, embora o alumínio possua maior valor comercial, as latas de aço ainda são negligenciadas, sendo comumente descartadas de forma incorreta ou encaminhadas aos aterros sanitários. Identificou-se também a escassez de pontos de coleta seletiva e o desconhecimento da população sobre o potencial de reaproveitamento desse material. Iniciativas locais de reaproveitamento criativo, embora pontuais, demonstram o potencial das latas de aço para geração de renda e inclusão social. A aplicação de práticas circulares, como o design para reutilização e a logística reversa, apresenta-se como alternativa sustentável e alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Conclui-se que a economia circular é uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento sustentável, necessitando de articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

Palavras – chave: Economia Circular; Resíduos Sólidos Urbanos; Latas de Aço; Sustentabilidade; Reutilização.

A Educação Ambiental como Eixo de Análise da Estrutura dos Parques Estaduais em Campo Grande (MS)

Paola Vicentini Boni
paolavicentiniboni@gmail.com

Mauro Henrique Soares da Silva
mauro.soares@ufms.br

Maria Helena Mesquita Pina
hmpina@letras.up.pt

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade do Porto

Os Parques Estaduais do Prosa (PEP) e Matas do Segredo (PEMS) estão localizados em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Foram selecionados para este estudo por possuírem legislações semelhantes, estarem situados no perímetro urbano e contarem com infraestrutura receptiva, fácil acesso e foco em educação ambiental. O objetivo deste trabalho é comparar a infraestrutura dos parques, verificando sua conformidade com as diretrizes do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), além de analisar a influência de sua localização. A metodologia da pesquisa incluiu visitas in loco, essenciais para compreender a realidade dos parques além dos dados documentais. A comparação entre as observações feitas em campo e os planos de manejo confirmou a atualidade e a precisão das informações, permitindo uma reflexão sobre a efetividade das ações de educação ambiental nesses espaços.

Criado para preservar fragmentos urbanos de Cerrado, proteger nascentes e promover educação ambiental (EA), o PEP conta com trilhas, centro de recepção e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS). Desde 2021, passa por reformas estruturais que restringiram a visitação a três dias por semana. As atividades de EA ocorrem principalmente por meio de trilhas interpretativas, mas a escassez de pessoal e o atraso na implementação do plano de manejo limitam seu pleno desenvolvimento. Outro fator que impacta o processo é a possível concessão para uso público.

Mais antigo e extenso que o PEP, o PEMS também tem como objetivo conservar o Cerrado e priorizar a EA. Seu principal destaque é o Projeto Florestinha, voltado à educação socioambiental de jovens. Reformas recentes melhoraram sua infraestrutura, mas ainda há carência de dados e de equipe. Embora as trilhas estejam abertas, as atividades educativas previstas no plano de manejo não foram totalmente implementadas. Conclui-se que ambos os parques enfrentam desafios estruturais e de gestão, mas têm potencial para ampliar suas ações de educação ambiental — desde que recebam investimentos adequados e cumpram as metas estabelecidas em seus planos de manejo.

Educação Ambiental como ferramenta terapêutica em Porto Velho Rondônia Brasil

João Batista Almeida Silva

joabatistaalmeida1971@gmail.com

Elisete Maria da Silva Moreira

elis.moreira.ro@gmail.com

Ionara Ferreira Sanches

ionarasanchesrm@gmail.com

Maria Ludiana Pedroza Pinheiro

ludiana.ac@gmail.com

Centro Universitário Aparício Carvalho

Em Porto Velho, Rondônia, a educação ambiental tem se mostrado uma ferramenta terapêutica eficaz e inovadora no campo da Terapia Ocupacional, especialmente quando aplicada em comunidades vulneráveis e instituições de saúde. Ao integrar práticas sustentáveis, como a reutilização de resíduos sólidos e oficinas de sensibilização ecológica, é possível promover não apenas o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, mas também o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da consciência ambiental dos participantes. Essa abordagem terapêutica contribui para a reabilitação integral do indivíduo ao mesmo tempo em que desperta o senso de pertencimento e responsabilidade socioambiental, fundamentais em uma região como Rondônia, rica em biodiversidade e fortemente impactada por problemas relacionados ao descarte inadequado de resíduos. Nesse contexto, a Terapia Ocupacional assume um papel estratégico ao utilizar a educação ambiental como instrumento para a inclusão social, a promoção da saúde e a construção de um futuro mais sustentável. Além disso, iniciativas que unem terapias ocupacionais a práticas ecológicas têm demonstrado impacto positivo na qualidade de vida dos atendidos, especialmente entre pessoas com deficiência, idosos, crianças em situação de vulnerabilidade e pacientes em processo de reabilitação psicossocial. Atividades como jardinagem, arte com recicláveis, criação de brinquedos terapêuticos com resíduos e educação ambiental comunitária fortalecem a identidade dos indivíduos, estimulam a criatividade e promovem a autonomia funcional. A proposta também contribui para a formação de agentes multiplicadores de boas práticas ambientais, ampliando o alcance social da intervenção terapêutica. Ao articular saúde, meio ambiente e cidadania, a educação ambiental terapêutica amplia os horizontes da Terapia Ocupacional e reafirma seu compromisso com o bem-estar coletivo e a justiça ambiental. Dessa forma, em Porto Velho, essa integração representa um caminho promissor para lidar com os desafios sociais e ambientais da região, ao mesmo tempo em que valoriza o potencial terapêutico das atividades significativas voltadas ao cuidado com o planeta e com as pessoas.

Palavras-chave: Terapia ocupacional; Educação ambiental; Sustentabilidade; Inclusão social; Resíduos.

(IN) certezas nas “narrativas ambientais” da Comunidade da Vila Dois Rios – Ilha Grande – Angra dos Reis- Rio de Janeiro

Carla Taciane Figueiredo

carla.figueiredo@delmiro.ufal.br

Maria Monikelle da Silva Targino

monnykellytarginosilva@gmail.com

Gelsom Rozentino

rozentino@gmail.com

Ana Caroline Figueiredo Moitinho

acarolinefm@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas

Analisar as narrativas dos agentes sociais da Vila Dois Rios- Angra dos Reis- RJ constitui o fio condutor para compreender a sociodinâmica de poder, conflitos e identidades inerentes ao território. A Ilha Grande um território insular de proporções consideráveis, segunda maior ilha oceânica do Brasil, localiza-se entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a 150 km do Rio de Janeiro e a 400 km de São Paulo sua complexidade induz um território marcado por incertezas. O procedimento heurístico classifica-se com o método histórico etnográfico e a História oral temática, Freitas (2006) os instrumentos de produção de dados foram entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental, observação participante. A narrativa predominante no discurso dos sujeitos entrevistados evidencia os conflitos socioambientais, verificados in loco e na memória coletiva vivenciada pelos residentes de Dois Rios. Para além dos muros do Instituto Penal Cândido Mendes, após implosão do presídio em 02 de abril de 1994, verifica-se que a história institucional é atravessada pela memória individual autobiográfica do moradores. Nesse ínterim, questiona-se: Quais as narrativas explícitas pelos remanescentes do Instituto Penal Cândido Mendes? Quais as perspectivas apresentadas como alternativas para preservação do patrimônio material e imaterial inerentes a Villa Dois Rios? Quais as convergências narradas pela memória individual e coletiva? A pesquisa se fundamentou em questões históricas compreendidas na revisão sistemática RUSEN, (2007), classificação das fontes, observação participante durante imersão etnográfica. O fio condutor teórico constituiu-se a partir da reflexão sobre os conceitos de risco fabricado de Ulrich Beck (2010), ciências ambientais, crise ambiental em Soromenho-Marques (2010) e Maurice Halbwachs (1990) o conceito de memória coletiva. Essas pesquisas contribuíram epistemologicamente com o conhecimento sobre as narrativas históricas referentes à Ilha Grande -Vila Dois Rios, explicitaram a percepção da comunidade a sobre as instituições e a relações de poder advinda destas, ressaltando os “riscos fabricados” decorridos da presença ou ausência institucional na vila. Os resultados apresentados por Figueiredo (2023, 2024) discorrem sobre as micropolíticas institucionais do território, confirmaram os conflitos socioambientais via sobreposição do conhecimento científico e prioridade do CEADES – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da UERJ na realização de pesquisas invisibilizando os saberes da comunidade, ou seja, confirmou-se atuação de “agentes-protagonistas sociais” caracterizados pelo pertencimento e marcas identitárias implícitas à história social do lugar, e “agentes-protagonistas institucionais” caracterizados pelo viés cientificista e produtivista, típico da arena científica brasileira.

Geoparques como Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Uma análise comparativa entre o Estrela Geopark (Portugal) e o Geopark Bodoquena-Pantanal (Brasil)

Regiane Silvestrini

r.silvestrini@ufms.br

Lúcio José Sobral da Cunha

luciogeo@fl.uc.pt

Mauro Henrique Soares da Silva

mauro.soares@ufms.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade de Coimbra

Em um cenário global marcado por incertezas ambientais, sociais e econômicas, os Geoparques Mundiais da UNESCO se destacam como territórios estratégicos que visam a promoção de um desenvolvimento local sustentável, por meio da valorização integrada dos seus patrimônios natural e cultural. Este trabalho propõe uma análise comparativa entre o Estrela Geopark, localizado na região centro de Portugal Continental, e o Geopark Bodoquena-Pantanal, situado no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, instituído através do Decreto de Lei Estadual nº 12.897, criado em 22 de dezembro de 2009. A pesquisa analisa o Estrela Geopark enquanto território integrado, que articula estratégias de geoconservação, geoeducação, valorização do patrimônio através do geoturismo, que visam a promoção do desenvolvimento local sustentável e através de suas experiências exitosas, serve de referência para compreender qual o caminho necessário para uma possível aprovação e reconhecimento por parte UNESCO. O objetivo é compreender como os patrimônios naturais e culturais, bem como os saberes e práticas tradicionais são mobilizados como recursos estratégicos para a gestão territorial em contextos diferenciados. A partir de uma abordagem qualitativa, apresenta-se como aporte metodológico uma análise SWOT dos dois geoparques, a fim de identificar os seus pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças inerentes a este território, que analisa como esses geoparques implementam as políticas públicas de desenvolvimento do território. Os resultados evidenciam que, apesar das diferenças sócio territoriais e institucionais, há convergências relevantes entre ambos no que diz respeito à promoção das paisagens, contrastes em termos de políticas públicas, institucionalização e mecanismos de governança e dinamização de economias locais sustentáveis. Por fim, embora em estágios distintos, discute-se como as experiências observadas em Portugal e as boas práticas, podem oferecer subsídios para o fortalecimento de redes de cooperação nacional e internacional, contribuindo para novas abordagens de desenvolvimento territorial em tempos de incerteza.

Palavras-chave: Geopark UNESCO. Desenvolvimento territorial. Geopatrimônio. Geoconservação. Geoeducação. Geoturismo.

Comunidades Ribeirinhas - AM/BR. Território da natureza: meio ou ambiente?

Dirce Maria Antunes Suertegaray

dircesuerte@gmail.com

UFRGS/UFPB

O objetivo desta comunicação é demonstrar, através das ações realizadas pelos ribeirinhos e ribeirinhas ao longo do rio e, do lago Tefé o constructo do que denomino Território da Natureza. Busca-se compreender as relações de trabalho que organizam suas vidas numa relação metabólica (orgânica) com a natureza e, na continuidade expressar o entendimento diferenciado entre meio, conceito clássico da geografia e ambiente conforme se configura contemporaneamente. O conceito de metabolismo resgatado de Marx, consiste na explicitação da relação entre sociedade e natureza que explica a coevolução da floresta e seus povos. Os pressupostos desta análise estão centrados no conhecimento que se tem na atualidade de que os habitantes da floresta (povos originários e tradicionais) ao longo de suas existências coevoluiram metabolicamente com a natureza e constitui esta interconexão a condição de suas mútuas existências. A floresta Amazônica não é um vazio demográfico. Este é um mito criado a partir da colonização dos países ibéricos quando se procedeu o apagamento dos povos indígenas e suas identificações como selvagens. Os povos que a habitaram e que hoje a habitam com ela coevoluiram e, viveram nesse espaço em períodos que a antecederam na forma como revelam os estudos atuais da arqueologia. A natureza não é estática e neste caso o registro histórico e arqueológico explicitam as marcas do passado no presente, em parte recoberto pela densa mata. Como exemplos da coevolução temos: ruínas de povoados de civilizações ancestrais, artefatos ou utensílios domésticos, solos produzidos por populações indígenas (solos pretos), dispersão de espécies vegetais... Registros que demonstram mudanças climáticas globais significativas ao longo dos últimos períodos geológicos, sobretudo Pleistoceno e Holoceno e são os indicativos da constituição desta paisagem florestal. Mais especificamente nesta apresentação será feita uma caracterização histórico espacial das comunidades ao longo do Rio Tefé. Analisa-se a partir de gráficos construídos através pesquisa participativa (ribeirinhos, agentes administrativos do IBAMA e pesquisadores da UFRGS), as atividades cotidianas desenvolvidas pelos ribeirinhos e ribeirinhas expresso em gráfico representando as 24 horas do dia. Associa-se a esta informação, o período de lazer e o tempo de trabalho feminino e masculino. A análise revela que: os ribeirinhos e ribeirinhas produzem sua existência centrados nas atividades de coleta de vegetais, pesca e roçado (agricultura de subsistência) em relação metabólica (conforme conceito em MARX) com a natureza na medida em que a produção de seu espaço (geográfico) ocorre em conexão com o ciclo das águas e as características da natureza circundante. Em relação a jornada diária verifica-se que os ribeirinhos trabalham além do tempo estabelecido por legislação. Isto se revela conceitualmente no que tenho denominado de território da natureza neste, homens e mulheres convivem com a natureza sem romper o metabolismo essencial, que permite preservar a vida desde os tempos mais remotos. O trabalho é coletivo, partilhado e colaborativo. Fartura ou escassez de alimentos se expressa pela prática que denominam vizinhar, ou seja, compartilhar o excedente alimentar com a comunidade.

Essa explicitação da vivência de povos originários e tradicionais organicamente implicados com a natureza permitiu a construção de uma leitura identificada como território da natureza em certa medida equivalente

ao meio geográfico tão caro a Geografia Clássica no século XIX e XX. Por outro lado, o entendimento de metabolismo conforme Marx e trazido a discussão por Foster (2010) permitiu promover um constructo que deferência meio enquanto uma relação amalgamada com a natureza (LaBlache) de ambiente como uma dimensão do espaço produzido (pelo capital) e, contemporaneamente globalizado pela expansão a exploração dos bens naturais e expropriação de povos ao transformar o valor de uso da natureza em valor de troca/ mercadoria. Quando nos referimos a ambiente estamos compreendendo-o como produto de uma ruptura metabólica que se constrói a partir do processo de acumulação primitiva, formação de estados capitalistas modernos, constituição do capitalismo vinculado a expansão, dominação, exploração e expropriação da natureza e do da humanidade. Quando nos referimos a território da natureza (meio) regatamos o sentido de organicidade entendida como metabolismo. Desta forma distingue-se meio de ambiente. Entende-se por ambiente as transfigurações da natureza e da humanidade decorrente da ruptura metabólica conforme já nos expressamos.

Portanto, o metabolismo, como conceito unificador do homem com a natureza, ao mesmo tempo, se constitui, pelo seu rompimento, o processo que separa o homem da natureza, gradativamente, no decorrer da história. Este movimento nos parece ainda visível, certamente, na sociedade contemporânea, manifesto na valoração da natureza, enquanto valor de uso e valor de troca tensionada pelas formas atuais de apropriação de territórios, recursos, capital e trabalho, acumulação/consumismo e sobrevivência. (SUERTEGARAY, 2017, p. 165)

E 1.5

O potencial do turismo de natureza no Município de Campina Grande, Paraíba: o caso do Parque Natural Municipal Serra da Borborema

Elias dos Santos Silva

elias.silva@aluno.uepb.edu.br

DayaneEngracio Clementino dos Santos

dayane.santos@aluno.uepb.edu.br

Rafael Albuquerque Xavier

rafaelxavier@servidor.uepb.edu.br

Valéria Raquel Porto de Lima

valeriaraquelportodelima@servidor.uepb.edu.br

UEPB

A popularização do Turismo de Natureza pós pandemia do Covid-19 ascendeu a lâmpada da importância da preservação ambiental, visto que o turismo nas grandes cidades, não se dá em locais naturais e sim petrificados, sendo exceções as áreas de práticas do turismo de Sol e Praia. Essa transformação atraiu o fluxo turístico para o interior, onde muitas paisagens naturais da zona rural resistem aos processos de urbanização, sendo preservadas das ações antrópicas predatórias. o Parque Natural Municipal Serra da Borborema se apresenta como refúgio natural em meio a selva de pedra, proporcionando aos turistas vivência com a fauna, flora e geomorfologia local. Diante disso, objetivo dessa pesquisa é analisar o potencial do turismo de natureza como promotor da conservação dos elementos bióticos e abióticos do PNMSB no município de Campina Grande, Paraíba. Através de pesquisas bibliográficas e trabalhos de campo foi possível identificar que a área apresenta um alto potencial para a prática do ecoturismo, geoturismo e o turismo de aventura. O PNMSB se apresenta como resistência a expansão da malha urbana, apresentando espécies de fauna e flora que evidenciam a necessidade de preservação da área.

O turismo como vetor de desenvolvimento do Vale das Espinharas no semiárido da Paraíba, Brasil

Erik Manoel Farias de Brito
netodebrito@gmail.com

Rafael Albuquerque Xavier
rafaelxavier@servidor.uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Localizado entre o Planalto da Borborema e o Sertão da Paraíba, o Vale das Espinharas é um polígono ímpar na geografia, geologia, cultura e história brasileira, tendo suas características preservadas por fatores políticos e históricos que desviaram o motor do progresso para regiões circunvizinhas, garantindo a integridade cultural em ambiental da região. Diante do exposto, o presente trabalho realizou as primeiras pesquisas de levantamento da potencialidade turística local, visando o desenvolvimento regional. O estudo fora realizado nos três municípios que compõem o perímetro, sendo eles: Salgadinho, Areia de Baraúnas e Passagem, todos no Estado da Paraíba, onde, apesar do baixo índice de desenvolvimento humano, destacaram-se rotas, atrações e pontos turísticos, análise logística, potencial de hotelaria e políticas de fomento, estabelecendo as condições atuais e propondo ações que possam contribuir no desenvolvimento regional baseado nos estudos bibliométricos, etnográficos e paisagístico. Remontando ao período pré-colonial, o Vale das Espinharas possui um vasto acervo de sítios arqueológicos, nas tradições Itacoatiara e de pinturas rupestres (Brito, 2020). A preservação de trechos e pontes também compreendem os vestígios do maior patrimônio histórico em extensão do Estado da Paraíba: A Estrada Real das Espinharas (Brito; Brito, 2019). Considerado Patrimônio Material do Estado da Paraíba, a malha ferroviária que cruza o estreito é outra referência de patrimônio material, em destaque, a Ponte Ferroviária de Salgadinho. Conclui-se que a área tem alto potencial turístico, tanto cultural quanto natural, contudo, a atividade ainda é incipiente e faltam estudos para viabilizar o setor.

Turismo e desenvolvimento local no Distrito do Marinho, Boqueirão, Paraíba, Brasil

Edriano Serafim de Araujo
edrianoserafim@gmail.com

Rafael Albuquerque Xavier
rafaelxavier@servidor.uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

No contexto do semiárido brasileiro, que abriga cerca de 28 milhões de pessoas, observa-se que mais de 9 milhões desse total reside em áreas rurais, onde as condições de vida frequentemente são precárias em comparação à média nacional. Contudo, a valorização das belezas naturais da caatinga e da cultura sertaneja, estão promovendo transformações nesse quadro, especialmente através do turismo rural. O Lajedo do Marinho, localizado no município de Boqueirão-PB, exemplifica essa revolução, atraindo turistas com sua paisagem singular, repleta de formações rochosas e elementos históricos que testemunham a presença de civilizações antigas. Desta maneira, este estudo objetivou avaliar o impacto do turismo no desenvolvimento local da comunidade rural do Marinho. Foram feitas visitas de campo e entrevistas com as pessoas envolvidas no projeto turístico local. Em 2014, um projeto de turismo sustentável foi criado no Lajedo do Marinho, promovido pelo SEBRAE, visando ao turismo rural de experiência. Nas proximidades do Lajedo do Marinho, foram descobertos inúmeros grafismos pré-históricos, locais de enterramento, oficinas e instrumentos de pedra. Outro aspecto interessante na região é a existência de diversos tanques naturais, totalizando 26. Esses locais são formados pelas configurações naturais das rochas na superfície, que favorecem a retenção de água doce e oferecem abrigo, condições estas que foram fundamentais para tornar a área adequada à ocupação humana ao longo dos anos, conforme mencionado por (MARTIN, 2013). O Lajedo do Marinho consolidou-se como um relevante ponto turístico no estado, tendo sua notoriedade amplificada por documentários e programas televisivos, como “Tempero de Família” e “É de Casa”. Esta visibilidade atraiu um fluxo significativo de visitantes internacionais. Os guias locais gerenciam o fluxo turístico, permitindo a observação do número de turistas. O projeto trouxe benefícios diretos para 25 famílias associadas, promovendo uma renda sustentável por meio da valorização da Caatinga.

Brasil como destino mundial do Astroturismo

Caíque da Conceição dos Santos

caique.santosweb02@gmail.com

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

A astronomia é a área do conhecimento mais antiga do mundo e possibilitou a organização da humanidade e sua relação com o espaço e o tempo. O astroturismo, também conhecido como turismo astronômico, é um segmento turístico emergente e está intrinsecamente vinculado ao ecoturismo e ao turismo de experiência. A modalidade propõe reflexões sobre o patrimônio natural, aprendizagens científicas e tecnológicas sobre o céu noturno, aquisição de conhecimento sobre narrativas de povos originários, bem-estar e autoconhecimento. O astroturismo no Brasil ganhou destaque como tendência no contexto pós-pandemia da covid-19, em que as pessoas passaram a buscar experiências de imersão e contemplação da natureza, com vistas ao desvinculamento dos centros urbanos. Ancorado na questão problema “O Brasil possui potencial para ser um destino mundial do astroturismo?”, o objetivo geral desse estudo de caso é compreender a expansão do segmento no mundo e as potencialidades do Brasil para se estabelecer como polo receptor. Nesse sentido, os métodos de pesquisa adotados são o qualitativo exploratório e o observacional, utilizando como base a abordagem dedutiva. Como síntese conclusiva acerca dessa pesquisa, observa-se que o Brasil dispõe de planetários, observatórios, DarkSkyParks e empresas especializadas no segmento, enfrentando como desafio de consolidação do astroturismo o alto custo da infraestrutura astroturística, a capacitação profissional, o combate à poluição luminosa e a aderência das agências de viagens nacionais.

Percepções etnoambientais de impactos ocorridos na última década que influenciaram o turismo como renda suplementar em comunidades tradicionais no Vale do Jari – Amazônia Oriental, Brasil

NubiaCaramello

nubia.caramello@ifap.edu.br

Irene Carniatto

irenecarniatto@gmail.com

Lúcio Cunha

luciogeo@fl.uc.pt

Norberto Santos

norgeo@fl.uc.pt

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra

O presente artigo tem por objectivo compreender como comunidades extrativistas, agroextrativistas e quilombolas que moram na bacia hidrográfica do Rio Jari (composta por porção territorial dos estados do Amapá e Pará) percebem questões como mudanças climáticas, legislação hídrica, qualidade de água, bem como lidam com os desafios que essas apresentam. O recorte da pesquisa inclui as Comunidades: Santo Antônio da Cachoeira, São José, São Francisco do Irapuru pertencentes ao estado do Amapá e a Comunidade do Braço, no estado do Pará. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram coletados entre março de 2022 e abril de 2025 em expedições investigativas para construção de diagnóstico socioambiental, sendo aqui apresentado o recorte temático, tendo os dados sido analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que as mudanças climáticas são pautas de impactos na cadeia produtiva da Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K) e Açaí (*Euterpe oleracea*). Evidenciam ainda desconhecimento da legislação de gestão hídrica (Lei 686/2002 do Estado do Amapá e Lei 9.433/97 Nacional e a Agenda 2030), vulnerabilidade no acesso à água potável em eventos extremos, sendo o principal o aumento do período de estiagem na produtividade das castanheiras e açaí. Os impactos das mudanças climáticas que promoveram as subidas das águas em 2022 influenciaram, segundo as comunidades de Santo Antônio da Cachoeira e do quilombo São José, o acesso à água potável, a mobilidade, a economia e a segurança alimentar. Este último também influenciou as comunidades do Braço e Irapuru. Uma das alternativas apresentadas para suplementar a renda é a inserção do turismo para as comunidades Irapuru, Santo Antônio e São José.

Geodiversidade e potencial para criação de Geoparques na Paraíba, Brasil

Rafael Albuquerque Xavier
rafaelxavier@servidor.uepb.edu.br

Patricia da Conceição Dornellas da Silva Xavier
Inocência Oliveira Borges Neto

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

O Estado da Paraíba possui expressiva geodiversidade, reconhecida tanto pelos diversos estudos realizados quanto pela existência de dois projetos de criação de Geoparques elaborados pela CPRM (2017 e 2018). Desta maneira, o presente estudo tem como objetivo central apresentar o potencial para criação de Geoparques no Estado da Paraíba. Para tanto, a geodiversidade foi trabalhada segundo a perspectiva de Claudino-Sales (2021) e foram avaliados os projetos existentes bem como a possibilidade de criação de novos. A Paraíba apresenta todas as classes de rochas (ígneas, metamórficas e sedimentares), climas úmidos (>2000 mm/ano) a secos (<400 mm/ano), diversos compartimentos e formas de relevo, quase todas as classes de solos e um expressivo sistema hidrográfico. Essa geodiversidade, combinada com a sua história tectônica e climática, produziu um mosaico de paisagens de alto valor científico e estético. O projeto Geoparque Rio do Peixe (CPRM, 2017), definiu 20 geossítios nos municípios de Aparecida, Marizópolis, São João do Rio do Peixe, Santa Helena, Sousa e Triunfo. O elemento de maior destaque é a paleontologia, através das pegadas de dinossauros de relevância internacional. O projeto Geoparque Cariri Paraibano (CPRM, 2018), catalogou 20 geossítios nos municípios de São João do Cariri, Boa Vista, Cabaceiras e Boqueirão. Apresentam grande beleza cênica e sua relevância está baseada em processos geológicos e geomorfológico. Existem sítios arqueológicos e paleontológicos, fauna e flora que representam o bioma caatinga, além de aspectos históricos e culturais. Todavia, apesar de toda essa geodiversidade, a Paraíba ainda não possui nenhum Geoparque implementado. Esse quadro reflete a falta de articulação entre a sociedade civil, as universidades e o poder público local. A criação de Geoparques no Estado da Paraíba pode contribuir para a conservação dos recursos naturais (Geoconservação) e promover o desenvolvimento local sustentável.

Mudanças climáticas e turismo: impactos da variação dos níveis de conforto climático no destino turístico Portugal

Claudete Oliveira Moreira
claudete@fl.uc.pt

Rui Ferreira
rff@uc.pt

Tiago Santos
tiago.serafino@gmail.com

Germana Torres
germana.torres@uc.pt

Andreia Martins
martinsandrea1995@gmail.com

Universidade de Coimbra, CEGOT

As características climáticas são um elemento fundamental dos destinos turísticos, sendo muito importantes para várias atividades e produtos turísticos que são particularmente sensíveis às variações dos elementos climáticos, como as práticas de lazer ao ar livre. Se as condições meteorológicas podem influenciar no dia a dia as atividades turísticas, as mudanças a longo prazo dos elementos climáticos têm uma influência estrutural na percepção e atratividade dos destinos turísticos, sendo o seu conhecimento muito relevante para a gestão e para o *branding* dos destinos. A investigação sobre mudanças climáticas e lazeres ao ar livre tem-se tornado cada vez mais frequente, centrando-se em diferentes destinos, como Espanha (Cardell, et al., 2022), Israel (Teitler Regev & Palatnik, 2022), Índia (O'Toole et al., 2019), Estados Unidos (Indiana) (Day et al., 2021), para se referirem apenas alguns exemplos. Portugal é um importante destino turístico no sul da Europa. De acordo com a Estratégia de Turismo 2027 (Turismo de Portugal, 2017), o clima temperado mediterrâneo é um dos 10 ativos estratégicos do destino, constituindo-se como um fator diferenciador. O principal objetivo desta proposta é analisar o padrão geográfico do Índice de Conforto Climático estacional para o Turismo (ICCeT), considerando diferentes cenários de mudanças climáticas e diferentes horizontes temporais. O ICCeT é calculado para Portugal Continental e para o horizonte 2011-2040, tendo como período de referência 1971-2000, considerando-se os cenários RCP 4.5 (mais otimista) e RCP 8.5 (mais pessimista). Os resultados evidenciam uma intensificação das condições extremas no verão e uma expansão significativa das áreas com valores de ICCeT acima de 45 no Sul e no interior do país. Áreas com elevado potencial turístico como o norte do Alentejo, a região do Ribatejo e a região de Lisboa experimentarão condições menos confortáveis para atividades ao ar livre. Por outro lado, nos meses de primavera e de outono, parece não haver mudanças significativas nas condições atuais, o que poderá criar oportunidades para mitigar a acentuada sazonalidade do turismo em Portugal. Há um aumento evidente dos valores de ICCeT no sul do país, particularmente no Algarve e no sudeste do Alentejo, no cenário RCP 4.5. Esta tendência intensifica-se e estende-se de sul para norte no cenário RCP 8.5. No inverno, nas áreas costeiras do Algarve e do Alentejo, especificamente a Costa Vicentina, tanto no cenário RCP 4.5 como no cenário RCP 8.5, aumentará o conforto térmico para atividades de turismo e lazer ao ar livre.

Palavras-chave:

Índice de Conforto Climático estacional para o Turismo (ICCeT), cenários de mudanças climáticas, atividades de turismo e de lazer ao ar livre, gestão de destinos turísticos, destino turístico Portugal.

E2

Agricultura e desenvolvimento rural



E 2.1

Regularização fundiária de terras no médio São Francisco no Norte de Minas Gerais (MG) -Brasil

Bruna Monique Machado Simões

brunamachadosimoes@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

UNIMONTES

A questão da expropriação de terras e a formação dos grandes latifúndios no Brasil, remontam a tempos imemoriais, com alguns registros históricos e a predominância desses escritos a partir da perspectiva de quem detinha o poder; assim, destaco quatro marcos para essa compreensão, são eles: capitâneas hereditárias (sesmarias), lei de terras, primeira e a segunda República. O objetivo deste artigo é apresentar a região do Médio São Francisco, no norte de Minas Gerais (Brasil) e o contexto da regularização fundiária. Ao elencarmos a formação territorial como produto das relações sociais, torna-se necessário a análise das políticas sociais, econômicas e culturais, pois “toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa” (Moraes, 2002, p.60).

As explorações na região do Rio São Francisco aconteceram por volta dos anos 1650, ou seja, há um espaço de tempo de 150 anos da chegada à região litorânea até o seu direcionamento e empenho para expansão e apropriação das terras do sertão. A terra, ao invés de ser vista como um bem social, foi transformada em instrumento de poder e riqueza, perpetuando a concentração fundiária e corroborando com a visão patrimonialista da terra.

A análise da concentração fundiária em Minas Gerais se estende ao município de Buritizeiro, localizado na região do Médio São Francisco, no Norte do Estado. Buritizeiro, que até 1962 pertencia ao município de Pirapora, e foi emancipado pela Lei estadual nº 2.764. O nome da cidade deve-se ao grande número de palmeiras de Buriti na região, uma planta típica do cerrado. Segundo o último censo (2022) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Buritizeiro possui uma área de 7.218,401 km², sendo o 4º maior município em extensão no Estado de Minas Gerais, e uma população de 23.910 pessoas, com uma densidade demográfica de 3,31 habitantes por quilômetro quadrado. Dentro desse contexto, destaca-se a comunidade tradicional pesqueira e vazanteira de Canabrava, cuja presença reforça a necessidade de considerar as dinâmicas sociais e territoriais na região.

Gestão em pequenas propriedades rurais no Município de Presidente Médici-Rôndônia

Gustavo Henrique de Souza

Monica Gomes Monteiro Feitosa

mgfeitosa.mf@gmail.com

Maria Madalena Ferreira

Universidade Federal de Rondônia-UNIR

Neste resumo apresenta-se resultados de pesquisa realizado em pequenas propriedades rurais no município de Presidente Médici-Rondônia/Brasil, visando identificar as principais atividades desenvolvidas e os mecanismos de controle gerencial utilizados pelos produtores. Este município teve sua origem nos projetos de colonização dirigida realizada pelo INCRA na década de 1970. Os produtores atuais correspondem à terceira geração de pequenos agricultores migrantes do sudeste do Brasil que vieram à Rondônia em busca de terra agrícola para produção familiar. A pesquisa foi realizada com 12 produtores rurais, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino, nos meses de março a abril de 2024. Para a coleta de dados, utilizou-se formulários estruturados na plataforma Google Forms; a análise dos resultados foi realizada por meio do Software Excel®. Os resultados indicaram que 92% dos produtores entrevistados possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Contudo, a maioria não utiliza toda a área de suas propriedades para cultivo, devido à obrigatoriedade de preservar áreas destinadas à manutenção da floresta em pé ou restauração das áreas degradadas. As principais atividades identificadas incluem fruticultura, grãos, avicultura, cacauicultura, bovinocultura de corte e de leite; esta é a atividade mais praticada, presente em 53% das propriedades, enquanto a de corte foi apontada por 42% dos produtores como a mais lucrativa. No que se refere à gestão financeira, os produtores informaram utilizar diferentes mecanismos de controle, como contas a pagar e a receber (41%), declaração de imposto de renda (17%), fluxo de caixa (17%) e capital de giro (8%). No entanto (17%) dos produtores não realizam qualquer tipo de controle gerencial. A tomada de decisão é majoritariamente realizada em conjunto com a família (83%) e (9%) produtores tomam decisões individualmente ou com o apoio de consultores ou técnicos (8%). Os dados coletados evidenciaram a necessidade de maior divulgação e capacitação em práticas de gestão rural, com ênfase no controle financeiro, registro de despesas e receitas, além do estímulo a parcerias para fortalecer a sustentabilidade das pequenas propriedades. A implementação de uma gestão baseada em indicadores de produção da propriedade pode aumentar a rentabilidade, a competitividade no mercado e assegurar o crescimento sustentável a longo prazo. Ressalta-se que o estado de Rondônia tem atualmente uma economia baseada no agro-negócio dada a cultura da pecuária de corte e leite (18%) do PIB, bem como no âmbito da piscicultura (2%) e soja (8%). A pesquisa apontou para a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas ou programas de fomento em processos de desenvolvimento local arranjos produtivos locais (DLIS e ou APL) para garantir aos pequenos produtores o fortalecimento da bioeconomia e dos sistemas agro-florestais, potencializando as cadeias produtivas para a produção de alimentos e contribuir para a preservação das florestas protegidas (APPs, Áreas Indígenas, Resex e Unidades de Conservação) do Estado, que historicamente passou pelos ciclos da borracha e extração de madeira, este altamente predatório desde a Década de 1970 até passado recente. Atualmente a produção intensiva da pecuária, soja e café, setores que exigem alta demanda de água para irrigação e no caso da piscicultura (nem sempre por usos ecologicamente corretos) têm contribuído para a escassez hídrica no Estado, conforme aponta o Plano de Ação Estadual de Crise Hídrica (DC, BM, SEDAM, 2024) que ao classificar o risco, apresentou o Município de Presidente Médice, com risco grave em Escassez Hídrica (Pag. 12); portanto os produtores, sociedade civil e governo necessitam refletir urgente sobre instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos, definir planos de bacias, definir novos comites e fortalecer os Planos de bacias, definindo usos futuros dos solos; realizar treinamento em gestão financeira das propriedades visando a sustentabilidade à longo prazo dos pequenos e grandes produtores de Rondônia. Palavras-Chave: Gestão da Propriedade Rural, Tomada de decisão, Rentabilidade, Sustentabilidade Sócio-Ambiental, Recursos Hídricos,

Fordlândia e Belterra: uma análise geográfica sobre os projetos da Ford Company na Amazônia brasileira

Diogo Laércio Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

Messias Modesto dos Passos

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação

A Amazônia brasileira é um palco de lutas, conflitos e sobretudo de resistência, seja pelos povos originários como pela exuberância do seu verde. Esta “última fronteira” a ser desbravada, motivou milhares de trabalhadores e empresários a se aventurarem nos terrenos amazônicos em busca de novos empreendimentos. A marcha dos interesses se afunila entre o final do século XIX e início do século XX com a “descoberta” da borracha enquanto um produto fundamental na indústria, em plena expansão pelo advento da Primeira Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos. O Ciclo da Borracha, delimitou novas territorialidades sobre a paisagem amazônica, impulsionando transformações no âmbito social, cultural e arquitetônico, expressos principalmente no urbanismo das principais cidades amazônicas: Belém e Manaus, que vivenciaram durante este ciclo a “BelleÉpoque Amazônica”. Com o advento da segunda revolução industrial, a produção e o comércio de borracha enquanto matéria prima, motivado pelo modelo de produção industrial desenvolvido por Henry Ford, então presidente da Ford Motor Company, estimulou as “aventuras” da empresa no Brasil, que sob concessão do então governador do Pará, Dionísio Bentes, instalou em 1927, sua planta agroindustrial denominada “Fordlândia” numa área de 14 568 km² no município de Aveiro, em plena Floresta Amazônica nas margens do rio Tapajós, a cerca de 200 km da sua confluência com o rio Amazonas, criando a Companhia Ford Industrial do Brasil. A primeira “desventura” da Ford no Brasil, não eximiu a companhia de uma nova tentativa de produção de borracha em outro terreno na década seguinte em 1934, levando a projeto agroindustrial para outra região em uma planície mais elevada ainda próximo às margens do Tapajós a pouco mais de 30 km de sua foz, fundando o então bairro de Bela Terra (posteriormente, Belterra), ligado ao município de Santarém. Ambos os projetos tiveram vida curta. Com o final do ciclo da borracha na Amazônia Brasileira e a Grande Depressão nos Estados Unidos da América nos anos 1930, a Ford decide encerrar as plantas de Fordlândia e Belterra em 1946, devolvendo as áreas concedidas ao estado do Pará. De lá para cá, novos projetos de integração na Amazônia foram conduzidos, dos quais estas localidades se encontram envolvidas. Embora as marcas das desventuras dos projetos da Ford na Amazonia Brasileira ainda sejam evidentes e expressas em sua paisagem, Fordlândia e Belterra seguem em ritmos diferentes nos dias atuais. Enquanto Fordlândia se mantém como um distrito de Aveiro, Belterra se emancipou de Santarém em 1995. Desta forma, este artigo pretende fazer uma análise geográfica sobre a origem destes projetos da Companhia Ford Industrial do Brasil e seus desdobramentos na paisagem atual. A metodologia envolve o estudo da paisagem na perspectiva geossistêmica a partir do arcabouço teórico-metodológico do modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem) proposto por Bertrand (1991). Dentre as etapas de pesquisa, temos: a) a revisão bibliográfica; b) cartografia da temática da área de estudo; c) trabalhos de campo com levantamento por geofotografias feitas por câmeras fotográficas e aeronaves remotamente pilotadas (drone), sobre as unidades da paisagem presentes em Fordlândia e Belterra e visitas a moradores e órgãos públicos de ambas as localidades.

Agricultura Urbana em Contexto Metropolitano: Desafios e Potencialidades no Município de Aquiraz, CE

Francisco Moacir de Saboia Filho

franciscomoacirsaboia@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Aquiraz, município integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), análise feita a partir de dados dos Censos Agropecuários (2006 e 2017) e entrevistas com agricultores e gestores públicos. A pesquisa, fundamentada em autores como Mumford (1961), Cardoso (1987), Gomes (2024) e Harvey (2005), destaca a resiliência da agricultura familiar em um cenário marcado pela urbanização acelerada e pressões imobiliárias. Entre 2006 e 2017, observou-se um crescimento de 6,9% no número de estabelecimentos familiares em Aquiraz, contrastando com o declínio de 11,72% na RMF. A fragmentação fundiária foi evidente, com aumento de 173,4% nas propriedades de 0 a 10 ha, enquanto as áreas maiores (>50 ha) reduziram-se drasticamente, refletindo adaptações à expansão urbana (Santos, 1993; Elias e Pequeno, 2018). A produção vegetal, cresceu significativamente, impulsionada por programas como o PAA e PNAE, que fortalecem a comercialização local. No entanto, desafios estruturais persistem: 95% dos agricultores familiares não recebem assistência técnica, e a infraestrutura precária limita o acesso a mercados formais, como a CEASA de Maracanaú. A predominância masculina na gestão das propriedades (71% em 2017) e o envelhecimento dos produtores (56% acima de 55 anos) sinalizam riscos à continuidade da atividade. Graziano (1998) e Correia (1977) ressaltam a necessidade de políticas públicas adaptadas às especificidades do Nordeste, como crédito rural e capacitação tecnológica. Apesar das dificuldades, a agricultura familiar em Aquiraz demonstra vitalidade econômica, com aumento real de 567% no valor da produção entre 2006 e 2017. A adoção de práticas sustentáveis, como adubação orgânica e controle biológico, aliada à participação em feiras locais e cooperativas, evidencia seu potencial para a segurança alimentar regional. Contudo, a integração entre produção familiar e não familiar ainda é incipiente, exigindo maior cooperação institucional. Conclui-se que, embora resiliente, a agricultura familiar necessita de investimentos em logística, tecnologia e inclusão geracional para consolidar seu papel no desenvolvimento metropolitano sustentável.

Estado da arte sobre a agricultura familiar sustentável no Brasil: uma revisão sistemática com análise de conteúdo

Marisete dos Santos Brandalize

marisetedossantosbrandalize@gmail.com

Irene Carniatto de Oliveira

irenecarniatto@gmail.com

Rafael Venturin Piacentini

rafaelventurin@gmail.com

PGDR; DT, do CNPq- Ministério da Educação do Brasil; Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PGDR)

O presente resumo aborda a agricultura familiar, que desempenha um papel importante no desenvolvimento rural no Brasil, contribuindo para a segurança alimentar, a conservação ambiental e o progresso socioeconômico das comunidades locais. No entanto, o setor enfrenta desafios como assistência técnica insuficiente, infraestrutura precária, dificuldades de acesso ao mercado e questões de gênero que impactam a participação das mulheres. Para compreender melhor esse cenário, realizou-se uma revisão sistemática e exploratória, analisando 40 artigos de bases reconhecidas (Web of Science, BDTD, SPELL, Scielo) até 2024. Utilizou-se o software IRAMUTEQ, que, por meio de análises de similitude e hierárquicas, identificou temas centrais e lacunas na literatura. Os resultados destacam a importância da adoção de práticas sustentáveis, como diversificação de cultivos, conservação de recursos naturais e uso de tecnologias adequadas às pequenas propriedades. Ainda assim, há necessidade de estratégias mais eficazes e integradas, envolvendo maior participação comunitária e foco na inclusão social e de gênero. As Políticas públicas têm um papel fundamental para garantir a sustentabilidade socioeconômica do setor, porém requerem ações mais integradas às realidades locais. Além disso, recomenda-se incentivar práticas sustentáveis por meio de ações educativas, suporte técnico, melhorias na infraestrutura e na comercialização. A pesquisa contribui para ampliar o entendimento dos fatores que influenciam a sustentabilidade da agricultura familiar, reforçando a importância de fortalecer a assistência técnica, promover infraestrutura adequada e implementar políticas inclusivas. As futuras investigações devem aprofundar a avaliação de políticas específicas e a efetividade de práticas sustentáveis, com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas mais consistentes e inclusivas. Acredita-se que essas ações poderão promover um desenvolvimento rural mais justo, sustentável e resiliente no Brasil.

E 2.2

Os desafios para a segurança alimentar no campo maranhense: uma análise das políticas públicas de desenvolvimento territorial

Ariane Silva Costa
arianeslz.costa@gmail.com

José Sampaio de Mattos Junior
sampaio.uema@gmail.com

Paulo Ricardo Martins de Souza
paulosouza6311@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

O campo brasileiro é marcado historicamente pela desigualdade, pobreza e concentração fundiária. Logo, a luta pelo acesso à terra e a garantia de meios para a produção da agricultura familiar representam conquistas essenciais para o combate à fome, à pobreza e à insegurança alimentar. A segurança alimentar está intimamente ligada ao processo de acesso à terra e produtividade e refere-se à inclusão de agricultores familiares no sistema de produção de alimentos e na sua distribuição. O Maranhão, assim como o cenário nacional, possui as contradições e conflitos históricos presentes no espaço rural. Desta forma, este trabalho tem como principal objetivo identificar os desafios para o alcance da segurança alimentar no campo maranhense, analisando o papel da política de desenvolvimento territorial. Percebe-se que as políticas de desenvolvimento rural formuladas décadas atrás diferem-se da realidade atual e precisam ser investigadas a fim de que se compreenda as novas articulações que envolvem o campo. Para Favareto (2010), é preciso identificar os principais desafios nestas mudanças e promover a atualização dos dispositivos institucionais que envolvem as políticas de desenvolvimento na atualidade numa direção coerente. O que se vê é a fragmentação de iniciativas com efeitos heterogêneos, pois não há uma agenda que permita a inovação. Trata-se de uma agenda envelhecida cujo modelo foi desenhado há duas décadas (Favareto, 2010). Portanto, é essencial compreender que elas não precisam de uma continuidade ou permanência das diretrizes e de estratégias implementadas décadas atrás, mas consiste em inovar estes instrumentos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Políticas de Desenvolvimento. Meio Rural. Maranhão.

Referência bibliográfica:

FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva- uma década de experimentações. V. 1, N. 2, p.47-63, janeiro-abril e maio-agosto, 2010.

Iº Plano Municipal de segurança alimentar e nutricional de Fortaleza/CE: a distribuição espacial das políticas alimentares implementadas na cidade

Maiara Colares Bezerra
maiara.colares@gmail.com

Iara Rafaela Gomes
iarageo@gmail.com

Universidade Federal do Ceará – UFC

Fortaleza enfrenta uma grande desigualdade de renda, refletida na distribuição desigual de acesso a alimentos, especialmente quando se trata da população que vive em bairros mais socialmente vulneráveis. Neste sentido, as Políticas Públicas Alimentares são estratégias do Estado para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à população, especialmente aos mais pobres. O município tem implementado diversas ações, a partir do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) que incluem o fornecimento de refeições, o apoio a cozinhas sociais, a ampliação do PAA Leite e dos postos de coleta de Leite Humano. Este artigo visa compreender a distribuição espacial destas políticas no território da capital cearense, analisando especialmente se estas tem alcançado a população dos bairros que apresentam maior vulnerabilidade social. A pesquisa mostrou que a localização dos serviços públicos e o acesso aos benefícios alimentares não são completamente equilibrados. Por exemplo, as Cozinhas Sociais e Centros de Cidadania estão em alguns bairros vulneráveis, mas muitos bairros com altos índices de vulnerabilidade social não recebem apoio adequado. Além disso, programas como o PAA Leite e a distribuição de alimentos nos equipamentos públicos têm avançado, mas a concentração de benefícios em bairros com menor índice de vulnerabilidade é notável.

Desconectadas na Igualdade: Desafios Digitais em Meio Rural – Um Estudo Exploratório no Côa Parque e Parque Natural da Serra da Estrela

Helena Antunes
helena_antunes@usal.es

Vera Mendonça

José Luis Domínguez

USAL e CETRAD/UTAD)

Esta comunicação aborda as desigualdades de género no acesso e uso das tecnologias digitais em meio rural, com base num estudo exploratório nos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Seia, inseridos no Côa Parque e no Parque Natural da Serra da Estrela. A investigação analisa como os Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) enfrentam a falha digital, considerando desafios como a baixa participação feminina no digital, a reprodução de estereótipos de género na inteligência artificial (IA) e a ciberviolência de género.

A integração digital da mulher é um elemento central para a transformação digital sustentável. A presença dos Centros Ciência Viva em Figueira de Castelo Rodrigo e Foz Côa é analisada como um recurso complementar às políticas públicas locais.

Sublinha-se ainda a necessidade urgente de políticas adaptadas ao meio rural, que promovam a igualdade digital, combatam o cibercrime e incentivem uma educação que desconstrua estereótipos e responsabilize, desde cedo, os rapazes na prevenção da violência digital. Apesar dos compromissos internacionais, observa-se a ausência de metas concretas e ações eficazes para incluir as mulheres nas áreas TIC, STEAM e IA até 2030. Os PMIND têm potencial, mas carecem de medidas específicas para colmatar a exclusão digital de género nas zonas rurais.

Incerteza Institucional e Desenvolvimento Territorial: Desafios para o Planeamento e a Execução de Políticas Públicas no Espaço Agrário Maranhense

José Sampaio de Mattos Junior
sampaio.uema@gmail.com

Paulo Ricardo Martins de Souza
paulomartinscdn@gmail.com

Ariane Silva Costa
arianeslz.costa@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

As políticas de desenvolvimento territorial no Maranhão enfrentam desafios decorrentes da incerteza política, econômica e institucional, comprometendo tanto seu planejamento quanto sua execução. A descontinuidade de programas, a fragmentação das estratégias de governança e a reconfiguração das estruturas institucionais impactam diretamente territórios vulneráveis, como comunidades quilombolas, áreas de assentamento da reforma agrária e povoamento tradicional que dependem da agricultura familiar. No contexto maranhense, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, intensificou as dificuldades no planejamento de políticas visando o campo maranhense. Suas funções foram incorporadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tradicionalmente voltado aos interesses do agronegócio. A extinção do MDA reduziu o apoio institucional à agricultura familiar, à regularização fundiária e à mediação de conflitos agrários, intensificando desigualdades territoriais e ampliando a instabilidade nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural. Este estudo busca analisar como a extinção do MDA reflete a incerteza política e institucional que afetou o desenvolvimento territorial no Maranhão, com ênfase na fragmentação das políticas públicas e no agravamento das desigualdades socioespaciais no território do Vale do Itapecuru. O objetivo é identificar os impactos da descontinuidade administrativa sobre as políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural no estado, examinar a transferência de competências do MDA para outros órgãos e avaliar as consequências dessa mudança para a governança dos territórios maranhenses. Ao focar a extinção do MDA como um exemplo concreto da instabilidade das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil e seus reflexos no Maranhão, este estudo contribui para o debate sobre os desafios da governança pública em tempos de incerteza.

Políticas Públicas e Coesão Territorial: Desafios e Perspetivas para o Desenvolvimento Rural

Tiago Santos

tms@ua.pt

Universidade de Aveiro

O espaço rural enfrenta problemas estruturais que se agravam ao longo do tempo e comprometem o desenvolvimento sustentável. Entre os principais problemas destacam-se o acentuado despovoamento, o envelhecimento da população, o abandono do modelo tradicional agropastoril e o aumento da incidência dos incêndios florestais. Estes condicionalismos acentuam as disparidades entre o mundo rural e urbano, levando o governo português a definir, na Estratégia Portugal 2030, um eixo denominado “Coesão do Território, Agricultura e Floresta” para incorporar um conjunto de medidas para mitigar os desequilíbrios territoriais e revitalizar o espaço rural. Este estudo pretende analisar as propostas delineadas nesta estratégia relativas à coesão e ao espaço rural, avaliando o seu potencial face aos desafios identificados. Para concretizar este objetivo adota-se uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo do programa Portugal 2030, complementada com uma revisão comparativa da literatura científica recente relativa à coesão territorial e desenvolvimento rural. Os resultados evidenciam um alinhamento entre as medidas propostas para o horizonte 2030 e aquelas que são sugeridas pela literatura internacional, reforçando a pertinência das orientações políticas definidas em Portugal. Entre as medidas definidas destacam-se: o reforço e diversificação da base económica rural; a utilização eficiente dos recursos agrícolas, alimentares e florestais; a conservação e promoção do património natural e cultural; a otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos e a promoção da economia social na gestão dos serviços no espaço rural. O estudo demonstra que embora os problemas territoriais sejam complexos, as medidas propostas oferecem uma base sólida para promover a coesão territorial e o desenvolvimento do espaço rural em Portugal.

E3

Cidade e dinâmicas do espaço urbano

E3

E 3.1

A Cidade que Educa e Transforma.

Isabel Baltazar

isabel.baltazar@iseclisboa.pt

ISEC Lisboa e NOVA FCSH

A autora é titular da Cátedra UNESCO A Cidade que Educa e Transforma e pretende apresentar as dinâmicas de transformação da cidade a partir da educação. A comunicação tem como foco o trabalho desenvolvido na formação de professores de ensino pré-escolar e primeiro ciclo, em práticas de sustentabilidade e implementação de projetos alinhados com os ODS da Agenda

Produção do espaço e reprodução do capital e o tempo social de Henri Lefèbvre

Lucia Maria de Baère Naegli

lucia.naegli@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio

A pesquisa procura refletir acerca da noção de produção do espaço com base na obra de Henri Lefèbvre, que nos permite desvendar cada dimensão dessa produção que queremos analisar. É através do espaço que a sociedade se reconstitui e, por isso, está aberto, em constante reprodução. A relação espaço/tempo adquire grande importância na análise de Lefèbvre. Nessa perspectiva, esse trabalho analisa a produção do espaço na Fazenda Cantagalo, localizada no município de Rio das Ostras, estado do Rio de Janeiro, Brasil, que conheceu o ciclo da economia cafeeira escravista, sua decadência, a chegada de fazendeiros com a atividade pecuária, a modernização, o processo de assentamento dos trabalhadores à terra e que vive hoje a fase atual do modo de produção capitalista, refletida na mercadificação da natureza, da terra e do trabalho. É através desses elementos que procuro compreender as transformações espaciais da Fazenda, que hoje constitui um bairro da cidade de Rio das Ostras. A obra de Lefèbvre nos ajuda a investigar o dinamismo do espaço, pensado na sua complexidade, assim como os processos que conduzem essa dinâmica, movida pela intensa venda de terras e parcelamento de lotes. Por se tratar de uma antiga fazenda de café, a pesquisa abrange um longo período de tempo, iniciando em 1891, data da primeira planta da Fazenda, e foi calcada em relatos de moradores, alguns deles netos de escravizados. Os dados e relatos foram levantados a partir de trabalhos em campo, realizados na década de 1980 e na segunda década dos anos 2000 e, por esse motivo, apresenta marcos teóricos e metodológicos diversos. É no espaço, objeto de múltiplas estratégias, que acontecem as disputas e os confrontos. As transformações seguem a lógica da expansão urbana tão bem descrita por Henri Lefèbvre, que altera a organização do espaço da Fazenda nas várias escalas, sendo o espaço um dos meios que o capital utiliza para sua acumulação.

As cidades locais na Geografia Urbana brasileira: a centralidade do pensamento de Milton Santos

Dhiego Antonio de Medeiros

dhiego.medeiros@uneal.edu.br

Universidade Estadual de Alagoas

Este trabalho tem como objetivo discutir o conceito de cidade local no âmbito da Geografia Urbana brasileira, com ênfase na centralidade do pensamento de Milton Santos como base teórica para sua formulação e interpretação. Parte-se de uma contextualização histórica que remonta ao processo de institucionalização da Geografia no Brasil, especialmente a partir da década de 1930, com a chegada da missão francesa e a criação dos primeiros cursos universitários. Nesse percurso, destaca-se a cidade como objeto central da análise geográfica e o papel das monografias urbanas na conformação de uma tradição de estudos urbanos no país. A discussão retoma contribuições pioneiras de Caio Prado Júnior e Pierre Monbeig, que já atentavam para as especificidades das pequenas cidades e suas interações com os meios rurais. Também se revisitam análises produzidas por autores estrangeiros, anteriores à consolidação acadêmica da disciplina, que contribuíram para o entendimento do urbano no Brasil. Tais aportes revelam a existência de um saber geográfico voltado à compreensão da dinâmica urbana em contextos diversos. Nessa perspectiva, o trabalho realiza uma apreciação crítica, a partir de textos teóricos selecionados da Geografia, sobre os termos utilizados para designar as cidades situadas na base da rede urbana – como pequena cidade, cidade de pequeno porte, centro local e cidade local –, analisando seus usos e implicações nos estudos geográficos contemporâneos. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica, baseada no levantamento e análise de produções acadêmicas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. O foco recai sobre dissertações e teses que abordam o conceito de cidade local à luz da obra de Milton Santos. Ao valorizar esse conceito como categoria analítica, este ensaio – resultado de duas décadas de acompanhamento da produção geográfica sobre as cidades em questão – busca oferecer uma contribuição reflexiva aos estudos da urbanização brasileira, em diálogo com uma Geografia comprometida com a realidade social e os processos espaciais, como propôs Milton Santos.

Feições da modernização no contexto do circuito inferior: uma análise dos permissionários do mercado público de Sobral, Ceará, Brasil

Irisdora Cunha dos Santos

irisdoracunha@gmail.com

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

luiz_goncalves@uvanet.br

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

A origem dos mercados públicos decorre da necessidade da reprodução da vida na cidade para suprir as demandas da população, representando um papel na vida social. Atualmente, tanto os mercados quanto as feiras ainda são elementos relevantes na estrutura urbana, possuindo dinâmicas específicas para uma parcela da população que ocupa esses espaços de comércio.

Os mercados públicos caracterizam-se predominantemente pela comercialização gêneros alimentares, mas tem ampliado setores e tipologias de produtos nesses ambientes fruto da modernização. Já as feiras que ocupam os espaços urbanos se caracterizam pelo comércio de rua geralmente em áreas centrais das cidades, onde se instalam barracas para a disposição das mercadorias comercializadas (Gonçalves, 2019).

O ano de 2023 foi marcado pela reforma do Mercado Central de Sobral, Cidade média do Ceará, no Nordeste brasileiro, como ação do poder público local para modernização da estrutura que teve início pelo setor de comércio de roupas e acessórios. Para isso, os vendedores permissionários foram deslocados dos boxes do mercado para uma estrutura temporária na rua ao lado do mercado pelo período de um ano. Essa estrutura provisória montada pela Prefeitura Municipal e caracterizava-se por balcões de estrutura metálica com grades de delimitação da área de ocupação de cada feirante com balcões fixados e numerados em uma estrutura de metalon e uma tenda para proteção contra as intempéries.

Naquele momento, todos os permissionários voltaram à condição de feirantes, na feira temporária caracterizada pelo comércio de roupas vendidas na rua. A essência do comércio de feira provocou uma mudança no uso do espaço público para que houvesse a reforma da estrutura dentro do Mercado conforme planejado pela iniciativa da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE) de maneira como Silveira (2022, p. 42) aponta ao afirmar que “[...] a política pública está chamada a atingir um complexo equilíbrio entre a modernização permanente das infraestruturas.”

Para Reolon e Souza (2012) essas duas formas de comércio expressam a materialidade das atividades exercidas pelo circuito inferior, com destaque para o comércio varejista e atacadista não moderno, que sobrevivem com base em um pequeno volume de mercadorias comercializadas. No caso do Mercado Público de Sobral, ao mesmo tempo em que esse mercado passou por uma reforma para melhor acomodar os permissionários do setor de roupas e acessórios, contraditoriamente, desalojou a todas e todos, pondo-os no meio da rua em uma feira temporária de confecção.

O presente artigo é parte das reflexões da Pesquisa de Dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia – PROPGEO, da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, e tem o objetivo de analisar os aspectos da modernização capitalista contemporânea sobre os agentes do circuito inferior da economia urbana, em específico, dos permissionários do mercado público da cidade média de Sobral, situada no Estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil. De modo mais específico, buscamos analisar as estratégias adotadas pelos permissionários na adaptação de produção e comercialização de suas mercadorias à estrutura temporária; identificar quais foram as principais incorporações de mecanismos de comunicação e finanças contemporâneas em sua atividade. Mesmo com a grande difusão de tecnologias digitais, vale revelar

a importância que teve a instalação da feira de confecção contígua ao mercado público.

O referido circuito, integra a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: circuito superior e circuito inferior, para explicar a urbanização nos países periféricos ou subdesenvolvidos (Santos, 1979). sua principal contribuição foi a proposição de uma análise do espaço urbano baseada nas diferenças temporais na apropriação das técnicas pelos diferentes lugares e agentes produtivos (Reolon; 2012).

Essa teoria descreve o sistema urbano desses países composto por dois subsistemas interligados: um circuito superior, que envolve grandes empresas, instituições financeiras e o Estado, e um circuito inferior, formado pelas atividades da população pobre, que utilizam mão de obra intensiva e pouco capital. Apesar de suas diferenças, esses dois circuitos fazem parte de um único sistema econômico urbano, apresentando relações de dependência, complementaridade ou concorrência, sem que haja um verdadeiro dualismo (Cataia; Silva, 2013).

Com base em Silveira (2022) diante das diversas mudanças que vêm ocorrendo na atual sociedade, é relevante pensar sobre como as cidades estão se formando e se transformando ao longo do tempo, considerando a estrutura urbana e o funcionamento cotidiano delas. Nesse contexto, o problema central a ser analisado nessa pesquisa é: quais foram as experiências vivenciadas pelos permissionários do circuito inferior ao longo da temporalidade da feira?

No que concerne à metodologia, a pesquisa adotou uma análise qualitativa com a utilização de levantamento bibliográfico, documental, registro fotográfico e trabalho de campo. Os sujeitos da pesquisa são os Permissionários que vivenciaram esse período de transição com a reforma do Mercado para o trabalho na feira de rua. Na perspectiva de compreender suas experiências nesse contexto, utilizamos a técnica da entrevista do tipo semi-estruturada, que teve como base a elaboração de questões específicas, porém sem rigidez e com maior flexibilidade tendo como objetivo obter dados a partir do ponto de vista do entrevistado (Gil, 2002), com os principais sujeitos da pesquisa bem como com os responsáveis diretos pela administração da área de estudo, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE). A sistematização dos dados ocorreu por meio de Pré-análise, Exploração Material e Redação por meio da Síntese Interpretativa (Minayo, 2016).

Após o trabalho de campo, realizamos uma leitura do material e encontramos as articulações entre os referencial teórico e a sistematização das entrevistas com os relatos do empírico que nos dão base para a análise do conteúdo, dentre elas: experiências do espaço vivido, ou seja, as percepções e relatos dos feirantes; estratégias de adaptação da produção e disposição das confecções; principais desafios de logística e concorrência com lojas do entorno; dinâmica do comércio na feira e a busca de fluxo de pessoas (clientes) e vendas.

Sistematização dos achados empíricos:

- Contexto da mudança: Período de transição e adaptação; Questões administrativas ou burocráticas (ex: cadastros para a ocupação do espaço e fiscalização); Conflitos e cooperação entre feirantes
- Adaptação às novas condições: Modificações na disposição e apresentação das confecções; dificuldades logísticas e de infraestrutura (ex: espaço); Impactos na atividade comercial: melhor atratividade de consumidores e nas relações comerciais.

O espaço da feira movimenta o comércio informal e se caracteriza como atividade do circuito inferior na área central da cidade, revelando como as diferentes pessoas envolvidas nessa dinâmica interagem e se relacionam. Essas atividades mostram que as relações no espaço vão mudando com o tempo, refletindo as transformações que ocorrem nesse cenário. Durante o período em que os permissionários estiveram nos moldes da forma de comércio das feiras, novos fluxos começaram a se formar, e isso acontece devido à força emergente da vida local: o comércio popular informal (Parente, 2015).

As relações comerciais dinamizaram ainda mais o entorno do mercado, a partir circulação da circulação das pessoas, resultando em melhores vendas para os permissionários, já que havia maior movimentação nas ruas. No entanto, esse crescimento também trouxe desafios, como a ocorrência de conflitos relacionadas à organização administrativa da feira.

A padronização das bancas impediu seu desmonte, obrigando os feirantes a complementarem suas exposições de forma improvisada. A falta de espaço para a exposição adequada das confecções levou os feirantes a utilizarem estantes, mesas, cabides e até partes da estrutura montada da feira. Um dos principais desafios enfrentados nessa nova dinâmica foi a dificuldade em guardar as mercadorias, já que muitos feirantes não tinham onde armazenar seus produtos e precisavam trazê-los todos os dias ou pedir para que fossem guardados em lojas do entorno.

Embora o espaço da feira funcionasse todos os dias da semana, a administração do mercado não exigiu nenhum valor pela estadia dos feirantes nesse espaço, o que ajudou a aliviar algumas das tensões financeiras enfrentadas nesse período. Em suma, a experiência dos feirantes durante esse tempo ilustra a resiliência e a adaptação do comércio popular informal diante de novas dinâmicas e circunstâncias.

Esse movimento representou uma adaptação necessária às circunstâncias daquele momento e evidencia a capacidade do comércio informal em se reinventar, proporcionando a ocupação do espaço público por permissionários que saíram de dentro da estrutura do mercado para o cenário da rua passaram à condição de feirante com o comércio da confecção.

A dinâmica temporária da feira nesse período tornou a rua um ponto de vitalidade econômica, evidenciando a força do comércio popular na atividade comercial, através da mobilização de novos fluxos comerciais destacando a capacidade dos feirantes de se adaptarem às mudanças, aproveitando a maior circulação de pessoas para impulsionar suas vendas, entretanto, frente aos desafios também expôs a fragilidade das condições de trabalho naquele momento.

Essa mudança reforça a ideia de que as feiras livres não são apenas um meio de troca comercial, mas reforça a relevância das feiras como protagonistas na revitalização das cidades, mas também uma nova forma de interação social em um ambiente urbano em constante transformação.

Palavras-chave: Circuito Inferior; Reforma; Mercado; Feira; Sobral - CE.

REFERÊNCIAS

- CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. Bol. Campineiro Geograf., v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2483>>. Acesso em: 14 maio 2025.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, L. A. A. A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S. F. GOMES, R. (org.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- PARENTE, A. M. M. Se o novo já é velho, imagine o antigo? Formação e territorialidades da Feira livre do Aprazível, Sobral (CE). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2015.
- REOLON, C. A. SOUZA, Valmir de. A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: subsídios para uma discussão. Formação (Online). n. 12 v. 2, p. 51-72, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1144/2406>. Acesso em: 14 de mai. 2025.
- SANTOS, E. Sobral – CE: Estrutura para abrigar feirantes custará R\$ 80 mil por mês! Sobral 24 horas. Notícias da bela princesa do Norte, do Brasil e do Mundo! 25 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.sobral24horas.com/2023/01/sobral-ce-estrutura-para-abrigar.html>. Acesso em: 20 de out. 2024.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVEIRA, M. L. Modo de existência da cidade contemporânea: uma visão atual dos circuitos da economia urbana. Cidades, Brasil, v. 4, n. 23, p. 23 – 48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/13236>. Acesso em: 16 maio 2025.

Henrique Eder Cavalcante Araújo
henriquecavalcantearaujo@yahoo.com.br

Tiago Estevam Gonçalves
tiagoestevam@ifce.edu.br

Maria Clelia Lustosa Costa
clelialustosa@gmail.com

UFC

Diante das transformações no sistema produtivo e tangenciadas pelo regime de acumulação flexível em ascensão, tem-se, em Fortaleza uma demonstração do avanço de uma política e governança urbana, seguindo um modelo neoliberal, que, por sua vez, se manifesta na produção do espaço urbano. Deste modo, novas configurações urbanas vêm a viabilizar o modelo de acumulação por despossessão. Neste sentido, com uma análise sobre a gestão urbano dos bens públicos, este trabalho tem como objetivo estudar os bens públicos em meio à mercantilização. Em termos de recorte espacial, haverá uma concentração na zona leste e no Antigo Sítio Cocó em Fortaleza. A base teórica e conceitual tem autores com Harvey (2020), Rojnilk (2015), Keil (2002) e Gonçalves (2023). Em síntese, identificou-se uma transformação estrutural do planejamento urbano. As novas escalas do capital vêm a alterar substancialmente, os bens públicos, que deveriam ser de uso coletivo; contudo ajustam-se ao modelo neoliberal. Este movimento tem sido algo que vai além de Fortaleza, representando, mas uma agenda de justaposição do Estado em meio as pressões das incorporadoras e investidores financeiros.

Maria Eduarda Oliveira de Lima
mariaeduardaodl@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz
geoalexandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará – UFC

O comércio possui dinâmicas e agentes próprios, que se interrelacionam com os demais setores e causam desdobramentos no espaço, principalmente urbano. A metrópole de Fortaleza tem apresentado crescimento de um segmento em especial: o supermercadista (Kosling, 2022). Esse ramo desempenha importante papel no atendimento de demandas de consumo da sociedade e suas lógicas de funcionamento e distribuição possuem desdobramentos significativos nas cidades. Temos como objetivo elaborar um panorama do ramo supermercadista na cidade de Fortaleza, de modo a compreender como essa atividade está estruturada e distribuída na malha urbana da cidade. O percurso metodológico foi dividido em 1) construção do aporte teórico; 2) busca estatística sobre o setor; 3) espacialização dos estabelecimentos; 4) sistematização e escrita. A discussão sobre os supermercados é fundamental à medida que, em cidades majoritariamente urbanas, a alimentação é atendida pelo mercado, por isso já são elementos representativos desse espaço, assim como a ida a esses estabelecimentos já é parte dos hábitos fundamentais da vida urbana (Bezerra, 2022). Em 2023, a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2024), destacou que o setor supermercadista alcançou R\$ 1.001,3 trilhão em faturamento, por meio da operação de 414.663 lojas e um alcance de cerca de 30 milhões de consumidores diários. Em 2024, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Ceará contava com 75 Hipermercados e 830 Supermercados. Desses números, parte significativa é referente à Fortaleza: 37 hipermercados e 314 supermercados. Com as descobertas da pesquisa, é possível visualizar como esse setor está atualmente distribuído e o seu alcance. Entendemos que, nesse sentido, a distribuição desses agentes comerciais na cidade altera a dinâmica urbana ao valorizar áreas, transformando diversos bairros em nichos de mercado a serem explorados, caracterizando uma nova espacialidade urbana, com dinâmica de fluxos econômicos particulares.

José Borzacchiello da Silva

borzajose@gmail.com

UFC/PUC-Rio

Fortaleza se destaca na urbanização brasileira, na condição de quarta maior cidade do país, sendo o mais importante centro urbano do estado do Ceará e um dos principais polos econômicos do nordeste brasileiro. A cidade se consolidou na segunda metade do século XIX como grande centro coletor de produtos agrários do interior cearense, especialmente o cultivo de algodão e a criação de gado. A implantação da estrada de ferro foi fundamental nesse processo.

A função de comando da cidade foi conquistada aos poucos. Realmente, a coleta e o beneficiamento da produção agrária muito contribuíram para o rápido desenvolvimento. As primeiras indústrias cearenses estavam ligadas às atividades desenvolvidas no interior; daí ter sido a indústria têxtil a que iniciou o processo de instalação industrial, base incipiente de seu desenvolvimento urbano. De forma idêntica, também os curtumes foram estabelecimentos industriais que se instalaram na cidade, revelando os vínculos estreitos mantidos entre a indústria e a pecuária, esta última, sem dúvida, a atividade que inicia a ocupação e exploração econômica no sertão cearense.

A primeira indústria do ramo têxtil foi instalada no final do século XIX - Fábrica de Tecidos Progresso – 1884 - decorrente da grande crise internacional do algodão que provocou a baixa do preço do produto, além dos altos custos de transporte e embalagem. Com o aproveitamento industrial do algodão, através de indústrias de tecidos, inicia-se o período fabril e a capital, além de exercer o papel de grande centro coletor e beneficiador de produtos primários, torna-se, aos poucos, centro de transformação da produção primária.

Explica-se o crescente desenvolvimento devido a ocorrência de extensas áreas do interior onde não existiu centro urbano intermediário o que facilitou a relação com a Capital e propiciou a estruturação de uma rede urbana vasta e eficiente.

O crescimento rápido da população de Fortaleza, a ausência quase completa de áreas dedicadas ao setor agrícola no entorno da capital, exigiu praticamente que a cidade coletasse a produção do Ceará e de áreas adjacentes dos estados vizinhos, assim como para manter sua condição primeira do centro produtor, exportador e prestador de serviços.

O patrimônio como objeto de exploração turística: o centro histórico de São Luís (Brasil)

Matheus Andrade Marques

marquesm93@hotmail.com

Eustógio Wanderley Correia Dantas

ewcdantas@gmail.com

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) – Brasil

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil

O turismo é um fenômeno que está inserido entre as principais atividades executadas pela sociedade contemporânea (século XX), a tendência de viajar e conhecer novos lugares expressa nuances de um contexto histórico que pode ser melhor apreendido através de alguns aspectos, entre esses, realçamos a globalização, desenvolvimento tecnológico e consolidação de uma nova etapa de implicações provenientes do sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, não apenas os objetos passaram a ser concebidos como elementos a serem consumidos, os lugares se demonstram espaços importantes para a economia das nações. Dessa forma, o turismo é uma atividade que passa a exercer uma notoriedade cada vez maior; uma vez que fornece contributos para alavancar a economia dos lugares.

Assim, é instaurado em diversos espaços um fenômeno cunhado como turistificação dos lugares (Machado, 2010), que seria a adequação e preparação de um eventual potencial turístico que determinados locais possuam, ênfase às cidades litorâneas; que possuem paisagens naturais que despertam interesse social; sítios históricos que preservam acervo arquitetônico constituído em séculos pretéritos; relevos e outras configurações paisagísticas que apresentam elementos naturais que despertam a visitação por parte de turistas. Dessa forma, os gestores públicos passam a elaborar estratégias para explorar estes eventuais potenciais.

Portanto, trata-se de uma estratégia do poder público em distintas esferas administrativas (local, regional, nacional ou internacional) e também da iniciativa privada que visam dinamizar a economia desses locais por meio do desenvolvimento da atividade turística. É o que ocorre em São Luís, capital do Maranhão (Brasil), um município que dispõe de um acervo arquitetônico que fora constituído durante o período colonial brasileiro, e que em razão desse aspecto passa a vislumbrar a atividade turística como um possível vetor econômico a ser explorado.

O acervo arquitetônico supramencionado está situado na região central da urbe, na área que convencionou-se denominar de centro histórico. Trata-se de um conjunto que reúne mais de três mil imóveis construídos durante o período de domínio luso no Brasil, sendo este o maior conjunto de edificações de origem portuguesa na América Latina (Burnett, 2011). Assim, essa parte do território ludovicense passa a ser planejada de modo a estabelecer o centro como principal atrativo turístico da cidade.

É com base nessa realidade que realizamos o presente estudo, a fim de discutir as implicações do planejamento e uso do centro histórico de São Luís como ambiência turística, dando destaque para a exploração do patrimônio cultural material, mas também destacando o uso das imaterialidades como atrativos culturais que colaboram para a consolidação desse espaço como ambiência voltada a visitação de turistas.

Como resultados, constatou-se que a consolidação da atividade turística no centro de São Luís propiciou melhores condições para atuação de um mercado comercial especializado, que faz uso das edificações que compõem o acervo patrimonial, bem como das ruas, praças e outros espaços do centro. Por outro lado, percebe-se uma problemática referente a manutenção de outras funções da região central de São Luís, com destaque para o setor habitacional, que passa a perder espaço na medida em que o centro se estabelece cada vez mais como um lugar voltado ao setor comercial.

O artesanato como produção do espaço público em Alcântaras/CE

Maria da Conceição de Jesus Araújo Carmo

mariadaconceicaoaraujo123@gmail.com

Luiz Antônio Araújo Carmo

luiz_goncalves@uvanet.br

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

O artesanato como produção do espaço público em Alcântaras/CE” analisa como o artesanato tradicional influencia a produção e o uso dos espaços públicos na cidade de Alcântaras, no Ceará. A pesquisa parte da compreensão de que esses espaços não são apenas locais físicos, mas também territórios simbólicos, onde se constroem identidades, sociabilidades e resistências culturais. O artesanato local — especialmente a produção de chapéus, crochê, bordados e peças em cipó — ocupa papel central na configuração desses espaços, tornando as praças, feiras e ruas lugares de encontro, memória e convivência.

A partir de uma metodologia qualitativa, que incluiu observação participante, cartografia social e entrevistas com 252 artesãos, o estudo revela três eixos principais: (i) o espaço público como lugar de visibilidade e afirmação cultural; (ii) as tensões entre tradição e mercantilização dos saberes artesanais; e (iii) o artesanato como prática de resistência e construção de sociabilidade. A análise evidencia que, embora haja tentativas de padronização e turistificação das feiras, os artesãos resistem, preservando seus modos de fazer e suas relações comunitárias. O artigo também denuncia a fragilidade das políticas públicas voltadas para o artesanato, que muitas vezes não reconhecem o valor simbólico, social e econômico dessa prática. Nesse contexto, o artesanato se afirma não apenas como meio de subsistência, mas como expressão legítima da cultura local e instrumento de reivindicação do direito à cidade. Assim, o trabalho defende que a valorização do artesanato é fundamental para fortalecer a identidade cultural e preservar os espaços públicos como lugares de criação, memória e pertencimento.

Reestruturação urbana: impactos no comércio na centralidade tradicional do bairro Montese, Fortaleza (CE)

Francisco Gabriel da Silva Neto

silvanetoalunoufc@gmail.com

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Com o advento da internet, as formas de compra modificaram a maneira como as pessoas adquirem os produtos desejados, recebendo-os no conforto de suas casas. No entanto, as lojas físicas ainda possuem um público que não abre mão de se deslocar para realizar suas compras. Diante das mudanças nas vias urbanas, decorrentes das questões de mobilidade, os lojistas têm adaptado seus estabelecimentos, ampliando estacionamentos para que os clientes possam estacionar seus carros com risco reduzidos.

Além disso, novos formatos de empreendimentos comerciais estão surgindo, revitalizando antigos espaços e concentrando o comércio nos chamados shoppings (ou malls), que oferecem amplas áreas, segurança, estacionamento e outras vantagens às quais as lojas de rua tentam se adaptar.

Este trabalho analisa a centralidade tradicional do bairro Montese, em Fortaleza (CE) que ao longo dos últimos anos, vem passando por um declínio no fluxo de pessoas em sua artéria principal, Avenida Professor Gomes de Matos. Diversas atividades econômicas e comerciais foram encerradas, incluindo serviços bancários. Além disso, prédios foram divididos e modificados, aumentando a oferta de imóveis para alugar, no entanto, muitos encontra-se desocupados.

Para cumprir o objetivo proposto, realizou-se um levantamento bibliográfico com autores especialistas em temas como comércio, centralidades urbanas e reestruturação produtiva, além de trabalho de campo para registro fotográfico e coleta de informações relevantes, como entrevistas com comerciantes e consumidores. Por meio desses procedimentos metodológicos, foi possível identificar fatores que ajudam a compreender as características dessa centralidade tradicional e as razões do declínio no fluxo de estabelecimentos ligados ao comércio.

Nas trilhas da Normalista: espaço urbano do centro de Fortaleza

Emanuelton Antony Noberto de Queiroz

emanuelron@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Maria Edivani Silva Barbosa

Claudiana Viana Godoy

Universidade Federal do Ceará

A (re)produção do espaço urbano do Centro de Fortaleza passa por transformações no tempo e espaço que faz que este bairro lócus da elite fortalezense durante o século XIX seja ocupado por outras camadas sociais de menor poder aquisitivo e em sua fase contemporânea predominantemente com atividades do setor terciário da economia, o comércio e serviços, especialmente atrelado ao público-alvo periférico de Fortaleza. Desse modo, nesta área da cidade de Fortaleza, o presente, vive em convívio com marcas do passado que já foi um bairro da elite, mediante fixos no espaço, suas praças públicas e romances do passado que narram com detalhes como foi a Fortaleza do século XIX, a exemplo do romance regionalista *A Normalista*, escrito em 1893, pelo escritor cearense Adolfo Caminha. No ensino básico de geografia, a temática relacionada ao espaço urbano, muitas vezes o livro didático traz exemplos distantes e sem sentido aos estudantes, assim diante a riqueza histórica do Centro de Fortaleza e de sua metamorfose no espaço geográfico, é uma potencial área da urbe fortalezense que através da prática de trilhas urbanas corrobora junto aos estudantes da valorização de seu espaço de vivência em compreender como se dá a transformação do espaço urbano através de um exemplo local, prática essa efetivada na Escola Estadual de Ensino Médio Justiniano de Serpa através de uma prática conjunta entre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID da Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o projeto de extensão das Trilhas Urbanas do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR também da Geografia UFC. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como o uso de romances literários e a prática de trilhas urbanas podem auxiliar no ensino de geografia sobre o estudo da transformação do espaço urbano. Como metodologia foi realizado 1) Intervenção de sala de aula, 2) análise do livro *A Normalista*, 3) Trilha urbana, 4) avaliação da atividade junto aos estudantes e 5) compartilhamento dos resultados. Os pontos da trajetória da aula de campo foram abordados numa concepção geográfica, evidenciando-se as funcionalidades e as representações sociopolíticas de cada cenário descrito nas entrelinhas do romance, com o auxílio dos conteúdos estudados em sala de aula. Os resultados obtidos foram transformados em quadros analíticos com exposição dos resultados, da aula de campo, baseados nas respostas dos questionários e na participação dos estudantes nas demais etapas do projeto.

Mobilidade e Metropolização em Rede: entre a coesão e a fragmentação sob os trilhos do espaço metropolitano de Fortaleza – CE.

Francisco Thalvanys Marques Duarte

thalvanysmarques5@gmail.com

Universidade Federal do Ceará – UFC

O presente artigo traz à tona as implicações do processo de metropolização de Fortaleza, no Ceará, sob o viés de intensa mobilidade, isto é, a locomoção que se dá através de assíduos fluxos. Diante disto, o transporte metroferroviário se destaca como um modal eficiente levando muitas pessoas em tempo mais rápido acarretando não somente uma dinâmica metropolitana bem como desencadeando implicações socioespaciais que se dá uma organização em rede em que se vigora uma relação contraditória de coesão e fragmentação. Isto posto, elucida-se este artigo fruto de uma pesquisa de procedimento metodológico de abordagem quali-quantitativa a qual se analisou um banco de dados de movimentação de passageiros que usam o trem, trabalho de campo e uma revisão bibliográfica objetivando a compreender a Rede Metropolitana de Fortaleza a partir de suas centralidades incumbidas pelo transporte metroferroviário.

Sara Videira
videira.sara@gmail.com

Universidade de Coimbra

A procura por novas formas de mobilidade leva à exploração da mobilidade aérea urbana, com destaque para os vertiportos como infraestrutura essencial. Sendo uma realidade emergente, esta comunicação tenta reunir informação que permita uma visão mais clara do futuro que nos aguarda.

O potencial para um transporte, tanto de pessoas como de mercadorias, rápido, eficiente, interligado com outros meios de transporte pode ser inovador. Com a utilização de veículos de descolagem e aterragem vertical, será possível reduzir os congestionamentos urbanos do centro das cidades. Mas para isso é necessário entender os desafios que a sua regulamentação apresenta assim como a aceitação pública a que está sujeita.

A utilização desta forma de mobilidade pode ter impacte em zonas do interior onde o despovoamento se faz notar, em zonas de montanha e em zonas de fronteira. Assim, será importante que os municípios destas zonas, em consonância com comunidades intermunicipais, estudem as vantagens e desvantagens que esta forma de mobilidade pode representar nos seus territórios, seja para o combate ao isolamento, a zonas de difícil acesso e ainda em situações críticas, de urgência e emergência.

Para isso é necessário ter infraestruturas que possam acomodar estes veículos. Entender as diferentes categorias e funções de cada uma delas é primordial. Esta comunicação tem como foco fundamentalmente as infraestruturas que se localizam em meio urbano, os vertiportos. Tornou-se fundamental entender os desafios que se devem superar, assim como aproveitar as oportunidades para garantir uma implementação segura, sustentável e benéfica para a sociedade. Entender os principais elementos de design destas infraestruturas é outro ponto essencial para a execução das mesmas, sejam eles vertiportos de superfície ou elevados.

Em termos de resultados podemos concluir que, no que toca aos veículos, infraestruturas e regulamentação, apesar de muito já ter sido feito, muito há ainda para fazer, pois o caminho será aprofundar o conhecimento desta nova forma de mobilidade aérea urbana.

Impactos e resiliência numa cidade costeira: estudo de caso de São Luís do Maranhão – Nordeste do Brasil

Reinaldo Paul Pérez Machado
rpngis@usp.br

Ulisses Denache Vieira Souza

Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Maranhão

• **Fundamentação teórica**

O aumento populacional em cidades litorâneas é um fenômeno que requer estudo para compreender os possíveis impactos causados pela pressão humana sobre esses ambientes. Ao aliar o estudo de fatores ambientais, sociais e econômicos com técnicas de análise espacial, torna-se possível entender os processos por trás da espacialização dessas transformações em cidades litorâneas (MARZOUK et al., 2021). Quando essas cidades também são ilhas, a importância de estudar os processos urbanos e seus impactos aumenta, pois são áreas frágeis e suscetíveis a efeitos naturais e antrópicos (Marengo, 2017).

No Brasil, aproximadamente 60% da população vive em cidades a 60 km da costa (IBGE, 2022). São Luís é uma dessas cidades e também é uma ilha. É a maior cidade da Ilha do Maranhão, que também é composta pelos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. A ilha de São Luís carece de um estudo específico sobre os impactos decorrentes do rápido aumento populacional, da expansão de sua área portuária e dos possíveis danos econômicos, sociais e ambientais causados pelas mudanças climáticas.

Este trabalho tem como objetivo identificar e avaliar o grau de vulnerabilidade socioambiental em áreas de expansão urbana na cidade de São Luís. O estudo será baseado na análise da pressão de drives naturais e antropogênicas, com o apoio de técnicas de análise espacial. Com isso, acreditamos que será possível compreender os possíveis danos causados pela pressão humana sobre o meio ambiente.

• **Perguntas de pesquisa**

- Quais instrumentos podem identificar o nível de vulnerabilidade aos riscos das mudanças climáticas em cidades localizadas em áreas insulares?
- Quais são as áreas de São Luís mais vulneráveis aos desafios socioambientais devido ao crescimento populacional na ilha?

• **Metodologia**

A análise foi realizada em diferentes níveis:

Nível 01: Região Metropolitana de São Luís

- Análise das transformações no uso e cobertura do solo com base em técnicas de processamento e extração de dados de nuvens orbitais do período de 2000 a 2021, obtidas da coleção 7 do Projeto Mapbiomas (2022).
- Os pesquisadores analisaram as transformações no uso e cobertura do solo de 2000 a 2021 usando dados de nuvens do Projeto Mapbiomas. Eles constataram que a duplicação da ferrovia Carajás e da BR 135 foram fatores que levaram a mudanças significativas no uso e cobertura do solo em áreas próximas a essas estradas,

por onde circulam mercadorias e pessoas, especificamente para escoar a produção de grãos e minérios pelo Porto de Itaqui.

Nível 02: Municipal

- Utilização de técnicas de análise espaço-temporal e reconhecimento de padrões na busca de possíveis correlações entre áreas de intensa transformação e expansão urbana na ilha.

Nível 03: Localidade

- Monitoramento, mapeamento e identificação das áreas com maior grau de vulnerabilidade socioambiental em São Luís e entorno.

- Resultados/descobertas

- Em termos regionais (nível 01), destacam-se: A duplicação da ferrovia Carajás e da BR 135 como fatores que promoveram mudanças significativas no uso e cobertura do solo nas áreas próximas a essas estradas, por onde circulam mercadorias e pessoas, especificamente para escoamento da produção de grãos e minérios pelo Porto do Itaqui.

- Em nível municipal (nível 02), foi identificada a construção e ampliação de estruturas de armazéns, postos de combustíveis e indústrias na área portuária, especialmente no bairro Distrito Industrial, o que se torna um fator complicador, uma vez que a legislação e os instrumentos de planejamento urbano estão desatualizados, o que pode facilitar que comunidades vizinhas sejam impactadas por essa expansão e áreas relevantes de manguezais e recarga de aquíferos sejam diretamente afetadas.

- No nível local (nível 03), foram identificadas as áreas com maior grau de vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Luís, com destaque para a supressão da vegetação, impermeabilização do solo e expansão urbana sobre os corpos hídricos.

- Conclusões

A cidade de São Luís tem vivenciado um crescimento significativo de sua área urbana na última década, principalmente no entorno da área portuária, onde houve aumento de moradias precárias e supressão de manguezais.

É fundamental atualizar e aprimorar instrumentos de planejamento urbano que considerem a particularidade de uma grande cidade em um ambiente insular ocupado por um contingente populacional considerável e processos urbanos complexos.

O fenômeno migratório na cidade metropolitana de Génova (Itália): um estudo sobre as necessidades de saúde da população migrante

Giampietro Mazza

giampietro.mazza@unige.it

Elvira Massaro

elvss.m@gmail.com

Donatella Panatto

panatto@unige.it

Nicoletta Varani

varani@unige.it

Universidade de Génova

Na época contemporânea os fenômenos migratórios contribuem fortemente para o povoamento e o despovoamento de muitas realidades territoriais. A Ligúria (Itália) caracteriza-se cada vez mais por uma distribuição heterogênea da população, que, migrando das zonas interiores e montanhosas, se deslocou historicamente para as zonas costeiras e litorais, concentrando-se sobretudo na cidade metropolitana de Génova. As dinâmicas migratórias internacionais que caracterizam a capital da Ligúria são bastante recentes, embora estejam a tornar-se cada vez mais consistentes nos processos territoriais urbanos e nas formas de utilização do espaço. Atualmente, 10% da população residente em Génova é de origem estrangeira, polarizada em certos bairros da cidade, com impactos no bem-estar social e individual destas comunidades, contribuindo para limitar a inclusão da população migrante não só na sociedade local, mas também nas intervenções de saúde pública. O objetivo deste contributo é analisar a dinâmica dos fluxos migratórios em Génova, tentando perceber as diferenças na última década quer em relação à origem dos migrantes quer em relação à sua distribuição no território municipal, procurando definir as suas necessidades de saúde, a sua perceção e as principais criticidades encontradas no acesso ao sistema de saúde.

Periferias e Periferias: entre o Planejamento Urbano e a Vivência Cotidiana

Leila de Oliveira Lima Araujo
alcalola1964@gmail.com

Universidade Federal Fluminense – NUREG

O presente estudo propõe refletir sobre a periferia, considerando-a, inicialmente, como um conceito difícil de delimitar e vago ao longo do tempo. Tradicionalmente, foi caracterizada de forma geométrica, uma vez que as áreas situadas fora do centro urbano eram mensuradas pelo grau de afastamento em relação a ela. No entanto, tanto em termos sociais quanto naturais, essas áreas não se constituem de forma homogênea nem circular. Quase tudo pode ser considerado periferia, em diferentes tempos e geografias, como lugar ou composição (DOMINGUES, 2007). Isso demonstra que existem múltiplas periferias, com formas, funções, estruturas e processos próprios (SANTOS, 2008), já definidos ou ainda em processo de definição, podendo relacionar-se com o centro urbano mais próximo ou mais distante. Essa relação remete à metrópole, numa outra escala de compreensão da cidade, onde o território passa a ser organizado por redes e fluxos. Como lugar onde a vida urbana acontece, as periferias articulam técnicas para estabelecer diálogos no espaço e no tempo, imprimem identidades, pertencimentos e representações locais e globais. Notadamente, carregam uma história particular que envolve seus sujeitos, mesclando forma e aparência, definidas e concebidas no espaço. As áreas periféricas europeias, norte-americanas, latino-americanas — como a brasileira — revelam modos de habitar, estilos de vida, violências, serviços e estruturas viárias. Todas essas experiências se diferenciam e levantam inúmeros questionamentos sobre sua organização e constituição, os quais, em sua maioria, privilegiam a relação centro–periferia, negligenciando a articulação entre periferias e periferias, e seus sujeitos. A reprodução da vida humana, presente na periferia urbana, não exerce uma ação neutra sobre o espaço. Ao contrário, ela permite que o espaço periférico, construído com suas contradições e conflitos, interfira no cotidiano e na cultura, manifestando-se por meio dos modos de habitar, transitar, consumir, dialogar e refletir a sua dinâmica. Por tudo isso, embora a periferia seja um conceito teórico importante e relevante para a Geografia e para as dinâmicas do planejamento urbano, ela é, sobretudo, um lugar — e, como tal, deve ser compreendida dentro do processo de urbanização, em suas múltiplas escalas.

Planejamento urbano na perspectiva da logística e da circulação de mercadorias na Região Metropolitana de Fortaleza

Carlos Wesley Freire da Silva
wesleygeografiaufc@gmail.com

Maria Clélia Lustosa Costa
cleialustosa@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

O planejamento empregado na circulação de mercadorias materializa-se no espaço, e por tanto deve ser compreendido para que se possa aperfeiçoar este sistema, tal como buscar medidas que visem uma diminuição dos impactos causados por esta atividade. O objetivo geral deste estudo é analisar os principais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza através de seus respectivos padrões de organização espacial, e como estes ajudam no escoamento de mercadorias. Para isso, será levado em conta a infraestrutura viária, os meios de transporte, políticas públicas, e outras eventuais estruturas que permitam a realização de fluxos. A metodologia adotada consistiu-se em análise bibliográfica, para embasamento teórico a fim de informar, argumentar e questionar aspectos relacionados à pesquisa; utilização de softwares como SIGs e canais de dados para uma espacialização e georreferenciamento; visitas a campo para contrapor o empírico com o teórico. Dentre os resultados parciais, destaca-se a primazia da capital Fortaleza, por esta, diante da lógica ser a cidade mais dotada de infraestrutura e tecnologia, além da mais populosa e mais economicamente estável. No entanto, espera-se ainda uma parcela de expressividade dos municípios limítrofes à Fortaleza, apropriando-se de possíveis dinâmicas relacionadas à proximidade, e que também possuem estruturas logísticas importantes. A pesquisa ainda aponta outros municípios cujas características ímpares lhes dão certa importância, como é o exemplo de Paraipaba, detentora de um perímetro irrigado e um dos maiores municípios distribuidores de produtos agrícolas do Ceará.

O planejamento urbano de Fortaleza no século XXI: a influência do discurso higienista na proposta de revisão do Plano Diretor Participativo 2009

Juliana Oliveira Andrade
andradeh.julianas@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Este trabalho realiza uma análise inicial da proposta de revisão do Plano Diretor da cidade de Fortaleza - CE. Ao abordar o planejamento urbano da cidade de Fortaleza, considera-se a influência do modelo urbanístico que se orienta no conjunto de teorias e práticas político-sociais do pensamento higienista na gestão do território e ferramenta para a coesão social. A cidade para todos garantida pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que institucionaliza a participação da sociedade na elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores, projeta questões que conflitam com modelos urbanísticos hegemônicos promovidos pelo estado à revelia da cidade que é. Deste modo, a análise admite a hipótese que o higienismo não foi superado enquanto padrão urbanístico e que este se reelabora adaptando-se aos cruzamentos sociais dos novos contextos que se apresentam na cidade de Fortaleza. O estudo revisita a historicidade higienista na construção da metrópole fortalezense e a evolução do pensamento higienista na sociedade brasileira e aos desdobramentos que ainda ecoam na atual Fortaleza para traçar paralelos ou rupturas no instrumento de planejamento atual.

[DES]ARQUIVO: Castelo Branco, cidade imaginada – projetos não construídos em exposição

João Pedro Antunes Dias
joaodias@live.it

iA* - Unidade de Investigação em Artes da UBI

Os projetos de arquitetura não construídos representam um património documental pouco conhecido que reflete as ideias, estratégias e debates urbanísticos de cada cidade. O seu estudo permite compreender as tendências e ambições de cada época, mas também os motivos que levaram à interrupção destas propostas, frequentemente por razões políticas, económicas ou pela sua contestação pública.

A presente investigação aborda uma seleção de projetos arquitetónicos não edificados, pensados para a cidade de Castelo Branco, analisando-os através da documentação depositada em diversos arquivos de arquitetura. O mapeamento, recolha, digitalização e análise desses projetos permite recuperar fragmentos de uma cidade imaginada, evocando o seu potencial e revelando como as propostas poderiam ter moldado uma cidade diferente.

Esta pesquisa também procura contribuir para a valorização dos arquivos de arquitetura, conferindo-lhes uma visibilidade alargada junto do público em geral, enaltecendo a sua função enquanto fonte essencial para o estudo e preservação do património arquitetónico e como agente impulsor de novos debates sobre a identidade urbana e o futuro das cidades.

O estudo realizou um mapeamento de processos e documentos arquitetónicos, dispersos por instituições de memória locais e nacionais, com o objetivo de identificar projetos arquitetónicos concebidos para a região de Castelo Branco ao longo do século XX. A metodologia adotada explorou também fontes complementares, incluindo hemerotecas, coleções fotográficas, bibliotecas, espólios e acervos privados.

O projeto de investigação propõe ainda um exercício de acesso e difusão cultural através do planeamento e execução de um projeto expositivo, que visa tornar acessível ao público este património que ficou em suspenso. Esta exposição será realizada em Castelo Branco e apresentará uma seleção de projetos que se destacam pela qualidade da composição espacial, volumétrica, plástica ou estética e que refletem abordagens inovadoras em termos de linguagem arquitetónica, contextualizando-os na evolução urbana da cidade.

O trabalho não pretende limitar-se ao resgate de propostas esquecidas, mas também gerar novos debates sobre o papel da arquitetura na construção de uma identidade coletiva e sobre as oportunidades de reinterpretação desses projetos.

Em paralelo com a vertente expositiva, serão abordados temas como o reuso e a transformação da arquitetura moderna. Neste contexto, a documentação arquivística pode assumir um papel preponderante, não apenas como memória, mas também como instrumento de inspiração para novas abordagens ao espaço construído.

Ao visitar projetos que nunca saíram do papel, esta investigação propõe que possam ser reavaliados com distanciamento e à luz dos debates e desafios urbanos contemporâneos.

E4

Sociedade e território: dinâmicas socioeconômicas em diferentes contextos territoriais



E 4.1

Colonialidade em Tempos de Crise: A Disputa pelos Territórios Tradicionais no Brasil

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andreasertao@gmail.com

Universidade Estadual de Montes Claros

Os povos tradicionais no Brasil constituem grupos étnicos, portadores de modos de vida singulares, que lhes conferem identidades e direitos específicos. São grupos que mantêm com a natureza e com o modo de viver relações que são passadas entre gerações e constituem relações de propriedade comum da terra, além de saberes tradicionais que possibilitam a reprodução da vida no território. No entanto, o atual modelo desenvolvimentista tem promovido a aceleração de processos violentos despossessão territorial através de múltiplas frentes: a modernização agrícola predatória, a expansão de megaempreendimentos (como projetos minerários, complexos energéticos e monoculturas em larga escala) e a persistência da grilagem de terras. Esses fenômenos conjugados resultam na sistemática expulsão de comunidades inteiras e na expropriação de terras tradicionalmente ocupadas.

Essa dinâmica espoliativa revela a permanência de estruturas coloniais que subordinam direitos históricos a interesses econômicos imediatistas, frequentemente respaldados por políticas estatais. A garantia efetiva desses territórios tradicionais configura-se não apenas como condição essencial para a reprodução física e cultural dessas comunidades, mas como mecanismo fundamental de ruptura com os ciclos perversos de espoliação que aprofundam desigualdades regionais e sociais. A proteção desses espaços constitui, portanto, um contraponto fundamental às lógicas predatórias dominantes, assegurando condições dignas de reprodução social e mantendo ativos conhecimentos tradicionais essenciais para o equilíbrio socioambiental. Mais que uma questão fundiária, trata-se de uma disputa entre diferentes racionalidades civilizatórias, onde a permanência dos territórios tradicionais expressa formas concretas de relação entre sociedade e natureza, fundamentadas em outros paradigmas de coexistência com o ambiente.

Nova Cartografia Social: A migração e os saberes locais nas Comunidades Tradicionais do Médio Rio São Francisco

Thays Malveira Ruas

thaahmalveira1313@gmail.com

Universidade Estadual de Montes Claros

O presente trabalho tem como principal foco as transformações dos saberes nas Comunidades Tradicionais do Médio Rio São Francisco, após a realização de processos de migrações internas. A pesquisa está em construção através do projeto Nova Cartografia Social de Comunidades Quilombolas do Nordeste, entretanto, analisar os dados que serão apresentados, é notório que a garantia de direitos – especialmente territoriais – por essas comunidades (Zhour, 2015), torna estes indivíduos como os principais atores enquanto coletivos, na busca pela garantia de direitos, como cunha (Touraine, 2009). Utiliza-se como metodologia a revisão de literatura, a participação em grupos de estudos sobre migração e a pesquisa de campo com observação e entrevistas junto a comunidades quilombolas. Faz-se relevante chamar a atenção para a produção de aprendizado como forma de integração comunitária, analisando a obtenção de novos saberes adquiridos no ato de migrar, e como moldam o ambiente da coletividade ao haver um retorno para a comunidade, a fim de se colocarem enquanto agentes sociais frente a megaempreendimentos e o Estado, enquanto são violentados e subalternizados. Busca-se compreender a obtenção de novos saberes adquiridos no ato de migrar, e como estes modificam as pessoas e os lugares. A cartografia social é uma possibilidade de descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões e voltada para múltiplas ‘experimentações’ fundadas, sobretudo, num conhecimento mais dentro de realidades localizadas (ALMEIDA, 2013).

Dossiê Povos Originários: o Maranhão na Cartografia dos Séc. XVI- XVII - no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro -RJ

Grete Soares Pflueger

gretepfl@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

O artigo busca trazer uma nova abordagem na análise da cartografia do século XVI-XVII do Estado do Maranhão nos mapas que compõem a coleção do dossiê intitulado: “Povos originários”, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Neste Acervo organizado como subsídios a agenda 2030 da ONU e ao debate do marco temporal indígena no Brasil o Maranhão está presente nos mapas do Brasil do século XVI pela representação simbólica do Rio Maragnon e pela representação de pontos de destaque no litoral, uma tríade simbólica, representada por desenhos diversos demonstrando a força de seu lócus no período pré-colonial e colonial. Os pontos representados são as aldeias de Tapuitapera, o Rio Itapecuru e a ilha grande de São Luís e cidade de Nazaré, acesso imaginários ao Peru e lugares onde havia grandes aldeamentos indígenas tupinambás, aldeias de brancos, vilas coloniais e projetos de vilas que foram marco das disputas do território por franceses, portugueses e holandeses, onde o efêmero projeto da França equinocial foi implantado em 1612, disputado e vencido em batalhas pela colonização portuguesa. A pesquisa busca suporte teórico no entendimento do mapa como instrumento de poder e dominação e busca organizar a cartografia do Estado com um novo olhar decolonial da conquista do território. A cartografia foi complementada pelos relatos dos padres capuchinhos franceses Claude Abbeville e Yves d’Evreux que documentaram a presença indígena e hábitos e costumes do Maranhão no século XVII.

Francisco José Araujo
franciscoearaujo@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Este trabalho realiza uma retrospectiva analisando os diferentes níveis da dinâmica social, os processos a ela subjacentes e os referidos contextos, no período decorrido após os primeiros trabalhos de campo realizados na comunidade Moreira, na década de 1990. Baseia-se teoricamente na concepção de rede e identidade (nós) (Castells, 1999; Latour, 2005) e nos princípios de conectividade, interdependência, dinamismo e contexto. A comunidade Moreira, na divisão político-administrativa do Estado brasileiro é um povoado rural, pertencente ao município de Itapecuru-Mirim, estado do Maranhão (Brasil). Por outro lado, politicamente, está vinculada ao movimento identitário de territórios quilombolas, que luta pelo reconhecimento de direitos relacionados à igualdade de cidadania e contra as mazelas herdadas do período escravocrata.

A pesquisa fundamenta-se na análise de documentos e em entrevistas com as partes mais interessadas e envolvidas nesses processos de interação. Discute-se como essa coletividade (nós) e como cada sujeito atuam simultaneamente em diferentes espaços e contextos. Os resultados apontaram para uma multiplicidade de redes de relações humanas e destas com os desafios do ambiente natural e político em que vivem, por meio das quais essa coletividade é constantemente construída.

Andreia Ferreira dos Santos
andreaiferreirasaulo@gmail.com

Andreá Maria Narciso Rocha de Paula

Unimontes

Este trabalho discute o protagonismo das mulheres do Quilombo de Raiz, situado no município de Presidente Kubitschek (MG), uma das seis comunidades que integram o primeiro Sítio do Patrimônio Agrícola Mundial reconhecido no Brasil pela FAO/ONU. Esse reconhecimento internacional destaca a relevância dos modos de vida tradicionais e dos saberes ancestrais presentes no território, especialmente aqueles cultivados pelas mulheres quilombolas, guardiãs da biodiversidade e da cultura do cerrado mineiro. As práticas cotidianas dessas mulheres envolvem o manejo sustentável dos quintais agroflorestais, a coleta das flores sempre-vivas que são mais de 300 espécies incluindo cipós e ornamentais. E com uma dessa espécie o capim dourado os quilombolas fazem artesanato um sistema complexo de conhecimentos ecológicos tradicionais, que articula trabalho, espiritualidade, cuidado e identidade étnico-territorial. O artesanato, por sua vez, não é apenas uma atividade econômica, mas também um instrumento de resistência e afirmação cultural. Tais práticas expressam uma relação simbiótica com o território, baseada na reciprocidade, no respeito à natureza e na continuidade intergeracional dos saberes. No entanto, essas mulheres enfrentam crescentes ameaças, com a perda do território de uso comum, processos de desterritorialização e conflitos socioambientais ligados à expansão das monoculturas da mineração. Em resposta, elas reinventam suas práticas e reafirmam suas identidades, fortalecendo a luta coletiva por permanência, dignidade e autodeterminação territorial. Este protagonismo feminino revela uma reexistência que transforma a vida cotidiana em um campo de resistência e de construção de futuros possíveis e sustentáveis.

Entre a formalidade e a omissão: os limites dos termos de ajustamento de conduta (TACS) na reparação de danos a comunidades tradicionais

Lara Mendes Saraiva
academicamendeslara@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula
andrea.paula@unimontes.br

Universidade Estadual de Montes Claros

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), previsto no art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/1985, permite que órgãos como o Ministério Público obtenham compromisso de adequação por parte dos interessados, com eficácia de título executivo extrajudicial. Contudo, a prática revela descompasso entre a norma e sua aplicação territorial, especialmente na proteção de modos de vida de comunidades tradicionais. Analisa-se a aplicação dos TACs nas comunidades do Sobrado (MG), propondo revisão dos critérios para assegurar que não ocorram crimes ambientais e territorial aos povos tradicionais. Utilizando o método qualitativo analisou-se instrumentos jurídicos e impactos socioambientais na comunidade geraizeira, além da revisão de literatura, onde foi avaliado a eficácia dos TACs como instrumentos de justiça socioambiental. A efetividade dos TACs é questionada, pois não garantem a restauração ambiental (Wachholz, 2016). Em 2009, foi firmado um TAC na Comunidade Geraizeira do Sobrado em Rio Pardo de Minas, após denúncia de desmatamento com impactos hídricos (Silveira, 2014). O TAC previa a desocupação da Fazenda do Sobrado e criação de uma Unidade de Conservação, mas, até 2015, o acordo não foi cumprido, onde também não previa reparação dos danos aos modos de vida tradicionais. A tecnicidade dos TACs ignora a relação entre homem e natureza (Little, 2002), revelando a dificuldade em reconhecer as formas tradicionais de apropriação do território e contribuindo para o modo de vida dessas comunidades. Embora os TACs sejam instrumentos que tem como objetivo facilitar e prevenir danos, sua lógica burocrática e técnica reforça desigualdades entre Estado, empresas e comunidades tradicionais, ignorando suas especificidades. A da comunidade de Sobrado demonstra a passividade governamental e a falta de penalidades, devido à ausência de cláusulas vinculativas e fiscalização.

Ordenação territorial de comunidades tradicionais: um estudo de caso da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde/Beberibe/Ceará/Brasil

Sarah Carneiro Araújo Fermanian
sarahcarneiroaraujo@gmail.com

Sheila Cavalcante Pitombeira
sheilapitombeira@gmail.com

URCA e UNIFOR

A gestão territorial das comunidades tradicionais, especialmente aquelas localizadas em áreas de alta pressão de interesses econômicos, ainda apresenta uma lacuna significativa no estudo das dinâmicas territoriais e da preservação ambiental no Brasil. A regularização fundiária, a implementação de políticas públicas adequadas e a interação entre as diferentes esferas de governo são desafios persistentes que afetam o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. A presente pesquisa pretende preencher essa lacuna, ao analisar como as políticas de regularização territorial, implementadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e outros órgãos públicos, influenciam a gestão da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde e a proteção dos direitos territoriais da sua população nativa. A comunidade da Prainha do Canto Verde, localizada no município Beberibe, no Ceará, é um exemplo significativo das dinâmicas territoriais de comunidades tradicionais extrativistas e sua relação com a gestão ambiental sustentável. Composta por 120 famílias de pescadores artesanais, a comunidade ocupa uma área reconhecida como Reserva Extrativista (RESEX) desde 2009, por meio do Decreto de 5 de junho de 2009. A sua criação teve como objetivo conciliar a preservação dos ecossistemas costeiros e marinhos com o uso sustentável dos recursos naturais, e a preservação do modo de vida tradicional da comunidade, conforme estabelece a Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). No entanto, ainda existem obstáculos significativos para a implementação eficaz dessas políticas, como a falta de fiscalização e a resistência de outros setores da sociedade. Em 2024, o IDACE regulamentou a Lei 17.533/2021 por meio do Decreto 36.036/2024, que estabelece as diretrizes para a regularização territorial das comunidades tradicionais no Ceará. Este decreto possibilita a doação de terras públicas e a criação de projetos de assentamento, com o objetivo de garantir os direitos territoriais das populações tradicionais e promover o desenvolvimento sustentável. Este estudo utilizará uma abordagem bibliográfica e documental, aliada ao estudo de caso da Prainha do Canto Verde, para entender como as políticas de regularização fundiária influenciam a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local. A pesquisa pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas territoriais e das complexidades regulatórias enfrentadas pelas comunidades tradicionais extrativistas, ao analisar a interação entre políticas públicas, direitos territoriais e práticas de gestão sustentável.

E 4.2

Da Legislação à Ação: A Resposta das Políticas Públicas à Pobreza Energética em Contexto de Transição Verde

Tiago Mesquita

tiago.mesquita@fl.uc.pt

Ana Horta, Luísa Schmidt

Helena Nogueira

Centro de Investigação em Antropologia e Saúde - Universidade de Coimbra; Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa

A transição verde, enquanto processo orientado para a descarbonização da economia, a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental, coloca novos desafios às sociedades contemporâneas, exigindo políticas públicas que assegurem não apenas os objetivos climáticos, mas também a coesão social. Neste contexto, a pobreza energética (PE) surge como uma preocupação central: à medida que se reestruturam os sistemas energéticos e se implementam medidas de descarbonização, persistem — ou mesmo agravam-se — desigualdades no acesso a serviços energéticos essenciais. A transição verde, se não for conduzida com critérios de justiça social, poderá aprofundar situações de vulnerabilidade energética, afetando particularmente os agregados familiares de baixos rendimentos e com outros fatores de vulnerabilidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel das políticas públicas na articulação entre transição verde e mitigação da PE, destacando a sua relevância para garantir uma transição justa e inclusiva. Para tal, recorre-se a uma abordagem qualitativa e documental, centrada na análise de relatórios e estratégias emanados de instituições europeias (Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho Europeu), de organismos internacionais (Energy Poverty Advisory Hub, Agência Europeia do Ambiente) e de entidades governamentais portuguesas. São também considerados instrumentos legislativos nacionais, nomeadamente decretos-lei e resoluções do Conselho de Ministros publicados em Diário da República. A análise crítica deste corpus documental visa identificar os principais enquadramentos estratégicos, os mecanismos de resposta à PE e os desafios persistentes na coordenação entre objetivos ambientais e sociais. Pretende-se, assim, contribuir para a reflexão académica e política sobre o desenho de políticas públicas que promovam simultaneamente a transição ecológica e a justiça energética.

Referências bibliográficas:

Adom, P. K., Amuakwa-Mensah, F., Agradi, M. P., & Nsabimana, A. (2021). Energy poverty, development outcomes, and transition to green energy. *Renewable Energy*, 178, 1337–1352. <https://doi.org/10.1016/j.renene.2021.06.120>

Carfora, A., & Scandurra, G. (2024). Boosting green energy transition to tackle energy poverty in Europe. *Energy Research & Social Science*, 110, 103451. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103451>

Delicado, A., Horta, A., & Fonseca, S. (2014). Energia: das fontes à eficiência energética. In L. Schmidt & A.

Delicado (Eds.), *Ambiente, alterações climáticas, alimentação e energia* (pp. 145–197). ICS.

Ferrão, J. (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (2ª ed)

Horta, A., & Gomes, C. (2023). Alterações climáticas e energias. In L. Schmidt (Ed.), *50 anos de políticas ambientais em Portugal: Da Conferência de Estocolmo à atualidade* (2211ª ed., pp. 265–301). Edições Afrontamento.

Schmidt, L. (2023). Enquadramento e transversalidades. In L. Schmidt (Ed.), *50 anos de políticas ambientais em Portugal: Da Conferência de Estocolmo à atualidade* (2211ª ed., pp. 121–155). Edições Afrontamento.

Schmidt, L. (2023). Portugal facing climate change: Deep problems, sluggish responses, but hopeful prospects. In M. Kaeding, J. Pollak, & P. Schmidt (Eds.), *Climate change and the future of Europe*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-23328-9_21

Torres, P. H. C., Urbinatti, A. M., Gomes, C., Schmidt, L., Leonel, A. L., Momm, S., & Jacobi, P. R. (2021). Justiça climática e as estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e em Portugal. *Estudos Avançados* (35, pp. 159-176).

Estudo comparativo entre Vila Nova de Poiares (Região Centro, Portugal) e Rio Preto da Eva (Amazonas, Brasil) o envelhecimento ativo em territórios de baixa densidade populacional: desafios e perspectivas”

Ralcilene Santiago da Frota

lenesantiago40@yahoo.com.br

Universidade de Coimbra

A pesquisa será realizada em Portugal, em Vila Nova de Poiares e Rio Preto da Eva- Brasil, será adotado métodos de pesquisa que utilizem técnicas narrativas de estudo de casos, entrevistas semi estruturadas, pesquisa participante, grupos focais para compreensão da realidade vivenciadas pelas pessoas no processo de envelhecimento em Vila Nova de Poiares, em Portugal e Rio Preto da Eva, Brasil.

Inicialmente, será realizada uma revisão sistemática da literatura. Essa seleção e coleta dos estudos irão ocorrer em diversas fases, visando restringir a pesquisa, será empregada uma busca avançada na plataforma de pesquisa Scopus e Scielo das palavras – chaves do tema. Os termos mais recorrentes nos trabalhos que serão consultados: idoso (old person, elderly, old adult), envelhecimento humano (human ageing), geografia do envelhecimento (geography of aging ou geography of ageing), qualidade de vida (quality of life), bem-estar (wellbeing), cotidiano (everyday life), vida longa (long life), envelhecimento ativo (active aging), envelhecimento saudável (healthy aging) e hábitos e práticas saudáveis (healthy habits ou healthy practices). Com isso, a string de busca aplicada na scopus foi: (“old* person” OR elderly OR “old* adult*” OR “human ageing” OR “human aging”) AND (geograp* OR spatial* OR space)) AND (“quality AND of AND life” OR wellbeing OR “active AND ag*” OR “healthy AND ag*” OR “health* AND habit*” OR “health* AND practice*”).

Em seguida pesquisas será efetuada nos formulários google forms, para um público alvo de 70 pessoas, em cada território, poderá também ser realizada se for possível, presencialmente ou online.

Os grupos focais serão realizados 2 em cada localidade, que serão com metodologias participativas e inovadoras com relatos de narrativas dos participantes na construção de suas linhas da vida, de suas jornadas e temas escolhidos, com muita oralidade, trocas de experiências, com os envolvidos numa construção dialógica do aprendizado.

As metodologias Inovadoras serão um referencial para avanço da pesquisa para interagir com as pessoas, num processo de escuta ativa, dinâmicas grupais e também a utilização de algumas práticas integrativas como a dança, Yoga do riso, Yoga, brincadeiras lúdicas e outras ferramentas para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados serão considerados a partir da análise dos formulários, relatos das vivências compartilhadas para construção de um material escrito e oral da jornada de envelhecimento no Brasil e em Portugal.

O Caminhar do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho na luta pelos direitos e saúde das mulheres

Virgínia da Silva Corrêa

virginia.correa@fiocruz.br

Gislei Siqueira Knierim

gislei.knierim@fiocruz.br

Luiza Dutra Garcia

luiza.garcia@fiocruz.br

Fátima Cristina Cunha Maia Silva

fatima.silva@fiocruz.br

André Luiz Dutra Fenner

andre.fenner@fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (Brasília)

O trabalho busca refletir sobre a importância de integrar as questões de gênero no desenvolvimento de políticas públicas de saúde e a atuação do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT), da Fundação Oswaldo Cruz Brasília (Fiocruz Brasília) nesse processo. Discute iniciativas voltadas para a promoção da saúde integral das mulheres, em especial as mulheres do campo, da floresta e das águas. Com o objetivo de apresentar reflexões e contribuições referente a experiência e vivências com a formação-ação de mulheres na saúde. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. A metodologia utilizada foi a análise de relato de experiências de práticas de formação-ação, por meio da observação participante. E destaca os diversos projetos que abordaram temas relacionados à saúde, ambiente e trabalho voltados para o empoderamento, visibilidade e o fortalecimento das mulheres em suas comunidades, qualificando-as a lidar com as desigualdades sociais e de gênero que impactam sua saúde e seus direitos.

Aline Pascoalino
apascoal@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Ao considerar as dinâmicas territoriais em tempos de incertezas, não há como desvencilhar a relação cidade-saúde-vulnerabilidade como uma grande questão de saúde pública diante das emergências climáticas. O caminho percorrido pela sociedade tem resultado uma miríade de impactos que não afetam apenas o lugar que originou as condições para tal, mas que reverberam em escalas mais amplas. Os desafios convergem, portanto, para questões ambientais que se manifestam de modo mais abrangente, com riscos e perigos em diversas escalas, cujas incertezas também exigem processos gestores que incorporem dinâmica e complexidade sistêmica. A crise climática global do presente deixa de ser, portanto, uma preocupação da saúde ambiental e constitui um dos grandes problemas de saúde pública, pois pode resultar no comprometimento nocivo da qualidade dos componentes de todas as esferas ambientais, por isso o sentido também de emergencial – o que exige ações imediatas perante incertos cenários de riscos que advirão na evolução do processo de mudanças, e que certamente, resultarão riscos para a saúde humana, não apenas de forma direta. A ausência do diagnóstico nas escalas refinadas do clima retarda ações governamentais mais coerentes e assertivas, o que impacta diretamente na escala de geração e de experiência individual e coletiva dos riscos e perigos. Como a diversidade regional e intermunicipal podem apresentar contextos territoriais bastante díspares, ressalta-se a necessidade de estudos que construam um aparato base para subsidiar a gestão das políticas públicas em conformidade à realidade geográfica diversa diante das (in)certezas dos cenários presentes e futuros no contexto das mudanças climáticas. No território brasileiro, historicamente, eventos climáticos extremos tendem a deixar um rastro de impactos em sua interação com o território despreparado para recebê-los, o que se torna um grande problema para a saúde pública. Apesar de nos últimos decênios ter ocorrido uma abertura às discussões sobre riscos ambientais e climáticos, o processo de gestão prévia ainda é muito incipiente, e conseqüentemente, eventos de maior magnitude tendem a gerar impactos negativos que afetam a população em todas as regiões do território nacional, o que sinaliza para a necessidade de gestão e monitoramento conforme as características climáticas e as especificidades e necessidades regionais de um território de dimensão escalar continental. Diante do exposto, o presente estudo segue no sentido de abordar as relações entre a emergência climática e a saúde pública, com ênfase nas cidades da Região Metropolitana de Campinas-SP.

Tiago Batista Moreira
tiagomoreira.progeo@gmail.com

Maria Clélia Lustosa Costa
cleialustosa@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Fluxos de informações, capital, pessoas e mercadorias — a globalização transformou a dinâmica de diversos setores da economia e sociedade. Esse fenômeno não se restringe às atividades lícitas/legais, está presente também em uma dimensão que favorece a expansão e diversificação das atividades ilícitas, que se beneficiam direta e indiretamente desse contexto para multiplicarem seus lucros. Nesse sentido, nosso trabalho analisará a condição do tráfico de drogas ilícitas como atividade que articula diferentes territórios em escala mundial, potencializado pelo contexto da globalização. Para isso, partimos de uma revisão de literatura (Labrousse, 2010, Campos, 2014, Machado, 1996) e levantamento de dados, a partir da UNODC (2024), proporcionando bases para construção cartográfica e análise do fenômeno. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC (2024), o número de pessoas que utilizaram algum tipo de droga em 2022 cresceu 20% em relação à década passada. Os impactos do crescimento desse número podem ser evidenciados em diversos territórios, de diferentes formas, que vão desde a condição de agravamento do problema na ordem de saúde pública, chegando a complexa questão da segurança pública e a soberania nacional, agravando o avanço e fortalecimento de grupos do crime organizado e os tensionamentos em territórios fronteiriços. Estamos diante de uma atividade transnacional que, por meio do extenso mercado de drogas (cannabis, opioides, cocaína e sintéticas), elenca territórios da produção, trânsito e consumo. Esses territórios resguardam diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico, contudo a lógica dos circuitos do tráfico de drogas consegue desmembrar funções e, ao mesmo tempo, articular uma rede que conecta esses espaços às demandas desse mercado. Em suma, o tráfico de drogas se consolida no século XXI como um problema de ordem mundial, com repercussões em diferentes escalas. Dessa forma, reconhecer sua dimensão e geograficidade é um dos caminhos para compreensão do fenômeno.

Bárbara Monteiro

ba_monteiro12@hotmail.com

Isabel Lopes

icalopes@hotmail.com

Daniel Riso

danielriso@gmail.com

ULS Guarda

Palavras-chave:

Segurança do doente, Segurança na medicação, Medicamentos LASA, MAM, MAV, Norma nº 008/2023

Resumo:

Os Medicamentos LASA (Look-AlikeSound-Alike) e MAM (Medicamentos de Alerta Máximo) estão associados a elevado risco de erro na prática clínica. Em Portugal, a Direção-Geral da Saúde consolidou as orientações sobre estes medicamentos na Norma nº 008/2023, que revoga normas anteriores (nº 020/2014 e nº 014/2015). Esta nova norma integra ambos os grupos na categoria de Medicamentos de Alta Vigilância (MAV) e estabelece requisitos obrigatórios para instituições de saúde, como listas atualizadas, dupla verificação, sinalização gráfica diferenciada, formação contínua e utilização de alertas informáticos. Esta comunicação analisa a evolução normativa e reforça a importância da sua implementação sistemática na prevenção de incidentes de medicação e promoção da segurança do doente.

Objetivo:

Analisar a evolução das normas portuguesas sobre medicamentos LASA e MAM, destacando as alterações introduzidas pela Norma nº 008/2023 (MAV) e o seu impacto na segurança do medicamento.

Metodologia:

Revisão das normas publicadas pela Direção-Geral da Saúde (DGS), com análise comparativa da Norma nº 020/2014 (LASA), nº 014/2015 (MAM) e nº 008/2023 (MAV-Medicamentos de Alta Vigilância). A avaliação incidiu sobre conteúdos técnicos, obrigações institucionais e implicações práticas.

Resultados:

A Norma nº 008/2023 revogou as normas anteriores, unificando os conceitos de LASA e MAM na categoria de Medicamentos de Alta Vigilância. Introduz medidas reforçadas: listas obrigatórias e atualizadas, dupla verificação, sinalização gráfica diferenciada (incluindo Tall Man Lettering), integração de alertas em sistemas informáticos, formação contínua dos profissionais e envolvimento ativo dos doentes.

Conclusões:

A evolução normativa reflete um avanço significativo na gestão do risco medicamentoso. A Norma nº 008/2023 promove uma abordagem sistémica, preventiva e adaptada à realidade institucional, consolidando Portugal entre os países que seguem as melhores práticas internacionais em segurança do doente.

Referências bibliográficas:

- Direção-Geral da Saúde. Norma nº 008/2023 – Medicamentos de Alta Vigilância.
- Direção-Geral da Saúde. Norma nº 020/2014 (atualizada em 2015) – Medicamentos LASA.
- Direção-Geral da Saúde. Norma nº 014/2015 – Medicamentos de Alerta Máximo.
- WorldHealthOrganization. Look-Alike, Sound-Alike Medication Names. PatientSafetySolutions, 2007.
- Institute for Safe Medication Practices (ISMP). Guidelines and High-Alert Medications Lists.

Lívia de Oliveira Lima Cavalcanti de Araujo

liviacavalcanti@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Desde o mestrado, minha pesquisa tem como foco uma reflexão crítica sobre a integridade da pesquisa e os impactos dos desvios de conduta no meio científico — impactos que afetam não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade como um todo. Esse estudo, iniciado no mestrado, encontra-se em fase de aprofundamento no doutorado, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre esse fenômeno, que não se limita à Ciência da Informação, mas a todos os campos do conhecimento. Busca-se, assim, mapear os principais termos recorrentes na literatura especializada, ao mesmo tempo em que se introduzem novas abordagens, como a ansiedade da informação — um fator relevante que influencia diretamente a atuação de muitos pesquisadores.

Considerando o tema desta edição do Curso de Verão, é inegável que essas fraudes geram problemas que influenciam as dinâmicas territoriais em tempos de incerteza, especialmente no que diz respeito ao financiamento das pesquisas e às disparidades entre o Norte e o Sul Global. Observa-se a ocorrência dessas fraudes no campo científico, que Bourdieu (1983) define como “sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), [sendo] o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.” (BOURDIEU, 1983, pp. 122-123).

Tomando essa afirmação como ponto de partida, este trabalho se propõe a investigar como as disputas no campo científico impactam o fazer científico em sua totalidade.

Francisco Samuel Gomes de Araújo
samuelaraujo1983@gmail.com

José Borzacchiello da Silva
borzajose@gmail.com

Universidade Federal do Ceará-UFC

A Educação a Distância (EaD) no Brasil não é um fenômeno recente. Foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que as políticas públicas voltadas para essa modalidade começaram a ser estruturadas no país. Essas políticas visavam à ampliação do acesso à educação para pessoas que, por razões geográficas, econômicas ou sociais, não frequentavam instituições presenciais de ensino. Esta pesquisa tem potencial para contribuir significativamente para uma breve reflexão sobre impactos da implementação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no estado do Ceará, com ênfase na graduação em Geografia. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo discutir a EaD e seu papel na formação docente em Geografia, com especial atenção aos polos da UAB em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Além disso, busca refletir sobre a importância da EaD não apenas no Brasil, mas também na esfera global. A coleta de dados consistiu em pesquisa bibliográfica, na qual foram consultados legislações, decretos, regulamentos, portarias e editais. Da mesma forma, utilizou-se como referência o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a plataforma SciELO. Livros especializados na área de educação a distância também foram considerados, garantindo um embasamento teórico sólido para a discussão. Em uma perspectiva holística, observa-se que a interação promovida pela EaD não se limita apenas ao tradicional contexto professor-aluno, expandindo-se para incluir a interação aluno-aluno. A relação aluno-máquina tornou-se cada vez mais relevante, fomentando autonomia, criatividade e novas formas de assimilação do conhecimento. Na formação de professores em Geografia, exige-se não apenas o domínio teórico da disciplina, mas também a capacidade de relacioná-la com questões locais, ambientais e sociais.

Alexsandra Maria Vieira Muniz
geoalexandraufc@gmail.com

Letícia de Sousa Pinheiro

UFC- Universidade Federal do Ceará

Com o objetivo maior de despertar na sociedade fortalezense a importância do conhecimento e valorização da história econômica e de ocupação espacial a partir da dinâmica do espaço industrial e crescente uso ligado ao terciário e ao capital imobiliário este projeto de extensão permitirá uma maior interação entre universidade, espaço escolar e a sociedade através da difusão dos resultados alcançados com levantamento bibliográfico, análise estatística/cartográfica e trabalho de campo com a realização de oficinas nas escolas e percursos urbanos, utilizando a metodologia do estudo do meio com o roteiro da trilha urbana dos espaços do ócio e negócio em parceria com o projeto trilhas urbanas e nós propomos visando uma Geografia Cidadã com reflexo na sociedade. A importância da extensão para além do espaço da universidade torna-se notória quando observamos que esta possibilitará evidenciar o papel que desenvolve a indústria e o setor terciário no espaço urbano e metropolitano de Fortaleza. Destarte, o desenvolvimento desta ação pode subsidiar políticas adequadas para lidar com esta temática de fortes consequências socioespaciais, já que envolve a sociedade fortalezense como um todo, sua economia, história, cultura, educação e o espaço de vivência e trabalho.

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – Ihgal: contributos de um espaço de produção de conhecimentos territoriais no processo ensino/aprendizagem de geografia no nordeste do Brasil

Renan Rubert Rosas Neto

renan.neto@igdema.ufal.br

Antonio Alfredo Teles de Carvalho

acarvalho@igdema.ufal.br

Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Alagoas

A necessidade de entender e explicar as dinâmicas dos territórios no mundo contemporâneo tem se constituído em uma constante busca de dinamizar o ensino de geografia nos diferentes níveis, no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas. Tem sido recorrente o uso das novas tecnologias, a intensificação das aulas de campo, dentre outros. Contudo, uma importante e eficaz fonte de informações e conhecimentos para tal fim, tem sido negligenciada. Trata-se dos Institutos Históricos e Geográficos que possuem uma longa tradição no país, alguns remontando do período imperial, quando se constituíam nos principais espaços de produção e difusão de conhecimentos territoriais. Nesse sentido, busca-se no presente trabalho evidenciar as atividades de pesquisa realizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, com os acadêmicos da disciplina História do Pensamento Geográfico, ministrada no primeiro semestre dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (IGDEMA-UFAL). O referido instituto é o terceiro mais antigo do Brasil, tendo sido fundado no período imperial (1862), constituindo-se em guardião de um importante acervo sobre a formação territorial brasileira e, alagoana em particular, desvelando as influências ibéricas, especialmente portuguesa e as suas repercussões na atualidade. Por conseguinte, basilar à formação de profissionais conscientes e críticos da sua realidade, aptos a explicar os processos territoriais, mormente no período histórico atual, marcado pela aceleração que pouco permite reflexões mais viscerais dos contextos vigentes.

Uma história da geografia na Província das Alagoas à luz dos compêndios de Antonio Joaquim de Moura (1844) e Thomaz do Bomfim Espíndola (1871)

Pedro Henrique Nunes Silva

ph.uneal@gmail.com

Renan Rubert Rosas Neto

renan.neto@igdema.ufal.br

Universidade Federal de Alagoas

A formalização de um corpo de intelectuais destinados a pensar e a escrever a história de Alagoas passa, inelutavelmente, pela malha do poder de mando da província, aponta o historiador Luiz Sávio de Almeida (2004). Desse modo, tomando seu pensamento como ponto de partida, é possível inferir que a historiografia alagoana produzida no século XIX é um reflexo da relação umbilical mantida entre a intelectualidade e o poder. Em outras palavras, trata-se de uma produção histórica e socialmente marcada pelos interesses da classe política dominante. Nesse sentido, vale elucidar que a primeira metade do século XIX constitui um período bastante significativo para Alagoas, pois, recém-emancipada da capitania de Pernambuco, em 16 de setembro 1817, passava-se da condição de comarca para capitania independente. Entendia-se, pois, que era preciso construir uma imagem autônoma e diferencial de Alagoas frente as demais províncias, sobretudo a de Pernambuco. Essa imagem autônoma e diferencial seria construída a partir da publicação de dois importantes compêndios. O primeiro trata-se do Opúsculo da descrição geographica e topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brazil, publicado em 1844 e assinado anonimamente por Hum Brasileiro, se constitui na primeira história e na primeira geografia de Alagoas. A obra tem sua autoria atribuída ao ex-presidente da província Antonio Joaquim de Moura. Nessa mesma perspectiva, em 1871 é lançada a obra Geographia alagoana ou descrição physica, política e histórica da Província das Alagoas, de Thomaz do Bomfim Espíndola, que aprofunda e dá continuidade ao discurso enunciado por Moura em seu compêndio. Trata-se, portanto, de uma geografia destinada a mistificar as contradições e os confrontos da sociedade alagoana de então – de uma geografia a serviço do poder. Nesse sentido, tem-se a geografia como uma importante estratégia para manutenção do poder. Dessa forma, o trabalho ora apresentado tem como objetivo principal a realização de uma incursão pela história da geografia em Alagoas à luz dos compêndios de Moura e Espíndola, buscando compreender a natureza da geografia produzida e a que fim se destinava.

E5

Cooperação e desenvolvimento: políticas públicas e coesão territorial

E5

E 5.1

O processo histórico da definição das fronteiras africanas

Joel Antonio Lameco

lamecojoel@gmail.com

Universidade do Minho

A problemática das fronteiras em África constitui uma temática cuja mitigação se revela complexa, o que se justifica pelo facto de paulatinamente se registarem algumas alterações na configuração dos limites fronteiriços dos estados africanos. Este facto é discutido tendo em consideração a segregação que as fronteiras impõem aos povos africanos, assim como a pertinência dos critérios usados para a sua definição. Neste contexto, pretende-se no presente capítulo contextualizar o processo histórico da delimitação e demarcação das fronteiras dos países africanos por forma a compreender e perspetivar as dinâmicas que as caracterizam. Assim, para a compreensão da presente temática recorreu-se aos seguintes pontos de reflexão: abordagem das fronteiras africanas no contexto da dinâmica global, a delimitação das fronteiras africanas, implicações das fronteiras na identidade dos povos africanos e uma breve apreciação de alguns desafios na gestão da problemática fronteiriça nos países africanos.

Palavras Chaves: Fronteiras, delimitação, identidade

A Tradição Geo-Espacial Ibero-Americana e Lusófona: A criação de um legado na América Latina e na Ásia

Carlos J. L. Balsas

cbusa06@yahoo.com

BSABE, Ulster University, Belfast, UK

A tradição geo-espacial Ibérica e as práticas de urbanismo comercial foram teorizadas principalmente por geógrafos e planejadores. No entanto, a evolução dos territórios Ibero-Americanos e Lusófonos, bem como as posicionalidades, teorias e práticas representativas das duas disciplinas, mudaram recentemente. O território foi comprimido e aplanado, o mundo ganhou intensidade nas suas centralidades, o tempo e a cronologia aceleraram, a espacialidade e a governança estão cada vez mais inter-relacionadas e o número de desafios profissionais aumentou exponencialmente. As novas tecnologias influenciam grandemente o conhecimento assim como a prática profissional e os contributos dos profissionais qualificados. Esta comunicação tem como objetivo discutir a tradição geo-espacial Ibero-Americana e Lusófona através dos centros das duas maiores cidades globais da América Latina e a evolução do urbanismo comercial em Macau. Por um lado, o estudo dos centros das duas maiores cidades globais da América Latina serve para ilustrar diferentes concepções das influências territoriais espanhola e portuguesa na América Latina. Por outro lado, o urbanismo comercial em Macau serve para analisar a evolução, os desafios e as oportunidades da tradição urbanística portuguesa na Ásia. A comunicação conclui com a convicção de que há espaço para uma definição mais explícita de políticas de urbanismo comercial que visem promover a coexistência e a resiliência de múltiplos formatos comerciais de modo a promover a habitabilidade dos centros urbanos no espaço Ibero-Americano e Lusófono.

Política estatal e planejamento territorial: notas a partir das regionalizações oficiais no estado de Alagoas – Brasil

Clevisson José da Silva

clevissonsilva@usp.br

Universidade de São Paulo

Regionalizações do território brasileiro têm sido apresentadas oficialmente ao longo dos anos como políticas estatais para orientação do planejamento territorial. No entanto, os desafios de regionalizar um país com dimensões continentais incidem sobre algumas generalizações que contrastam com a realidade de cada fração do território. Ao longo de sua destacável atuação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apresentou para o país inteiro seis propostas de regionalização e/ou atualização, com adoção de diferentes metodologias. Deste modo, o presente texto objetiva apresentar algumas considerações a partir dessas propostas de regionalização para a Unidade Federativa do estado de Alagoas, na Região Nordeste do Brasil. A metodologia adotada está ancorada em dois pilares principais: I) Pesquisa Bibliográfica, com o levantamento e seleção de literatura especialmente sobre o conceito geográfico de região, políticas públicas e planejamento territorial; e, II) Pesquisa Documental, com levantamento e análise de publicações oficiais, especialmente a partir do robusto portal de dados e informações do IBGE. Os principais resultados dispõem sobre a análise de cada uma das regionalizações oficiais aplicadas ao território alagoano. Deste modo, as duas primeiras propostas (1942 e 1960) podem ser entendidas juntas como uma regionalização geral em Zonas Fisiográficas, sendo aperfeiçoada na segunda edição e com apresentação de fortes embasamentos nos aspectos físicos e naturais; a terceira e a quarta divisões (1968 e 1976) podem ser entendidas como complementares, propondo uma regionalização em Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas, representando um esforço baseado em um maior número de variáveis, não limitando-se apenas aos aspectos físicos; a quinta proposta (1990) denominada de Microrregiões e Mesorregiões Geográficas representam um avanço e um melhoramento às Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas, propondo uma divisão considerando tanto os aspectos físicos quanto as variáveis sociais e econômicas; já a regionalização de Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017), representa uma proposta mais sofisticada ao ponto que se embasa em variáveis de relevância do atual período, mais representativas das dinâmicas territoriais recentes, como as centralidades da rede urbana.

Matheus Silveira de Souza

matheussilveira12@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

UNIMONTES

O aumento de megaempreendimentos de minérios, entre eles a exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha–MG, intensifica tensões étnicas e sociais, o que resulta em deslocamento compulsório nas comunidades afetadas, entre elas as comunidades tradicionais. Esse fenômeno gera uma crise de vulnerabilidade social, ambiental e identitária (Almeida, 2017). Os deslocamentos forçam os sujeitos a abandonar seus lugares de pertencimento, colocando em risco suas memórias, tradições e modos de vida, prejudicando a transmissão cultural e o reconhecimento de suas identidades. Tais mudanças não afetam apenas a estrutura física das comunidades, mas também provocam conflitos sobre suas identidades, valores e formas de expressão cultural. A pesquisa tem o objetivo de compreender como se dão esses deslocamentos compulsórios, suas consequências para os sujeitos afetados e as modificações no ambiente social e cultural, explorando as estratégias de resistência e afirmação dessas comunidades tradicionais diante do processo de transformação. Por meio de uma abordagem qualitativa, com investigação etnográfica, entrevistas e mapeamentos colaborativos, esperamos compreender as formas de enfrentamento e resistência na preservação de suas identidades. Os resultados preliminares indicam que o deslocamento forçado prejudica a transmissão dos saberes, compromete a memória coletiva e provoca uma crise de reconhecimento e direitos, ameaçando o modo de vida e as identidades dessas comunidades. Contudo, práticas de resistência emergem na busca pela justiça social e territorial, revelando a força de suas identidades em meio às transformações (Paula, 2023).

Maria Clara Souza Sanches

mariaclarasouzasanches@gmail.com

UNIMONTES

Canaã dos carajás é uma cidade localizada no sudeste do Pará, conhecida tanto como capital do minério quanto a cidade do trabalho com 31 anos de idade, apesar de sua pouca idade, a cidade passa por um processo de urbanização devido aos empreendimentos minerários como a Vale S.A encontrados no local que acarretam em um intenso processo migratório para a região. O objetivo do trabalho é compreender a relação entre os mega empreendimentos minerários, bem como, o fluxo migratório auxiliam na criação da identidade canaense, como também, entender a relação entre os migrantes para com a cidade. A análise se baseia em autores como José de Souza Martins (2018) ao falar da sociabilidade do migrante, e como o migrante é aquele que estar não estando, Stuart Hall (2000) que em sua abordagem trata de uma identidade desesencializada ao descrystalizar o conceito, ao entende-lo como suscetível também a relações de poder e Saskia Sassen (2016) que questiona o que de fato é migração e o que é expulsão. Para a realização desse trabalho foi utilizado de revisão bibliográfica, pesquisa quantitativa com análise de dados secundários fornecidos pelo IBGE, assim como, pesquisa qualitativa, onde fora utilizada de técnicas etnográficas e autoetnograficas para a melhor entendimento sobre a jovem cidade. A partir dos resultados da análise foi possível compreender que os empreendimentos minerários e a mineração, fazem parte da criação da cidade a urbanizando-a, criando dinâmicas de divisão de espaço e padrões de consumo que diferem de outras regiões do estado do Pará, participando da criação de uma identidade canaense, não significando porém que os migrantes que auxiliaram na criação da cidade se sentem pertencentes a mesma, tanto de maneira simbólica quanto material, onde os migrantes que vieram a cidade sem apoio de empresas minerarias não conseguem de fato habitar a cidade e muitas vezes sem possibilidade de volta aos seus estados de origem, criando expulsões e deslocamentos compulsórios.

Universidade e Inovação no Interior do Ceará: Uma Análise dos Campi da UFC em Quixadá, Russas e Cratés

Antonia Helaine Veras Rodrigues

helainegeo@gmail.com

Maria Clélia Lustosa Costa

clelialustosa@gmail.com

Mariana Brito Lima

lima.mariana@ifce.edu.br

Universidade Federal do Ceará

As políticas públicas de expansão e interiorização da educação superior no estado do Ceará têm repercutido na organização do espaço intraurbano e regional de cidades pequenas e médias, bem como nas atividades econômicas e no modo de vida da população local. A interiorização da Universidade Federal do Ceará, nos caminhos da inovação nos campi de Quixadá, Russas e Cratés, é o objetivo central desse artigo. A metodologia adotada consistiu em trabalhos empíricos nessas três cidades, entrevistas com professores destes campi, com dirigentes da UFC responsáveis pelos eixos de inovação e empreendedorismo na universidade. Utilizou-se notícias divulgadas nos sites institucionais e jornais de circulação local que retratam acerca da inovação, das pesquisas, ações de extensão, premiações e eventos, que demonstram o quanto a inovação é um pilar essencial que vem sendo fortalecido no decorrer dos anos nestes campi e que alteram as relações culturais do seu entorno. Estes campi se apresentam como estruturas de oportunidades para o desenvolvimento local e regional. Identificou-se os impactos da interiorização do ensino superior e a relevância da inovação no espaço intraurbano e regional. Constatou-se, na análise dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos nesses campi, que estes vem fortalecendo a formação científica, tecnológica no âmbito da inovação e empreendedorismo, e estão impulsionando o desenvolvimento local e regional, articulado com o global. O processo de interiorização do ensino superior público federal, no estado do Ceará, tem atenuado as desigualdades, pois trazem em si oportunidades a grupos sociais antes excluídos do acesso ao ensino superior. As políticas de acesso e permanência nas universidades públicas tem contribuído para a ascensão social desta população vulnerável. A educação é um condicionante de transformação da sociedade. As políticas públicas educacionais se configuram como ações para reduzir ou eliminar as desigualdades de uma sociedade, em especial, as de ensino superior implementadas no Ceará, que impactaram nos arranjos espaciais intraurbano e regional.

Configurações e interações espaciais transfronteiriças na região das Guianas

Jadson Porto

jadsonporto1967@gmail.com

Universidade Federal do Amapá

A Região das Guianas é uma vasta área de 2.008.078,96 km² do norte da América do Sul, entre os rios Orinoco, Negro e Amazonas, margeada pelo oceano Atlântico. É composta por 1.085.572,49 km² do território brasileiro (composta pelos Estados do Amapá; Roraima; parcialmente pelo Estado do Pará, integrando todos os municípios à margem esquerda do rio Amazonas e; parcialmente o Estado do Amazonas, envolvendo as margens esquerdas dos rios Amazonas e Negro); 456.007 km² da Venezuela (pelos Estados de Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas, à margem direita do rio Orinoco); 214.970 km² da República Cooperativa da Guiana; 163.820 km² de Suriname e 83.534 km² da Guiana Francesa.

O objetivo das reflexões aqui estabelecidas é analisar as dinâmicas espaciais e econômicas ocorridas na Região das Guianas no período entre 1950-2024. A relevância deste estudo é decorrente dos seguintes fatores geográficos, territoriais e econômicos que vem ocorrendo nas Região das Guianas. Por um lado, houve a atuação do grande capital internacional atuando em intensidade nesta região, como também ocorreu o processo de independência da Guiana e do Suriname de seus colonizadores nas décadas de 1960 e 1970, gerando outros usos de seus territórios.

A Região das Guianas Brasileira teve uma construção histórica, econômica e territorial distinta da espacialidade existente à margem direita do rio Amazonas em seus usos, configurações e funções de seus territórios, após a década de 1960, notadamente pela implantação de uma intensa rede rodoviária, pelo seu processo de ocupação e pela sua espacialidade institucionalizada, com grande magnitude do Estado materializada em suas políticas e investimentos públicos ali estabelecidos, em sua vitalização e vivificação territorial.

Para atender as expectativas do objetivo acima traçado, as questões orientadoras deste livro são: Como se configuram inte(g)rações espaciais da Região das Guianas? Como os usos, funções e as acionalidades territoriais da Região das Guianas se comportaram à medida em que a inte(g)ração espacial da Região das Guianas foram se consolidando?

E 5.2

COMOVIMENTO – Corpo em ação, natureza em evolução

Marcelo Castilho da Silva
marcelocastilho228@gmail.com

Renan Alves Pereira
tprenanalves@gmail.com

Faculdade Metropolitana de Rondônia

O projeto tem como objetivo central promover a integração entre a Educação Física e a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a formação integral dos estudantes da Educação Básica. A proposta surgiu da necessidade de aliar a prática de atividades físicas aos princípios da educação ambiental, estimulando, de forma lúdica e participativa, o cuidado com o corpo e com o meio ambiente. Destinado a alunos do ensino fundamental,

médio, pessoas em vulnerabilidade social e idosos. O projeto busca fomentar a consciência ecológica e a responsabilidade social por meio do movimento corporal. As atividades foram elaboradas com foco na valorização de espaços ao ar livre e práticas sustentáveis, como caminhadas ecológicas com coleta de resíduos, corridas com recolhimento de recicláveis, gincanas com desafios físicos e ambientais, além de aulas de Educação Física com materiais reaproveitáveis. Ações como plantio e cuidado com áreas verdes também foram incorporadas como formas de atividade física leve e de engajamento ambiental. Tais práticas promovem o desenvolvimento motor e social dos participantes, ao mesmo tempo em que incentivam atitudes proativas diante das questões ambientais atuais. Espera-se como resultados o aumento da prática regular de atividades físicas, a redução do descarte incorreto de resíduos, o fortalecimento da consciência ecológica e o desenvolvimento de competências socioemocionais como empatia, cooperação e responsabilidade. O projeto reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar na educação, integrando corpo, mente e natureza como elementos essenciais na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação Física; Sustentabilidade; Educação Ambiental; Corpo e Movimento; Interdisciplinaridade.

Lazer, esporte e cultura como estrutura de oportunidades: os Cucas em Fortaleza

Galadriel Pereira da Silva
galadrielufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Esta pesquisa parte de um anseio de encontrar e fortificar espaços de resistência onde a existência seja mais do que somente sobrevivência. Compreender Fortaleza através de suas ruas e avenidas pode dar a impressão de que o meio urbano da metrópole se contraiu a uma realidade onde tudo parece igual, principalmente se olharmos para a verticalização e todos os grandes edifícios. No entanto, no ponto cego dessa realidade existem becos, vielas, comunidades que se apertam para enxergar o horizonte acima, buscando espaços onde a vida não seja apenas feita só de desigualdade, desproteção e vulnerabilidade. O principal alvo que é o objeto desta pesquisa são os equipamentos chamados Centro Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs) e tem como lócus os bairros periféricos da cidade onde se encontram tais equipamentos, sendo eles: Cuca Barra do Ceará, Cuca Mondubim, Cuca Jangurussu, Cuca José Walter e Cuca Pici. O primeiro Cuca, da Barra, foi inaugurado em 2010, mas a análise proposta antecede sua criação. O recorte temporal que analisaremos é propriamente dos anos 2000 até 2025 tendo em vista que o Cuca surge dentro de um contexto de políticas públicas para juventude que abrangem projetos diversos de níveis globais até locais. Aliás, isto nos remete a uma circunstância política que nos foi colocada pós Constituição Federal de 1988. A pesquisa aborda dois grandes eixos: 1) Vulnerabilidade social e estrutura de oportunidade e 2) Políticas públicas para a juventude. Neste contexto, os CUCAs são uma materialização dentre os eixos, portanto, objetos de pesquisa. Objetiva-se compreender o papel dos CUCAs como estruturas de oportunidades para redução da vulnerabilidade social da juventude periférica de Fortaleza-CE. Acerca de vulnerabilidade social e estruturas de oportunidade focaremos nos autores Kaztman e Filgueira (1999); Bernal (2004); Zanella, et al., (2009); Pereira e Costa (2015); Dantas, Costa e Zanella (2016) e Costa (2022).

Formação profissional e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza/CE

José Átila Abreu de Sousa

atilasousa@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

A pesquisa investiga as relações entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e os arranjos produtivos da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), com ênfase no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O objetivo central é compreender como os IF atuam na qualificação profissional da população local e como essa atuação responde às demandas por mão de obra especializada nas empresas do CIPP, especialmente diante das transformações tecnológicas contemporâneas. A metodologia inclui análise documental e trabalhos de campo nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que integram a RMF e abrigam o complexo industrial. Os resultados apontam que o CIPP, ao reunir indústrias de alto nível tecnológico, gera uma demanda crescente por profissionais qualificados, o que impulsiona a atuação dos IF na formação técnica. Observa-se, no entanto, contradições nesse processo, como a desarticulação entre oferta e demanda de trabalho, e a insuficiência da qualificação como única garantia de inserção no mercado. A análise evidencia que os IF, enquanto fixos espaciais, não apenas suprem demandas laborais, mas também impulsionam dinâmicas socioespaciais e urbanas nos municípios onde estão inseridos. Conclui-se que, diante da reestruturação produtiva e da inserção de tecnologias avançadas no setor industrial, o papel dos IF é estratégico para o desenvolvimento regional, embora limitado pelas desigualdades sociais e pelas exigências do capital industrial. A pesquisa reafirma a importância da articulação entre educação, território e trabalho para o planejamento e promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A importância das metodologias colaborativas nos projetos de inovação em transformação governamental na perspectiva da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) no Brasil

Thaís de Oliveira Queiroz

thais.queiroz@enap.gov.br

Patricia Siqueira de Medeiros

patricia.medeiros@enap.gov.br

Rachel Pereira Dorneles

rachel.dorneles@enap.gov.br

Cecília Chachamovitz

cecilia.chachamovitz@enap.gov.br

Escola Nacional de Administração Pública

O presente artigo tem como objetivo analisar as principais abordagens colaborativas utilizadas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) nos projetos de transformação governamental no âmbito da inovação em políticas públicas no Brasil. A Enap baseia-se na premissa de que a co-construção de soluções para problemas públicos complexos apresenta resultados mais robustos, diversificados e representativos quando os variados atores que fazem parte de determinada política participam ativamente na edificação conjunta de respostas para os seus desafios. A Diretoria de Inovação (GNova) da Enap oferece apoio para que as mais diversas áreas do governo brasileiro no Poder Executivo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, possam desenvolver projetos inovadores para melhorar aspectos específicos da Administração Pública, pautando-se em metodologias participativas que combinam principalmente abordagens como o design thinking, o design sprint e o design sistêmico. Ao realizar atividades de maneira colaborativa com os atores demandantes, a Enap desempenha o seu papel como escola de governo não apenas solucionando questões governamentais de maneira especializada, mas também capacitando os servidores públicos por meio de oficinas de trabalho e ações “mão na massa”, direcionadas ao “aprender fazendo”. Entre as competências desenvolvidas, tem-se o ensino do desenho e da implementação de metodologias participativas para a transformação governamental, que possuem alto potencial de replicabilidade nas realidades locais dos agentes públicos. Como exemplos de projetos realizados pela Enap pautados nas supracitadas metodologias, serão analisados neste estudo três casos: a) a construção de “Política Nacional de Comércio Exterior”, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; b) a elaboração do “Protocolo de Igualdade Racial”, do Ministério da Igualdade Racial e c) o projeto “Inovação na Saúde”, do Ministério da Saúde. Nesse contexto, este artigo almeja demonstrar não somente a aplicabilidade do design thinking, do design sprint e do design sistêmico na Administração Pública, mas também destacar a necessidade da difusão ampla e estruturada dessas abordagens metodológicas, considerando que elas representam um instrumento importante para o aprimoramento da gestão pública brasileira.

Palavras-chave: design thinking; design sprint; design sistêmico, metodologias participativas; Administração Pública, inovação.

Cooperação Internacional na Segurança Marítima da Amazônia Azul: Desafios e Perspectivas para a Defesa Nacional

Ana Júlia França Monteiro

francamonteiro@ufg.br

Nathalia Braga dos Santos

nathalia_braga@discente.ufg.br

Ana Carolliny Silva Melo

ana_melo2@discente.ufg.br

Tainá Camila de Bessa Mattos

tainamattos@discente.ufg.br

Kelly Lorraine Soares da Silva

kelly.lorraine@discente.ufg.br

Universidade Federal de Goiás

Este estudo analisa os desafios e oportunidades da cooperação internacional no fortalecimento da segurança marítima na Amazônia Azul, área estratégica para o Brasil, marcada por crescentes ameaças, das quais as selecionadas para o presente artigo: atividades ilícitas, como pesca ilegal e tráfico de drogas. A pesquisa está estruturada em três etapas, sendo: i) investigar a evolução das estratégias de vigilância e controle adotadas pelo país; ii) examinar os mecanismos de cooperação internacional existentes como por exemplo a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); e iii) avaliar os desafios oriundos de interesses conflitantes, disparidades tecnológicas e limitações orçamentárias que podem comprometer a eficácia dessas iniciativas, de fontes como órgãos governamentais e decretos do planalto. Com base em uma abordagem qualitativa que combina revisão bibliográfica, análise documental e dados de fontes primárias – incluindo informações da agência da marinha brasileira e publicações governamentais (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar) –, a hipótese central defende que o intensificar da cooperação internacional tem o potencial de mitigar as vulnerabilidades na segurança da região, promovendo maior integração no compartilhamento de inteligência, desenvolvimento tecnológico e operações de patrulhamento conjunto. Espera-se que os resultados forneçam diretrizes estratégicas para a formulação de políticas públicas integradas, garantindo o fortalecimento da cooperação e a defesa eficaz deste território marítimo de importância vital.

Dinâmicas territoriais em terras tradicionalmente ocupadas no Brasil e em Portugal

Maria Cecília Cordeiro Pires

mariaceciliacordeiropires@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andrea.paula@unimontes.br

Universidade Estadual de Montes Claros

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a categoria território e territorialidade, epistemologicamente e empiricamente, em terras tradicionalmente ocupadas por comunidades rurais em situação de disputas em regiões rurais do Brasil e em Portugal. Apresentamos discussões teóricas e parciais do projeto de pesquisa “Dinâmicas territoriais em terras tradicionalmente ocupadas no Brasil e em Portugal”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (APQ-04978-24). As paisagens naturais variam amplamente entre os países a serem pesquisados e que são unidos pela língua portuguesa, mas com diferenças políticas, ideológicas, climáticas, geográficas e ecológicas. Encontramos tipos de vegetação com algumas semelhanças, mas também características próprias: as charnecas em Portugal, foram muito utilizadas para a agricultura e pastoreio, mas hoje sofrem com incêndios e degradação do solo. O sertão no Brasil, enfrenta desafios relacionados à desertificação, mudanças climáticas e falta de água para as populações locais. Ressaltamos que iremos pesquisar os sertões dos Gerais, no norte de Minas Gerais, área de transição entre Sudeste e Nordeste do Brasil. João Guimarães Rosa descreveu parcelas do mundo rural brasileiro narrando sobre o cerrado, a caatinga e, sobretudo, o sertão. De acordo com as “palavras de geógrafo, de sertanejo e de poeta,” o personagem Riobaldo, de seu livro: Grande Sertão: Veredas, descreve um sertão onde a natureza ainda virgem aos poucos se povoa dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações humanas, características do espaço na concepção de Milton Santos. A proposta da pesquisa com grupos etnicamente diferenciados, em países e regiões diferentes, possibilita a construção de relações de pesquisas que são fundamentais para a concepção política do conhecimento, que possa pensar em uma sociedade pluri-epistêmica e que valorize pessoas e grupos em situação de subalternidade e de contra narrativas.

Dinâmica Territorial e Pluralidade Epistemológica: Um olhar crítico sobre Ciência e Território em Ilha Grande, Rio de Janeiro – Brasil

Menandro Minhain Figueiredo Moitinho

nandopubb@gmail.com

Carla Taciane Figueiredo

carla.figueiredo@delmiro.ufal.br

GelsomRozenino

rozenino@gmail.com

Universidade Federal De Sergipe – UFS

Compreender a dinâmica territorial da Ilha Grande, segunda maior ilha oceânica do Brasil, situada entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, exige uma abordagem que considere, de forma ampla, a diversidade étnica que constitui o tecido social brasileiro. A partir de uma análise crítica sobre as condições de subsistência na Vila Dois Rios, os conflitos territoriais e as identidades locais, a presente investigação propõe uma leitura multifacetada e multiétnica da Ilha Grande, cuja complexidade ultrapassa os limites das abordagens tradicionais e demanda uma interpretação sensível à interseccionalidade dos aspectos históricos, sociais, ambientais e culturais.

O delineamento metodológico adotado fundamenta-se no procedimento heurístico com base na abordagem histórico-etnográfica, complementada pela história oral temática. O corpus da pesquisa ancora-se em levantamento documental e revisão sistemática de teses e dissertações disponíveis nos repositórios da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como instrumentos de análise, utilizaram-se a bibliometria, a pesquisa documental e a observação participante, permitindo a construção de uma leitura crítica sobre os campos do conhecimento que têm se debruçado sobre o território em questão.

A partir dos dados obtidos, verificou-se a predominância de um viés cientificista nas produções oriundas do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da UERJ. Nesse contexto, formulam-se as seguintes questões norteadoras: (i) quais os campos do saber que, quantitativamente, mais contribuem para a produção de conhecimento sobre a Ilha Grande?; (ii) quais as perspectivas analíticas predominantes nos resultados das pesquisas sobre a dinâmica territorial da região?; (iii) como se expressa a constituição étnico-racial nas produções científicas analisadas?

A base teórica desta investigação sustenta-se na revisão sistemática proposta por Rüsen (2007), na classificação tipológica das fontes, na imersão etnográfica com observação participante, e na utilização dos descritores: Ilha Grande, Comunidade Tradicional, Caiçaras e Comunidade Quilombola. O referencial conceitual ancora-se nas

contribuições de Corrêa (2006), quanto às interações sociais; Soromenho-Marques (2010), no tocante à crise ambiental e às ciências ambientais; e Milton Santos (1999, 2008), cujas obras *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* e *Metamorfoses do espaço habitado* fornecem fundamentos teóricos essenciais para a reflexão sobre o território enquanto construção histórica e simbólica. Adicionalmente, incorporam-se as análises de Figueiredo (2023, 2024) acerca das relações de poder explícitas na Vila Dois Rios e da atuação dos agentes sociais também presentes na Vila do Abraão.

A presente pesquisa, ao enfatizar as inter-relações entre dinâmica territorial e identidade, contribui epistemologicamente para o aprofundamento do conhecimento sobre a formação sócio-histórica da Ilha Grande, as representações étnicas que conformam o território e as configurações espaciais predominantes nas relações sociais e na historicidade local. Os resultados apontam para uma composição identitária marcada pela presença significativa de comunidades tradicionais – especialmente caiçaras e quilombolas – e de empreendedores comerciais atraídos pelas oportunidades econômicas geradas pela atividade turística na Vila do Abraão.

Por fim, ressalta-se que a complexidade da Ilha Grande não se limita ao seu valor como objeto empírico de interesse para as Ciências Biológicas ou para a Oceanografia. Trata-se de um território dotado de uma riqueza imaterial incomensurável, associada à presença de povos tradicionais, cuja relevância social e científica é incontestável no contexto das discussões contemporâneas sobre justiça socioambiental, pluralidade epistêmica e valorização dos saberes locais no Brasil.

E6

Arte, cultura e leituras do território



E 6.1

**Sete Canções Castelhana-Portuguesas de Rio-de-Onor de Fernando Lopes-Graça:
quando a criação de obra se manifesta nos limites de uma região sem barreiras
linguísticas ou territoriais**

Rosário Santana

rosariosantana@ipg.pt

Helena Santana

hsantana@ua.pt

Instituto Politécnico da Guarda; Universidade de Aveiro

Fernando Lopes-Graça, compositor português do século precedente, deixou um significativo legado de composições apoiadas em melodias do folclore nacional. A sua intenção era a de valorizar o nosso património musical, preservando a memória de um povo com riquíssimas tradições. Neste sentido, Lopes-Graça incorpora os elementos que identifica como fundamentais de modo a que a riqueza do nosso património não se extinga. No conjunto das obras que intitula de Sete Canções Castelhana-Portuguesas podemos aferir ainda a interpenetração de duas formas de ser e estar de povos distintos, o português e o castelhano.

Sete Canções Castelhana-Portuguesas, para canto e piano, possui uma estrutura onde confluem elementos saídos das canções de tradição oral, com uma densa textura rítmica e harmónica, presente ao nível do acompanhamento instrumental, com um arrojado “contraponto” entre a voz e o instrumento, ressaltando deste diálogo, uma paisagem sonora de inegável riqueza patrimonial e territorial. Esta obra é um importante marco no desenvolvimento da escrita e da identidade do compositor, juntando uma destemida polirritmia a uma crescente saturação harmónica. O compositor traduz, desta forma, o encontro de duas culturas, imprimindo uma visão mais modernista e, até, nacionalista, através destas pequenas canções. O acompanhamento de piano desempenha aqui um papel central, não apenas como sustentáculo da voz, mas como gerador de atmosferas e diálogos com a melodia que nos aportam uma riqueza técnica e estética de inegável valor artístico.

Pretendemos com esta comunicação mostrar como Fernando Lopes-Graça nos devolve os patrimónios imateriais de Rio-de-Onor, num conjunto de pequenas peças de inegável riqueza linguística e musical, bem como as características de lugares exclusivos do nosso território, onde permanecem vivas formas de ser e estar, onde as fronteiras e os limites geográficos traçados pelos poderes políticos e governamentais, não alteram a genuinidade do povo e do lugar.

Mar de Setembro de Fernando Lopes-Graça: soslaio sonoro e musicais em Eugénio de Andrade

Rosário Santana
rosariosantana@ipg.pt

Helena Santana
hsantana@ua.pt

Instituto Politécnico da Guarda; Universidade de Aveiro

Da relação de amizade que se estabelece entre Fernando Lopes-Graça e Eugénio de Andrade nasce um corolário de obras musicais que não integram, na sua génese, somente características do território onde se inserem, como arriscam na complexidade rítmica, harmónica e melódica, a presença de elementos que transcendem os cânones da música tradicional portuguesa. Disso são exemplo algumas das obras que resultam da colaboração iniciada entre Lopes-Graça e Eugénio de Andrade, nomeadamente aquela que nos propomos aqui apresentar, a qual resulta na criação de uma obra musical sobre texto do poeta: Mar de Setembro. A obra, um ciclo de canções composto sobre poesia homónima de Eugénio de Andrade, revela-se um registo sonoro e musical de inegável valor estilístico e estético no legado do compositor.

Da análise que podemos efetuar das características presentes nesta obra, ressaltam texturas que expõem traços técnicos e estilísticos do autor, bem como algumas características que destapam a influência de alguns dos seus contemporâneos tais que Maurice Ravel ou Claude Debussy. Apresentando uma complexidade rítmica, harmónica e tímbrica que, na sua expressividade, ilustra a tensão e distensão dos textos de Andrade, e nos aproxima das características impressionistas de Debussy, Lopes-Graça, influenciado por este compositor, cria uma obra que transcende o seu próprio texto. Refletindo a tensão e a fluidez do discurso poético, numa inovadora manipulação das estruturas rítmicas, onde a tonalidade e o cromatismo, numa relação que se constrói entre o som e a palavra, permitem uma fusão de emoção e técnica, ampliando a profundidade da escrita.

Nesta comunicação, propomo-nos apresentar os resultados da análise que efetuamos da obra de Fernando Lopes-Graça, procurando as características e particularidades que mais o aproximam de Debussy, e que, por se manifestarem obra, o compositor considera como indispensáveis ao destapar do texto de Andrade.

Os impactos da pandemia nas Bandas Filarmónicas Portuguesas

Diogo Miguel Pinto
dspinto@letras.up.pt

Helena Pina
mpina@letras.up.pt

Universidade do Porto, CEGOT / Universidade do Porto, CEGOT

As bandas filarmónicas são associações culturais muito relevantes na sociedade portuguesa, em especial nas áreas de baixa densidade (ABD). Apesar dessa importância e da sua capilaridade pelo território, padeceram durante a pandemia da COVID-19 de inúmeros impactos negativos. De facto, as Bandas Filarmónicas vivenciaram uma total interrupção a partir de março de 2020, apenas regressando já no segundo semestre de 2021.

A presente investigação pretende identificar e compreender os impactos que a pandemia da COVID-19 provocou nas Bandas Filarmónicas Portuguesas, enquanto se tece também inúmeras recomendações para a mitigação dos problemas identificados a longo prazo. Para se atingir o desiderato proposto, foi aplicado um inquérito por questionário a todas as bandas filarmónicas de Portugal. Obtivemos 350 respostas de mais de 200 associações e com um perfil distinto desde dirigentes associativos, diretores artísticos até aos músicos. Desta forma foi possível adquirir um conhecimento verdadeiramente amplo da real situação das bandas filarmónicas no pós pandemia.

Os resultados do presente trabalho demonstram que a pandemia da COVID-19 teve importantes impactos nas bandas filarmónicas portuguesas, nomeadamente ao nível da sociabilidade, observando-se em determinadas situações um elevado número de associações com várias dificuldades em termos de recursos humanos. Reconhecendo-se que a suspensão das atividades durante a pandemia originou uma profunda fratura nos laços entre os músicos e estas associações, a que se soma igualmente os problemas do foro financeiro. Todos estes fatores que destacamos comprometem verdadeiramente a vitalidade e a continuidade destas associações.

Neste âmbito, é fundamental apoiar as bandas filarmónicas pois são muitas vezes o único suporte cultural e social em muitas áreas rurais do país, contribuindo de forma muito significativa para a dinamização cultural das comunidades. O apoio dos municípios é fundamental, sendo que o envolvimento da comunidade é essencial para garantir a sobrevivência destas instituições.

Devoção Franciscana no Ceará: Canindé e a construção do Franciscanismo Tropical Sertanejo

Eustógio Wanderley Correia Dantas

ewcdantas@gmail.com

Odilon Monteiro da Silva Neto

odilonnetosilva@gmail.com

Universidade Federal do Ceará- UFC

Partindo da incursão em campo, buscamos compreender como a experiência religiosa, conduzida a luz do franciscanismo, possibilitou que a cidade de Canindé, se configurasse como um santuário de referência além da dinâmica regional.

Há mais de dois séculos o pequeno lugarejo se tornou paróquia. Anos depois foi a vez da emancipação política, que caminha no sentido do formar-se de um Santuário Franciscano, que traz um conjunto de transformações que possibilitaram que a pequena cidade encravada no sertão central cearense passasse a exercer um papel de destaque na região.

Elevado a condição de Santuário, o novo equipamento passa em 1898, para a direção dos capuchinhos italianos, que lá ficaram até 1923, quando passou a ser dirigida pela Ordem dos Frades Menores (OFM), de atuação à frente do santuário.

A presença dos religiosos, se colocaram em diferentes frentes de atuação: da preocupação em se registrar a história da experiência religiosa, passando pela construção de escola e espaços de formação, com elementos de infraestrutura da cidade, com destaque para a iluminação pública, sem esquecer dos aspectos da vida cultural e social, em que os religiosos implantaram um cinema local e elaboram um plano de ampliação de um ramal ferroviário que ligaria Canindé a Itaúna, hoje Itapiúna, projeto que não fora materializado.

Partindo do Basílica que é o cerne do complexo religioso, que hoje congrega: A casa dos milagres, a secretaria da paróquia, a livraria, os confessionários, a sala do painel, e na parte detrás está a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, construída em 1917, que hoje fora transformado num lugar de grandes celebrações, visto a demanda de fieis em diferentes momentos do ano, em que a basílica, tem limites para acomodar tantas pessoas.

Um breve deslocamento para o oeste nos permite observar novos lugares que estão interligados a basílica e o sentido do santuário. Dessa forma, nos deparamos com a igreja de Nossa Senhora das Dores, A igreja do Cristo Rei, um pouco mais a frente, e no entorno, do Convento Santo Antônio, temos a Praça dos Romeiros, o museu e o zoológico. Atualmente o convento fora transformado em pousada, mas sua estrutura tem espaços dedicados as atividades religiosas.

Observando os olhares dirigidos a cidade, num texto produzido na Revista do Instituto Histórico do Ceará, Joaquim Alves, ao falar do convento, destaca que este fica fora da cidade. O relato datado de 1948, portanto algo que já passou de meio século, e, portanto, os elementos que caracterizaram a parte urbana da cidade,

englobam o convento e seu entorno, onde hoje se encontra o Hospital e maternidade São Francisco, que também fora criação dos religiosos.

Ainda sobre a observação do estudioso, e no conjunto com outros documentos, em especial a fotografia, é possível perceber como a segunda metade do século XX, promoveu um crescimento intenso do entorno da Basílica Santuário. Ao passo que nos distanciamos do equipamento, é possível observar como a cidade fora tomada por ações antrópicas sem que estas estivessem submetidas a nenhuma lógica, o que deixou a paisagem da basílica ofuscada por um conjunto amplo de construções no entorno.

Importante lembrar que no ano de 1948, foi construído pelo poder público o chamado Mercado Público, hoje denominado por mercado velho, que está situado na lateral esquerda da basílica. Defronte à Praça Tomaz Barbosa, espaço que caracteriza pela presença do comércio ambulante do centro da cidade. Importante observar que os camelôs estão dispersos por diferentes pontos, em que se incluem o abrigo dos romeiros, a estatua e em tempos de maior presença na cidade, seguem no entorno da igreja de Das Dores, do Monte, no entorno do museu, do zoológico e da praça dos romeiros.

Se num breve exercício é possível apontar que o cultivo da devoção franciscana ao longo do tempo deixou suas marcas no formar-se da cidade, sendo possível verificar que a cidade por ser caracterizada por um fluxo de pessoas, e conseqüentemente de negócios, adquiriu posição de relevância regional, o que fez com que ela se tornasse sede de importantes equipamentos ligados aos serviços públicos, o que a fez sediar: Coordenação de Saúde Regional, da Secretaria de Saúde do Estado, A Coordenação Regional de Educação (7ª crede), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE campus de Canindé), e mais recentemente a Faculdade de Medicina da Estácio, e recentemente uma unidade da Universidade Estadual do Ceará.

Se por um lado é possível observar para o quadro das instituições citadas e referenciá-las sobre um prisma ligado a atividade econômica e social do lugar, mas é no universo das manifestações culturais que Canindé se impõem como uma experiência de um franciscanismo diferenciado. Da prática devocional ligada a itinerância do altar portátil trazido pelos primeiros religiosos, passado pela construção do templo primitivo, a configuração de um santuário, que passa a definir o sentido da toponímia do lugar. O padroeiro, é naturalizado, recebendo uma cidadania do lugar, que fora gestado a partir de sua devoção.

La Sereníssima Señora D. Juana De Castilla: contextualização do retrato Joana de Castela da coleção José Relvas

Pedro Manuel Pereira da Silva Tavares

pedro.manuel.tavares@sapo.pt

CHAIA

A Princesa de Portugal D. Joana de Áustria (1535-1573) criou um sistema político-religioso que, influenciou as gerações futuras das Mulheres Habsburgo. O triunvirato de clarissas, jesuítas e Mulheres da Casa de Áustria, no seio da monarquia hispânica, teve origem ao fundar o Mosteiro das Descalças Reais, um espaço seguro onde podiam influenciar a política do Império. No atual Salon de Reyes, onde recebiam dignatários, embaixadores, familiares e sobretudo o Rei, criaram durante séculos uma importante coleção de retratos oficiais, entre os quais o retrato Joana de Castela (Coleção José Relvas).

A pintura que apresentamos é o único retrato oficial da mãe do Rei D. Sebastião em Portugal e, integra a exposição permanente da Casa dos Patudos (Museu de Alpiarça). O retrato encontra-se parcamente estudado, inclusive nunca foi sujeito, pelo menos desde a aquisição por José Relvas (1858-1929), a qualquer ação de conservação e restauro, suscitando diversas questões sobre o seu historial.

E 6.2

Entre peçonha e veneno: saberes naturalistas e ameaças animais na América Espanhola do século XVI

Anelisa Mota Gregoleti

agregoleti@gmail.com

Wellington Bernardelli Silva Filho

wbsilvafilho@gmail.com

Universidad Nacional Autónoma de México

Durante o processo de colonização da América Espanhola no século XVI, os animais considerados nocivos exerceram papel central nas descrições deixadas por naturalistas, médicos e cronistas. Entre serpentes, escorpiões, aranhas, lacraus e outros artrópodes, as fontes coloniais revelam uma distinção importante — ainda que incipiente — entre animais venenosos (aqueles que causavam dano ao serem ingeridos ou manipulados) e peçonhentos (aqueles capazes de inocular toxinas ativamente, por meio de mordidas ou picadas). Essa diferenciação, em diálogo com a filosofia natural e com a medicina galênica vigente, organizava o conhecimento sobre a fauna americana e orientava práticas de cura baseadas tanto em saberes indígenas quanto europeus. A partir da análise de relatos como os de Bernardino de Sahagún e Francisco Hernández, este trabalho investiga como tais categorias foram construídas, apropriadas e reelaboradas no Novo Mundo. A fauna tropical, muitas vezes percebida como ameaçadora e hostil, tornou-se também um campo privilegiado para a produção e circulação de saberes naturalistas. A distinção entre peçonha (como ação ativa) e veneno (como substância passiva) permite compreender não apenas os desafios sanitários enfrentados pelos colonizadores, mas também os limites epistêmicos, simbólicos e corporais entre o humano, o natural e o monstruoso. Ao analisar esses registros, evidencia-se que a América colonial foi não só espaço de exploração econômica, mas também de intensa experimentação científica e médica.

Ponzoña e socorro: terapêuticas coloniais diante dos animais nocivos na América Espanhola do século XVII

Raiza Aparecida da Silva Favaro

raiza.favaro13@gmail.com

Maria Regina Cotrim Guimarães

Universidade Estadual de Maringá

A presença de animais considerados ponzoñosos e venenosos — como serpentes, escorpiões e aranhas — na América Espanhola do século XVII impôs desafios imediatos à saúde dos corpos colonizadores e indígenas. Tais encontros não apenas produziram temor e registros naturalistas, mas também estimularam a emergência de práticas terapêuticas centradas no controle das toxinas e na elaboração de contravenenos. Este trabalho investiga como médicos, boticários, religiosos e naturalistas atuaram na produção de saberes curativos frente aos riscos oferecidos por uma fauna considerada hostil e, ao mesmo tempo, epistemicamente instigante. A análise de tratados e escritos médicos, especialmente as obras de Francisco Hernández e Frei Agustín Farfán, permite compreender como os conhecimentos nativos foram incorporados — nem sempre sem conflitos — aos paradigmas da medicina galênico-renascentista. A circulação de receitas, diagnósticos e procedimentos profiláticos revela uma medicina colonial marcada tanto pela experimentação quanto pela adaptação a um ambiente considerado exótico. Neste contexto, os contravenenos não eram apenas remédios, mas também representações do esforço europeu de domesticar o “perigo natural” e reinscrever o corpo humano no centro da ordem moral e científica. Ao explorar essas práticas de cura, o estudo evidencia o papel da América como espaço privilegiado para a hibridização de saberes médicos e para a constituição de uma farmacologia tropical que dialogava com os limites do conhecido na Europa.

A utilização de licores alcoólicos nas culturas presentes durante o Brasil Holandês

Ana Paula Barco da Silva

apaulabarcosilva@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá

No presente trabalho serão apresentadas as dinâmicas utilizadas por meio de licores alcoólicos nas diferentes populações e culturas que conviviam durante o período de dominação holandesa do nordeste da América Portuguesa. A invasão neerlandesa realizada pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa trouxe modificações econômicas, principalmente na produção do açúcar, representações paisagísticas com a utilização da arte para demonstrar a fauna e flora luso-brasileira que influenciou na produção de obras como, a “*Historia Naturalis Brasiliae*” (1648) descritas pelos autores George Marcgraf e Guilherme Piso, nos quais ao desenharem e descreverem as plantas, muitas vezes recomendavam por meio de paradigmas hipocrático-galênicos o uso de mezinhas com a mistura de bebidas alcoólicas que poderiam ser destiladas ou fermentadas.

Ademais, os licores influenciaram na sobrevivência de soldados neerlandeses, que aprenderam com os indígenas a produzirem o cauim, uma designação para uma variedade de bebidas fermentadas a partir de frutas nativas. Em diversos relatos europeus são descritos os comportamentos dos nativos em relação a essa bebida que era utilizada em rituais religiosos. As impressões a respeito da utilização dos licores ocorrem entre os próprios europeus com julgamentos vindos de portugueses e holandeses, existem também informações do uso de bebidas alcoólicas por negros, principalmente a garapa que poderia conter substâncias espirituosas. Por último, é necessário ressaltar que as logísticas para os transportes de vinhos e a disponibilidade de alimentos, munições, vestimentas afetaram a vida de soldados flamengos, nos quais passavam muitas dificuldades durante seus cotidianos, ainda mais aqueles que pertenciam a níveis menores. Desse modo, os indivíduos que conviveram nesse período deixaram uma variedade de relatos sobre seus contatos e a transformações dos ambientes.

Bianca Barros da Silva
biancabarros@discente.ufcat.edu.br

Universidade Federal de Catalão

O Cerrado brasileiro abriga uma rica sociobiodiversidade que se manifesta de maneira singular na cultura alimentar de seus povos. Este artigo analisa a relação entre a diversidade de frutos nativos e os saberes tradicionais ligados à alimentação no estado de Goiás. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão teórica e relatos de experiência pessoal, evidencia-se como a sociobiodiversidade do Cerrado influencia práticas culturais, resiliência alimentar e identidade regional. Discute-se, ainda, a importância da valorização e preservação desses saberes frente às ameaças da modernização agrícola, da degradação ambiental e do aquecimento global.

Alana Yara Cristina Ribeiro Mafra
alana.mafra@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Este projeto de Iniciação Científica fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM e, analisou as imagens da infância nas esculturas tridimensionais no cemitério São João Batista em Manaus. Abordamos a simbologia, as dimensões, o valor artístico e os significados históricos que compõem estas obras de arte. Examinamos como a noção de infância, arte e morte são sintetizadas nesta forma artística, e como expressam a necessidade humana em cristalizar a pureza, a inocência, a fragilidade de um determinado ideário de infância. As esculturas da infância no cemitério São João Batista é assunto que envolve os conceitos de arte, beleza, escultura, cultura e morte. Estas noções são investigadas na expressividade da forma escultórica tridimensional. Percebemos que há poucos estudos sobre este objeto no “campo santo”, e por isso analisamos como a imagem da escultura presentifica as noções de infância muitas das vezes esquecidas no tempo, mas que é guardada ou assegurada pela arte apelando para nossos sentidos, percepções, valores estéticos e sentimentos voltados para as crianças. Uma das esculturas que iremos apresentar será de Thaumaturgo, falecido aos nove anos de idade, e com ele também estão sepultados seus outros três irmãos. Os estudos das esculturas baseiam-se em imagens referenciais da cultura que foram apropriadas ao longo de nossa história e que nos auxiliam no entendimento e interpretação desses objetos de arte que ao representar a realidade, atribuem sentido à presença do homem no mundo. Talvez o estudo das esculturas nos conduza para o entendimento parcial sobre as interrogações que arte e a morte sugerem sobre a infância em Manaus, tendo como consequência a possibilidade de nos compreendermos, explorando nossa cultura e nossa história.

Nathália Moro
nathaliamor@hotmail.com

Christian Fausto Moraes dos Santos
chrfausto@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá

Este artigo propõe uma análise detalhada da representação da comida de rua comercializada e consumida no Rio de Janeiro no início do século XIX, com base nas fontes iconográficas e textuais produzidas por Jean-Baptiste Debret, artista francês que viveu no Brasil entre 1816 e 1831. Por meio de seu olhar atento, Debret registrou cenas do cotidiano urbano, oferecendo imagens e descrições que revelam as práticas alimentares nas ruas da capital. As representações do artista não apenas retratam os alimentos vendidos por ambulantes, mas também permitem compreender o contexto social e histórico em que essas práticas se inseriam. Ao observar suas obras, é possível identificar a diversidade de iguarias, os modos de preparo e os sujeitos envolvidos nesse comércio popular. Debret nos convida, com sua arte, a adentrar o universo vibrante das ruas cariocas, onde a comida de rua ocupava lugar central nas dinâmicas de sociabilidade. Ao contextualizar essas imagens com o cenário da época, este estudo busca revelar as múltiplas dimensões culturais, sociais e econômicas da alimentação urbana. Assim, pretende-se não apenas valorizar o legado iconográfico deixado por Debret, mas também ampliar a compreensão sobre a vida cotidiana e os hábitos alimentares no Rio de Janeiro oitocentista.

Joana Capela de Campos
joanacapela@hotmail.com

Universidade de Coimbra (FLUC - CEGOT; investigadora integrada HTC-CFE NOVA)

Enquanto valor humano, o património está sempre sujeito a processos de patrimonialização, numa conjugação do espaço e do tempo, ou seja, à conjugação da diversidade própria e inerente à cultura e identidade do lugar e ao estágio evolutivo do pensamento e das ideias num determinado tempo. Ainda assim, património é um conceito que se encontra em permanente evolução, nunca sendo um termo desprovido de ambiguidade ou de certezas.

Ainda assim, falar de património cultural, desde o material e o construído, até ao imaterial ou intangível, como as tradições e vivências, pressupõe um sistema de conexão, assente na transmissão de um valor, ou um conjunto de valores. Esse sistema é composto por alguém que transmite, pelo valor ou valores a serem transmitidos e alguém que o recebe. Essa relação de transmissão pode ser considerada por três vias: pela herança, pela patrimonialização e pela criação.

A herança constitui-se no processo dito 'tradicional' de transmissão de ascendentes para descendentes de um valor patrimonial, não implicando uma necessária consciência crítica sobre esse valor. A patrimonialização afigura-se no processo de reconhecimento de um valor, que pode ser, ou não, entendido como o era anteriormente. Já a criação edifica-se no desígnio de um novo valor para o futuro e, portanto, apresenta-se como uma inovação.

Aparentemente, a simplicidade deste sistema tende a complexificar quando se reconhece um fator essencial na sua equação e, sobretudo, quando se perspetiva a relação de transmissão sobre esse fator: o tempo. As representações do tempo são componentes essenciais de consciência social, onde a estrutura reflete os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura.

Com base numa revisão de literatura, este trabalho pretende revisitar as bases teóricas do pensamento transdisciplinar que elege o património cultural como objeto disponível ao estudo, sob várias perspetivas.

O projeto **Quadragésima** e a ativação patrimonial em comunidades rurais do Fundão

Pedro Salvado

pedro-salvado@hotmail.com

Pedro Mendonça

plmendonca@gmail.com

José Paulo Duarte

jpauloduarte60@gmail.com

Museu Arqueológico do Fundão

A iluminação do património religioso em comunidades rurais do concelho Fundão através do projeto Itinerários do Sentir como atividade de proteção e inventariação do Património, iniciativa que tem contribuído para a relação entre as comunidades e o seu património e principalmente a ativação da sua memória coletiva.

A valorização do património religioso em comunidades rurais do concelho do Fundão tem sido dinamizada através do projeto Itinerários do Sentir, no âmbito do festival cultural **Quadragésima**, promovido pela Câmara Municipal do Fundão, por intermédio do Museu Arqueológico Municipal.

Esta iniciativa integra-se numa estratégia de proteção, inventariação e ativação do património local, com especial enfoque na relação das comunidades ao seu património e, sobretudo, na reativação da sua memória coletiva.

A atividade desenvolve-se em várias freguesias do concelho e propõe uma aproximação aos lugares de expressão patrimonial associados ao ciclo religioso, com particular destaque para as geografias da Paixão de Cristo. Os percursos são acompanhados por membros da comunidade — detentores de saberes e emoções ligados às histórias locais, tradições musicais e manifestações de fé popular — bem como por especialistas na área do património cultural.

A criação destes percursos permite uma relação mais próxima entre a equipa do museu e a população, possibilitando o registo e levantamento de diversas expressões e ocorrências patrimoniais, tanto materiais como imateriais.

Até à data, os eventos realizaram-se nas seguintes localidades:

Castelo Novo (2015); Alcaide (2016); Souto da Casa (2017); Aldeia Nova do Cabo (2018); Capinha (2019); Fatela (2022); Alcongosta (2024); Orca (2025)

O evento divide-se em duas componentes distintas:

O levantamento e inventariação do património religioso local. E a realização de um percurso pedonal que percorre os locais identificados, constituindo um momento de vivência comunitária e de celebração da herança cultural.

Viver no território, morrer na paisagem: práticas funerárias alto-medievais no Riba-Côa

André Lopes Pereira

alpereira.arq@outlook.pt

Investigador Independente

As necrópoles alto-medievais de sepulturas escavadas na rocha, constituem uma das manifestações funerárias mais marcantes do período posterior à desestruturação do Império Romano na Península Ibérica. Estes monumentos, para além de toda a sua amplitude geográfica e cultural, revestem-se de uma problematização cronológica e interpretativa no panorama ibérico.

Apesar destes sepulcros se expressarem nos territórios e na paisagem raiana do Alto e Médio Côa em grandes números e manchas de densidade, o desconhecimento que recai sobre estes monumentos tem contribuído para uma aparente invisibilidade dos mesmos no seio da população local. Este fenómeno revela-se sintomático não só do afastamento da população relativamente ao seu património histórico-arqueológico, como de um progressivo esquecimento e falta de investimento na investigação arqueológica nesta região. Carecem iniciativas de divulgação e soluções que aproximem as populações aos testemunhos patrimoniais locais e regionais.

Nesta comunicação, pretendemos expor os contextos funerários conhecidos e inéditos que estudámos no decorrer da nossa investigação e trabalho de campo*, mas também os modos como esta paisagem ribacudana influenciou a vida e a morte das populações que por ela passaram durante a Alta Idade Média (séc. VI-VIII d.C.).

Querer compreender e dar a conhecer ao público os locais que foram habitados e serviram de casa às gentes do passado, os locais que deliberadamente foram escolhidos para lhes servir de última morada, mas também a importância que os caminhos e a rede viária representavam para o quotidiano e mobilidade de pessoas e bens, é também lutar pela valorização do património, do território, da paisagem e de toda e qualquer pessoa que neles habita no presente.

Palavras-chave: Sepulturas rupestres; Alta Idade Média; Riba-Côa; Património; Território; Paisagem.

*Resultante da nossa Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.”

Biografia de um Patrimônio Cultural - Trechos Seleccionados: entre a Rememoração, o Apagamento e a Potência das Ruínas de Um Sítio Arqueológico de Ouro Preto (MG)

Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca

junqueirafonsecaRodolfo@gmail.com

Universidade de Brasília / CMD

Este artigo derivado da Tese do autor analisa sociologicamente a patrimonialização tardia do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, território em ruínas de um próspero arraial minerador do início do século XVIII, anterior a própria cidade de Ouro Preto (MG). Sua patrimonialização é analisada enquanto um processo que é por natureza dinâmico, descontínuo, inacabado ou não consolidado ainda na atualidade do caso. A patrimonialização é abordada em sua processualidades sócio-histórica tanto linear quanto anacrônica, constituída de políticas de memória, contíguas, coexistentes ou concorrentes no tempo e no espaço de um bem cultural, nos quais diferentes interdependências sociofuncionais tomam em cada tempo uma forma de patrimonialização do lugar, formando uma figuração, que por sua vez, se expressa em mentalidades e imaginários em que o que, como e para quem se preserva o lugar muda ao longo do processo sócio-histórico. É exatamente na mudança dos padrões de interdependência é que ocorre a mudança das concepções de patrimônio cultural ao longo do tempo. O que importa não é o patrimônio em si, mas as relações, interdependências e equilíbrio de tensões estabelecidas, a partir e com o patrimônio do Sítio Arqueológico em diferentes tempos. O que é ou não patrimônio está em movimento e muda na longa duração. Neste sentido, o que é socialmente considerado patrimônio, ao mesmo tempo, inclui e exclui o não patrimônio. É necessário patrimonializar a ruína no movimento entre o destruir e o por vir.

El valor patrimonial de los núcleos fortificados fronterizos: analogías y diferencias entre Almeida y Valença

Lía Fernández Sangrador

liafernandez@usal.es

Ana Lago Saavedra

lagosaavedra.ana@usal.es

Carmen del Río Acobi

carmendelrio@usal.es

Universidad de Salamanca

Las contiendas y los procesos históricos acaecidos en la raya hispano-lusa han dejado su impronta en el territorio a través de la arquitectura defensiva. En la actualidad, el espacio fronterizo alberga distintas estructuras fortificadas (recintos abaluartados y fuertes) en diferente estado de conservación. Existe una especial concentración en torno a la línea defensiva del río Minho. Aunque en la línea de defensa Ciudad Rodrigo-Guarda su número es mucho menor, sus trazas revisten atractivo arquitectónico. Sobre la base de las consideraciones anteriores, la presente investigación se centra en abordar el valor patrimonial de los núcleos fortificados fronterizos, particularmente de dos de ellos que destacan por su singularidad, extensión y grado de conservación: Almeida (Beiras e Serra da Estrela) y Valença (Alto Minho). Asimismo, se analiza el ámbito geográfico y se estudian otros recursos patrimoniales que atesoran. Para ello se ha partido de la revisión de fuentes, tanto textuales como cartográficas y estadísticas, y se ha completado con el trabajo de campo, a través de la realización de visitas a los dos recintos amurallados para la toma de fotografías, datos y anotaciones 'in situ'. Ambas construcciones abaluartadas están ubicadas en emplazamientos estratégicos. Almeida, caracterizada por su morfología estrellada, está integrada dentro de las regiones de baja densidad de población y atonía demográfica de Portugal, por lo que las iniciativas ligadas al turismo son una opción para la dinamización de este territorio. Por el contrario, Valença sobresale por su traza doble y se encuadra en un contexto de mayor dinamismo poblacional. El interés artístico y cultural de estos dos conjuntos ha motivado la reciente presentación de una candidatura, junto con Marvão, para su reconocimiento como Patrimonio Mundial de la UNESCO.

Paisajes y patrimonios transfronterizos: Las calzadas romanas como recursos de diálogo en los territorios rurales gallego-portugueses

Patricia Arguelles Álvarez

patricia.arguelles.alvarez@gmail.com

Diego Piay Augusto

piaydiego@uniovi.es

Laura Casal Fernández

lauracasalf@gmail.com

Universidad de Santiago De Compostela, Universidad de Oviedo, Museo Provincial Orense

En esta ponencia se presentan los avances del proyecto titulado “Actuales paisajes rurales y antiguas vías romanas: conectando los Conventusbracarensis y lucensis”, galardonado en el año 2024 con el Premio CEI-ITT.

El objetivo principal del proyecto es analizar las vías romanas como ejes vertebradores del paisaje antiguo en el territorio de la Gallaecia. En particular, se busca comprender la conectividad entre el Conventusbracarensis, con capital en Bracara Augusta, y el Conventuslucensis, con capital en Lucus Augusti, desde dos enfoques complementarios. Por un lado, el enfoque físico, entendido como el estudio de la configuración espacial del territorio desde una perspectiva histórico-arqueológica; por otro, la dimensión funcional, centrada en el uso práctico de estas vías para la movilidad de mercancías y personas entre ambas capitales conventuales, así como entre la costa y el interior, particularmente para el abastecimiento de productos pesqueros a la capital lucense.

Para alcanzar estos objetivos, se parte del análisis de fuentes clásicas —entre las que destaca el Itinerario de Antonino o autores como Plinio, Estrabón o Marcial—, así como de los resultados de diversas intervenciones arqueológicas, como prospecciones del territorio, visitas a archivos documentales y el estudio de fondos conservados en museos arqueológicos y etnográficos.

La visión diacrónica de la historia constituye un aspecto fundamental del estudio, al permitir valorar el papel actual del patrimonio viario como factor clave en la revitalización del medio rural. En este sentido, el proyecto pretende aportar propuestas para la revalorización de zonas con baja densidad poblacional, muchas de las cuales fueron articuladas históricamente por estas antiguas vías. Se trata de territorios con escasos recursos y población, donde la puesta en valor del patrimonio puede convertirse en un elemento estratégico para el impulso del turismo cultural y sostenible.

Asimismo, consideramos que el conocimiento generado en el marco de esta investigación pierde valor si no trasciende el ámbito estrictamente académico. Por ello, en aras de fomentar su transferencia a la ciudadanía, los resultados obtenidos se difunden activamente en contextos sociales diversos, no solo a través de este Curso de Verano, sino también mediante sesiones de intercambio de conocimiento en institutos de enseñanza secundaria, museos y jornadas locales celebradas en los territorios objeto de estudio.

A Rede de Museus da Cova da Beira – uma análise retrospectiva, comparativa e projetiva

Pedro Salvado

pedro-salvado@hotmail.com

André Mota

motaveiga.a@gmail.com

Jean Marques

jeanpsilvam@gmail.com

Museus Arqueológico Municipal José Monteiro

Esta comunicação apresenta uma análise retrospectiva, comparativa e projetiva dos espaços museológicos presentes no território da Rede de Museus da Cova da Beira (R.M.C.B.), fundada em 22.09.2023, através protocolo de colaboração entre os Municípios de Belmonte, da Covilhã, do Fundão e de Penamacor.

Através da análise dos distintos equipamentos museais que compõem a Rede, apresentamos o seu enquadramento territorial, áreas temáticas de influência, diversas tipologias de gestão e funcionamento, condições de acesso e os meios técnicos associados, por forma a obter-se uma compreensão das dinâmicas museológica que se expressaram no território do primeiro quartel do século XXI, em geografias que passaram de “periféricas” para de “baixa densidade”.

À luz da atual definição de “Museu” por parte do Concelho Internacional de Museus (ICOM), cotejaram-se as missões e atividades no escopo dos diferentes equipamentos, o seu papel enquanto agentes de ligação com as comunidades, medindo o seu impacto local enquanto unidades de conhecimento, salvaguarda e divulgação do Património Cultural Material e Imaterial.

Esta estudo visa contribuir para a gestão e planeamento de projetos e atividades da R.M.C.B. enquanto promotoras de um desenvolvimento social, cultural e identitário verdadeiramente integrador e sustentável.

E 6.4

Mudanças climáticas e a gestão sustentável dos recursos naturais: reuso de água em escola do Semiárido Brasileiro

Jaqueline de Araújo Oliveira

jaquelineoliveira2@gmail.com

José Irivaldo Alves Oliveira Silva

jose.irivaldo@professor.ufcg.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Mudanças climáticas e gestão sustentável dos recursos naturais: reuso de água em escola do Semiárido Brasileiro.

O Semiárido Brasileiro, atualmente, está delimitado em uma área de 1.225.298 km², ocupado em sua maior parte pelo bioma Caatinga. É caracterizado pela irregularidade pluviométrica no tempo e no espaço, com frequentes e longos períodos de estiagem. Tais características tendem a se acentuar diante do contexto das mudanças climáticas, exacerbando os problemas socioambientais já existentes e criando novos.

Promover políticas públicas, ações e projetos que favoreçam a resiliência das comunidades e territórios são estratégias necessárias para a superação dos antigos e novos desafios.

Em 2024, foi instalada a tecnologia de Saneamento Ambiental e Reuso de Águas (SARA) que trata todos os efluentes gerados na Escola Municipal João Francisco da Mota, localizada no Projeto de Assentamento Serra do Monte, no município de Cabaceiras, microrregião do Cariri da Paraíba. A água residuária tratada é destinada à irrigação de uma área de 1 hectare de cultivo de plantas nativas, adaptadas, frutíferas e forrageiras, em uma área comunitária.

O sistema foi entregue à comunidade local, que tem autonomia na gestão do funcionamento e dos resultados gerados.

O presente estudo de caso, com abordagem qualitativa, tem por objetivo analisar os processos dessa experiência. As observações e a análise de documentos realizadas até o momento apontam que a tecnologia de tratamento e reuso de água encontra-se em processo de apropriação pela comunidade local. No entanto, essa ainda não é uma política pública difundida na região.

Dentre outras questões, o reuso de água representa uma demanda importante para a otimização dos recursos hídricos em contextos de escassez, sendo destinado à produção de frutíferas consorciadas com plantas nativas do bioma Caatinga e à produção de forragem. Trata-se de uma estratégia viável para a região, que pode ser implementada por meio da gestão coletiva local.

Arturo Lema (1874 - 1956): Um artista e um território

Diana Sofia Neto Duarte Rodrigues Salvado

salvadodiana030@gmail.com

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos do Território, Mobilidades e Património

A presente comunicação pretende dedicar-se à figura de Arturo Lema (1874, La Coruña – 1956, Fundão) e ao trabalho que o mesmo desenvolveu no território da Cova da Beira. Este artista espanhol reveste-se de um significativo interesse para a história desta região, em especial do Fundão, onde fixou residência em 1916. É a partir desta geografia que estabelecerá a uma profícua obra pictórica, onde selecionará elementos da paisagem, na construção de uma identidade do território. Artista versátil, dedicar-se-ia a disciplinas como a pintura, a cenografia e a arquitetura. Utilizou as suas artes a favor do desenvolvimento cultural da região, tendo colaborado na ativação do Teatro do Casino Fundanense e na Comissão Organizadora do IV Congresso Regional das Beiras, que teve lugar em Castelo Branco, em 1929. Foi um dos primeiros criadores de uma simbólica pictórica que remete para uma geografia concreta, no caso a da Cova da Beira. Da sua autoria encontram-se, ainda hoje conservados, os caixotões da capela-mor da Igreja Matriz do Fundão, os murais de recorte historicista que ocupam o interior de muitas divisões da apelidada “Casa do Castelo” ou “Palacete Trigueiros Martel”, assim como outras pinturas, ilustrações e cenários. Possuímos, também, registo de um caderno de esboços de variadas paisagens da zona do Fundão, assim como uma maleta que contém projetos arquitetónicos de edifícios distintos, alguns que foram, efetivamente, construídos na região.

Conhecer para transformar: como a literatura de cordel e a questão ambiental se entrelaçam?

Kenia Diógenes

keniadiogenes@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

As transformações sociais só são possíveis através do conhecimento. Conhecer é um processo que se dá de diversas formas, seja pelas experiências vivenciadas na existência individual e coletiva, seja pelos processos de aprendizagem em ambiente formal e o repasse dos conhecimentos cientificamente acumulados na história. Esse conhecimento pode ser repassado para o aluno, no caso da escola, de várias formas. Seja a partir de aulas expositivas tradicionais, seja através de práticas pedagógicas diversas, a ideia é sempre tentar fazer com que a pessoa estudante aprenda.

David Alzubel afirma que para a aprendizagem acontecer é necessário que o sujeito que aprende veja sentido, significado naquilo que está aprendendo. Assim, ao tratar significado, podemos incluir afetividade e identidade.

Logo, quando tratamos de identidade, estamos falando de todo o contexto cultural, social, econômico, histórico e ambiental que cerca o indivíduo. O contexto desse artigo se dá espacialmente no Estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil e tem por objetivo principal discutir sobre como a literatura de cordel pode ser um importante mecanismo na construção do conhecimento significativo, tendo como temática central os problemas ambientais enfrentados pelo Estado.

A prática pedagógica realizada teve como material pedagógico o cordel escrito por Kenia Diógenes intitulado “Ceará Agonizante”, o mapa “Macrorregiões de planejamento - Ceará”, o mapa “Áreas fortemente degradadas em processo de desertificação – Ceará” e uma ficha questionário. No contexto do cordel quatro das macrorregiões se personificam e buscam encontrar as outras subregiões para juntas travarem uma guerra contra os inimigos do Ceará e assim salvar o Estado que está morrendo.

Apesar das temáticas serem tratadas sem aprofundamento no cordel, o principal objetivo é despertar o leitor para as questões que envolvem todo o Estado, servindo como base para aprofundamentos. Bem como, a atividade proposta ressalta a importância da interdisciplinaridade, uma vez que busca despertar a habilidade de interpretar e outras que são importantes da área de linguagens, assim como a relação íntima com as ciências da natureza.

“Um Judas para Malhação” de Augusto César Proença: um conto não geográfico?

João Carlos Nunes Ibanhez

joao.ibanhez01@academico.ufgd.edu.br

Universidade Federal da Grande Dourados

Nos últimos anos, o debate entre Geografia e Literatura tem se intensificado significativamente, com o surgimento de revistas especializadas e seções dedicadas à interseção entre esses dois campos. No entanto, a forma como os geógrafos têm se aproximado da literatura ainda é marcada por análises de textos considerados “seguros” ou “confortáveis” para esse diálogo. Este artigo propõe uma análise ousada, ao abordar o conto *Um Judas para Malhação*, do escritor regionalista Augusto César Proença, presente no livro *Snack Bar* (1979). A narrativa, que gira em torno de um defunto que se torna alvo de linchamento, é utilizada como um dispositivo de reflexão para explorar novas formas de aproximação entre a Geografia e a Literatura, desafiando as leituras convencionais e promovendo um diálogo crítico entre essas duas áreas do saber.

O teórico Bertrand Lévy (1997) argumenta que os geógrafos humanistas defendem a abordagem da literatura em seus próprios termos, não como um instrumento auxiliar à ciência, mas como uma expressão autêntica do pensamento individual, imersa no contexto de sua época e capaz de refletir as características estruturais desse período. Já Michel Collot (2012) diz que uma geografia verdadeiramente literária deveria ir além da análise objetiva e quantitativa dos espaços, incorporando também a dimensão subjetiva e imaginária que caracteriza a experiência humana e a percepção do mundo e que é difícil de cartografar. Esses dois teóricos, um do campo da teoria literária e outro da geografia, nos ajudam a conduzir outras reflexões de aproximações com a literatura.

É compreensível e já está cristalizado que o espaço não é apenas uma realidade física e mensurável, mas também um território imerso em significados pessoais, culturais e emocionais, muitas vezes difíceis de cartografar de maneira convencional. A literatura, com sua capacidade de explorar o interior das subjetividades e de construir representações simbólicas do mundo, exige, então, do geógrafo um mergulho profundo. Ao integrar elementos da imaginação, do simbolismo e das narrativas individuais, a geoliteratura (Rosenberg, 2016a) pode oferecer uma leitura mais complexa e multifacetada dos lugares, que vai além das coordenadas geográficas e que se aproxima das experiências vividas e dos afetos que os indivíduos e as coletividades associam a eles. A convergência entre as duas áreas é um desafio às fronteiras das disciplinas, pois propõe uma revisão dos métodos tradicionais de análise espacial, ao reconhecer que o espaço é, ao mesmo tempo, vivido, sentido e representado de maneiras diversas e subjetivas. Segundo Doreen Massey (2017, 37), “Provavelmente, é mais aceito agora, embora ainda seja importante argumentar, que muito da nossa “geografia” está na mente”.

No seu artigo *Towards a Critical Analysis of Fictive Geographies*, Joanne P. Sharp cita Marc Brosseau, que afirma que, em vez de buscar uma ficção que reforce o que já sabemos, devemos procurar obras que desestabilizem nossas posições (2000, p. 329, tradução nossa). Essa é uma sugestão de abordagem crítica e provocativa para

o geógrafo, que propõe que a literatura não seja apenas uma confirmação do conhecimento preexistente, mas uma ferramenta capaz de desestabilizar nossas concepções e questionar as certezas estabelecidas.

Isso implica buscar obras literárias que desafiem as perspectivas convencionais sobre o espaço, o território e as relações humanas, estimulando uma reflexão profunda e criativa sobre o mundo. Em vez de se limitar a leituras que reforcem as ideias previamente aceitas, o geógrafo deve se permitir ser confrontado por narrativas que expõem a complexidade e a multiplicidade dos lugares, tornando a compreensão do espaço mais fluida e dinâmica. Assim, o espaço deixa de ser visto apenas como uma abstração ou uma construção rígida, passando a ser entendido como algo vivido, sentido e interpretado de maneiras diversas. Essa postura é positiva, pois pode ampliar os horizontes do conhecimento geográfico, fortalecer a capacidade crítica e fomentar a inovação na análise das dinâmicas espaciais, incentivando uma visão mais aberta e plural das realidades que moldam o mundo.

Já a afirmativa de que “não há muitas descrições” e que “é difícil fazer uma leitura geográfica deste texto” de MarcBrosseau (2008, p. 428) é um desafio e uma provocação. Isso sugere que, em muitos casos, a geografia não pode se basear apenas em descrições superficiais ou explícitas dos espaços, mas precisa ir além do topos, explorando as dimensões mais sutis e subjetivas do território. A dificuldade em realizar uma leitura geográfica de um texto pode indicar a necessidade de uma abordagem mais interdisciplinar e reflexiva, em que o geógrafo se distancie de métodos convencionais e busque entender os significados implícitos, as experiências subjetivas e as dinâmicas simbólicas que estão presentes no espaço. Isso sugere, ainda, que a geografia não é apenas sobre o que é visível e objetivamente representável, mas também sobre o que é sentido e interpretado de maneira pessoal e cultural. Os geógrafos tenderam “Em muitos casos, é verdade, o esforço analítico limitou-se a isolar um conjunto de descrições de lugares, reuni-los e descrevê-los novamente com uma linguagem mais próxima da geografia universitária” (Brosseau, 2008, p. 421).

E os textos mais difíceis de serem lidos geograficamente, ou que não sugerem um topos (um lugar, uma região ou uma cidade específicos)? Justamente por isso decidi invocar, para promover um diálogo geográfico com a literatura, um conto isolado que é um desafio. Trata-se de *Um Judas para Malhação*, do escritor regionalista Augusto César Proença, presente no livro *Snack Bar* (1979). A narrativa não apresenta coordenadas geográficas, como geralmente o geógrafo está acostumado a encontrar nas literaturas, nas quais ele já sabe que encontrará informações relevantes sobre o espaço localizável ou o topos. Isso reflete a ideia de que o mundo ficcional criado pelo escritor não se limita à representação literal do espaço, expressa algo além dele, como sugere Muriel Rosemberg: “Isto significa que consideramos o mundo ficcional criado pelo escritor como uma construção que se baseia no mundo factual para dizer algo sobre ele” (2016b, p. 406).

Para alcançar o objetivo de um diálogo geográfico, iniciaremos com a apresentação do autor, seguida pela exposição do script do conto, para então realizarmos a análise espacial da narrativa tendo em mente que “as imagens quase não abrigam ideias tranquilas, nem idéias definitivas, sobretudo” (Bachelard, 1979, p. 196).

Augusto César Proença foi um escritor, cineasta e roteirista que se destacou pela sua profunda ligação com a cultura de Mato Grosso do Sul, especialmente com a região pantaneira. Nascido em Corumbá, cidade às margens do Rio Paraguai, no dia 15 de agosto de 1937, Proença se considerava um “ribeirinho”, termo que reflete sua conexão íntima com o ambiente fluvial e pantaneiro, cujas paisagens e personagens estão presentes em boa parte de sua obra. “Viveu e cresceu em sua cidade natal até meados de 1951” (Alvares; Abrão, 2021, p. 2244).

Na sua juventude, Proença buscou expandir seus horizontes acadêmicos, realizando cursos de Inglês e de Relações Públicas na Universidade de Nova York, esse período no exterior influenciaria sua formação e seus olhares sobre o mundo (Oliveira, 2019). Depois disso, (...) se mudou para o Rio de Janeiro, onde cursou Letras na Universidade Federal da Região dos Lagos (Alvares; Abrão, 2021, p. 2244). Foi em Cabo Frio, após seu retorno ao Brasil, que ele começaria a trilhar o caminho da literatura, com a publicação de seu primeiro

livro, *Snack Bar* em 1979. Embora o livro de estreia, trate de uma realidade distinta daquela que viria a marcar sua obra, o autor logo se dedicou a escrever sobre sua terra natal, adotando uma escrita de forte caráter memorialístico. Sua obra é permeada por uma visão afetiva e sensível do Pantanal, região que ele conhece de perto e que será uma constante em suas narrativas. O autor retrata o cotidiano dos pantaneiros e as relações humanas marcadas pelas adversidades naturais e culturais da região (Oliveira, 2019).

O primeiro livro de contos de Augusto César Proença, *Snack Bar* (1979), marca o início de sua carreira literária, e revela um olhar atento sobre o universo urbano. O livro é ambientado na cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, onde o autor se encontrava após seu retorno do exterior. Em *Snack Bar*, Proença mergulha na vida cotidiana de pessoas que habitam grandes centros urbanos, explorando as complexidades e as relações sociais típicas dessas regiões (Álvarez e Abrão 2021). “*Snack Bar* (2012) retrata, segundo o autor, vidas estraçalhadas pelo dia a dia urbano, exposto de uma maneira grotesca, satírica e crítica. Vidas estas que refletem os acontecimentos da década de 1970 no Rio de Janeiro, isto é, *Ditadura*” (Oliveira, 2019, p. 62).

Após seu primeiro livro de contos, *Snack Bar*, o autor voltaria seu olhar para a região que mais o inspirou: o Pantanal. Entre seus livros mais conhecidos, destacam-se *Raízes do Pantanal* (1989), que oferece uma reflexão sobre a relação entre o homem e a natureza nesse vasto território, e *A Sesta* (1993), um romance que explora as dimensões do tempo e do espaço na vida cotidiana de personagens que vivem à margem do grande centro urbano. No ano de 1995, lançou duas obras. *A Condução* e *Pra Qualquer Lugar*. Em 1996, Proença publica *Nessa Poeira Não Vem Mais Seu Pai*, um livro que dialoga com o universo rural e pantaneiro. O autor também se dedicou à produção de livros de caráter mais histórico e cultural, como “*Pantanal: Gente, Tradição e História*” (1997), que busca resgatar as origens e as tradições desse ecossistema singular. Em 2003, lançou *Corumbá de Todas as Graças*, uma obra em homenagem à sua cidade natal, e, em 2004, publica *Memória Pantaneira*. Em 2005, Proença lança *Rodeio*. Augusto César Proença foi membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, da Academia Corumbaense de Letras e do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro. O escritor faleceu aos 85 anos, na noite de domingo de 11 de junho de 2023.

Escritores, espírito dos lugares, itinerários literários: roteiros poéticos em Goiás e Coimbra

Valéria Cristina Pereira da Silva
vpcsilva@hotmail.com

Rui Jacinto
rjacintomm@gmail.com

Universidade Federal de Goiás;

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Centro de Estudos Ibéricos

A presente proposta traz a reflexão sobre os sentidos e as singularidades de duas cidades de forte pendor poético, cada qual de um lado do Atlântico, as cidades de Goiás-GO (Brasil) e a de Coimbra (Portugal), onde pontificam nomes como Cora Coralina e Miguel Torga. Este ensaio parte da ontologia desses poetas no espaço urbano, no modo como estão, não apenas representados, mas inscritos, marcados e lastreados nestas cidades. Partimos da hipótese que a existência de poetas e das suas obras é capaz de transformar os espaços, adensá-los, gerar outros valores capazes de criar roteiros e dar (novos/ outros) sentidos ao lugar.

Estas cidades não são não apenas cidades históricas, mas urbes onde a sua memória mantém vivas obras, versos e palavras de grande significado poético que foram incorporadas e passaram a fazer parte do próprio tecido urbano. A existência de um poeta, de um livro ou uma passagem significativa sobre um lugar concreto possibilita transformá-lo completamente dando-lhe novos sentidos. Tal existência pode mesmo criar um roteiro, onde muitas pessoas se deslocam em busca de o experienciar, de um vivido, de experimentarem in loco a poética do espaço e outras valências mais profundas da paisagem citadina. Se, como nos ensinou Bachelard (1993), o espaço habitado é em si mesmo poético porque a paisagem já contém uma linguagem visual e sensual que se espalha por ruas, praças, casas, monumentos, jardins e, mais recentemente, por muros grafitados.

Ao apreendemos nestas paredes cores e inscrições acabamos por aferir que todas as artes, mesmo as mais imaginárias, ao modelarem novas paisagens que falam diretamente ao nosso ser, dão um novo sentido e uma poética ao espaço bem mais sensível. Todavia, tal poética do espaço, amplia-se quando o vivido de um poeta e sua obra reverbera e adensa a dimensão imaginária de uma casa, de um lugar, de uma cidade. Tudo que o poeta sonhou em belas páginas passa a ser pertença desse espaço, poética que se revela num outro texto urbano. Se o lugar ainda for recitado na obra, ou seja, quando o próprio espaço vivido foi a matéria da poesia esse mesmo lugar adquire maior espessura conferida por essa indelével legenda poética.

As inscrições da vida do poeta passam, então, a fazer parte das páginas mais sensíveis do espaço gerando nos lugares de origem e morada de célebres escritores, poetas, romancistas um apelo que está na gênese de deslocamentos que alguns designam de itinerários culturais e outros de turismo literário. Vamos tentar compreender, pois, como a dita poética do espaço se traduz e impacta as dimensões materiais e intangíveis dos espaços urbanos.

Panorama da Geoliteratura em Portugal e no Brasil: o tempo e os modos de dialogar entre Geografia e Literatura

João Carlos Nunes Ibanhez
joao.ibanhez011@academico.ufgd.edu.br

Jones DariGoettert
jonesgoettert@ufgd.edu.br

Rui Jacinto
rjacintomm@gmail.com

UFGD; UFGD;

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Centro de Estudos Ibéricos

A relação entre Geografia e Literatura, ou vice-versa, remota a tempos imemoriais quando as narrativas ainda se inscreviam na pedra, na argila, nos pergaminhos ou nos papiros, inspiradas nas vivências e no saber cotidiano ou em espacialidades que se revelariam úteis para viajantes, militares, quicá, poetas. Esta relação antiga entre escrita e espaço dispersa-se por relatos de viagem, experiências e vivências de lugares que facultam conhecimentos sobre paisagens remotas, modos de vida diferentes e comunidades que habitam longínquos ambientes naturais com práticas culturais diversas. Quando os naturalistas começaram a explorar o mundo com mais frequência, pelo apelo da sociedade romântica e das novas abordagens científicas, a produção literária adquiriu ainda maior significado por ajudar a compreender melhor o universo que nos rodeia.

Esta importância radica tanto na necessidade do conhecimento prévio das regiões a explorar como na consequente divulgação das observações recolhidas, permitindo dar a conhecer a diversidade do meio natural, dos lugares e das regiões por onde se viaja. A escrita era usada, por um lado, como ferramenta de trabalho para obter informações sobre as características e as particularidades dos espaços a explorar sendo fundamental, para tal, consultar antecipadamente certas obras disponíveis cujo pendor podíamos enquadrar na órbita duma certa literatura geográfica. Por outro lado, recorria-se à escrita para perpetuar a descrição das observações realizadas no terreno que, quando era elaborada de forma mais sensível e elaborada, se aproximava do que alguém designou por geografia literária.

O presente ensaio parte destes pressupostos para tentar compreender como aconteceram, em Portugal e no Brasil, as interações entre as Geografias e as narrativas literárias. A reflexão sobre os diálogos que se têm vindo a estabelecer será desenvolvida a partir de três coordenadas fundamentais:

1. Geoliteratura: diferentes modos de encarar o diálogo entre Geografia e Literatura;
2. A produção geoliterária em Portugal e no Brasil: enquadramento e contexto temporal.
 - 2.1. Portugal
 - 2.2. Brasil
3. Remate: o tempo e o modo, convergências e divergências entre o Brasil e Portugal.



cei

Centro de Estudos Ibéricos

Rua Soeiro Viegas, n.º8 | 6300-758 Guarda (Portugal) | (+351) 271 220 212 / 271 232 200 | cei@cei.pt

www.cei.pt |  [centrodeestudosibericos](https://www.facebook.com/centrodeestudosibericos) |  [ceibericos](https://www.instagram.com/ceibericos)